



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP
CAMPUS BAIXADA SANTISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA DA SAÚDE**

LAÍS HELENA DUTRA

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SAÚDE PÚBLICA:
COMPREENDENDO O FENÔMENO A PARTIR DAS NARRATIVAS DE
MULHERES TRABALHADORAS E USUÁRIAS
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE- SUS**

**SANTOS- SP
2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP
CAMPUS BAIXADA SANTISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA DA SAÚDE**

LAÍS HELENA DUTRA

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SAÚDE PÚBLICA:
COMPREENDENDO O FENÔMENO A PARTIR DAS NARRATIVAS DE
MULHERES TRABALHADORAS E USUÁRIAS
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE- SUS**

Dissertação apresentada para defesa de mestrado do programa de Pós- Graduação Strictu Senso em Ciências da Saúde do Programa Interdisciplinar em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo- Campus Baixada Santista, na linha de pesquisa: Ciências humanas, sociais e saúde, com orientação do Professor Pós- Doutor Carlos Roberto de Castro e Silva.

SANTOS- SP
2019

CONSELHOS PARA A MULHER FORTE

Se és uma mulher forte
te protejas das hordas que desejam
almoçar teu coração.
Elas usam todos os disfarces
dos carnavais da terra:
se vestem como culpas,
como oportunidades,
como preços que se precisa pagar.

Te cutucam a alma;
metem o aço de seus olhares
ou de seus prantos até o mais profundo do
magma
de tua essência
não para alumbrar-se com teu fogo
senão para apagar a paixão
a erudição de tuas fantasias.

Se és uma mulher forte
tens que saber que o ar que te nutre
carrega também parasitas, varejeiras,
miúdos insetos que buscarão
se alojar em teu sangue
e se nutrir do quanto é sólido
e grande em ti.

Não percas a compaixão,
mas teme tudo que te conduz
a negar-te a palavra, a esconder quem és,
tudo que te obrigue a abrandar-se
e te prometa um reino terrestre em troca
de um sorriso complacente.

Se és uma mulher forte
prepara-te para a batalha:
aprende a estar sozinha
a dormir na mais absoluta
escuridão sem medo,
que ninguém te lance cordas
quando rugir a tormenta
a nadar contra a corrente.

Treine-se nos ofícios da reflexão
e do intelecto.
Lê, faz o amor a ti mesma,
constrói teu castelo
o rodeia de fossos profundos
mas lhe faça amplas portas e janelas.

É fundamental que cultives
enormes amizades,
que os que te rodeiam
e queiram saibam o que és
que te faças um círculo de fogueiras
e acendas no centro de tua habitação
uma estufa sempre ardente
de onde se mantenha
o fervor de teus sonhos.

Se és uma mulher forte
se proteja com palavras e árvores
e invoca a memória
de mulheres antigas.

Saberás que és
um campo magnético
até onde viajarão uivando
os pregos enferrujados
e o óxido mortal
de todos os naufrágios.

Ampara, mas te ampara primeiro.
Guarda as distâncias.
Te constrói.
Te cuida.
Entesoura teu poder.
O defenda.
O faça por você.
Te peço em nome de todas nós.

Gioconda Belli, Nicarágua- 1948
(tradução de Jeff Vasques)

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os bons encontros que essa pesquisa me proporcionou. Na mesma medida e intensidade foram também os desafios. Tornar-se pesquisadora na busca por construir os caminhos do conhecimento foi tarefa que exigiu de mim muitas madrugadas regadas a café, óleo essencial de alecrim e um bom chá, eventualmente. Nesse processo, algumas pessoas foram importantes as quais sou imensamente grata:

Agradeço aos meus pais, Inês e Hervécio, pelo incentivo, confiança e auto-estima que sempre me depositaram. Obrigada pela presença, acolhimento e escuta, vocês são meus melhores exemplos! Agradeço meus irmãos Henrique e Emília, pela parceria e cumplicidade de uma vida inteira. Obrigada por serem sempre as melhores companhias e por me proporcionarem as melhores risadas e memórias de infância.

Agradeço às companheiras da Marcha Mundial das Mulheres pelo aprendizado e formação política de todos esses anos, responsáveis pelo direcionamento não apenas dessa pesquisa, como de minhas práticas coletivas e individuais.

Agradeço aos professores Carlos Roberto, por me apresentar a psicologia social e pela orientação deste trabalho; Lia Thieme pela parceria nos projetos e pelas trocas sempre tão ricas e afetivas; Guilherme Prado pelas contribuições imprescindíveis na banca de qualificação, e Luciane Pezzato, pela sensibilidade e escuta sempre ativa, pelo aprendizado de cada encontro, e pelo empréstimo do notebook no momento crucial em que a vida acadêmica esteve ameaçada devido minha falta de sorte com aparelhos eletrônicos. Sou imensamente grata por isso!

Agradeço minhas companheiras de grupo de pesquisa Karina Rosa, Gabriela Grilli, Marina Wanderico, Nádia Vieira, e ao querido Danilo Anhas, pelos momentos de diversão e desabafo. Vocês foram essenciais nesse processo!

Agradeço tod@s @s funcionári@s da UNIFESP, pela estrutura oferecida aos estudantes apesar do contrato de trabalho precarizado no qual muitos de vocês ainda são submetid@s. Agradeço em especial as meninas da cantina: Rô, Vivi e Fernanda, por me venderem os melhores cafés sempre tão simpáticas e sorridentes. Vocês são umas queridas!

Agradeço também Milca e Vivian, secretárias da pós-graduação por toda a orientação burocrática que precisei ao longo dessa pesquisa. Obrigada por serem tão solícitas e compreensivas diante de minhas limitações e prazos atrasados.

Agradeço minhas parceiras de república Ana Júlia Lemes, Luciana Luz, Juliana Morgado e Júlia Bastos, por compartilharem o cotidiano comigo e suportarem minha mania virginiana de organização. Agradeço em especial à Mayara Viana, não apenas por dividir

morada, mas por todo amor, carinho e escuta compartilhada nesse tempo. Você foi meu melhor presente! Amo-te hermana!

Agradeço as amigas Febah Soncini, Danielle Vieira, Carla Borges, Marina Maiorino, Patrícia Carvalho e Pâmela Barbosa, por transformarem meus dias em Santos mais divertidos e ensolarados, e pelas indicações preciosas de bares com cerveja litrão na promoção.

Agradeço em especial, às amigas/irmãs mais incríveis que essa vida poderia me dar: Mariana Paes, Evelyn Inamorato, Mariana Campos, Larissa Bragagnolo, Lara Paixão, Luciana Soares, Camila Avarca, Carla Pavan, Mawusi Ramos, Eliana Barbosa, Débora Baraldi e Ludmila Sterci. Com vocês a vida é infinitamente mais alegre. Carrego muito de vocês em mim!

Agradeço os hermanos queridos Lucas Bronzatto, pela parceria nas trincheiras da vida, viagens, musicas e vinhos, e Marcos Lima pelos ensinamentos tantos, e por ter sido o melhor companheiro de república até hoje.

Agradeço aos meus mestres Regiane Henrique e Eduardo Villa por me apresentarem o caminho da Hatha Yoga, pelo exemplo de ética e sabedoria cultivados em mim. Também sou grata às minhas ancestrais e ao Sagrado Feminino pela (re)conexão, aceitação e respeito com meus ciclos, sobretudo na reta final dessa pesquisa.

Agradeço as pequenas Elena, Iara e Flora por proporcionarem aprendizado, alegria e boniteza à (minha) vida.

Agradeço meu companheiro Márcio Gregório, responsável pelo meu melhor sorriso e por trazer a tranquilidade e inquietude que meu coração precisava. A vida tem sido mais leve desde sua chegada, mi cariño.

Agradeço as mulheres Promotoras Legais Populares da Baixada Santista pelo acolhimento e companheirismo que recebi desde que cheguei. Obrigada por apoiarem e compreenderem minhas limitações durante a elaboração dessa pesquisa.

Por fim, agradeço toda a equipe da Policlínica Santa Maria, sobretudo às mulheres que aceitaram compartilhar suas histórias comigo. Agradeço também a CAPES pelo financiamento essencial e imprescindível para realização dessa pesquisa.

RESUMO

Buscou-se nesse estudo, abordar o tema da violência de gênero como sendo um desafio para a saúde pública. Esta pesquisa foi desenvolvida na Policlínica Santa Maria localizada na região dos morros no município de Santos/SP. A metodologia utilizada foi a qualitativa, sendo realizado entrevista aberta com quatro mulheres, duas trabalhadoras e duas usuárias do serviço de saúde. A partir das entrevistas, foram construídas narrativas com o intuito de compreender como as mulheres percebem a violência de gênero a partir do contexto de vulnerabilidade social que estão inseridas. Dessa forma, utilizou-se a hermenêutica dialética como instrumento de análise das narrativas. Os resultados apontaram que a violência de gênero é uma manifestação do machismo, resultante de contextos socioculturais e político-econômicos marcados pelos processos de desigualdade. Além disso, mulheres em situação de exclusão social, sobretudo, pela ausência do Estado e presença do tráfico, tornam-se mais suscetíveis e vulneráveis a episódios de violência. Visualiza-se que essa pesquisa possa aprimorar as formas de envolvimento e comprometimento dos profissionais de saúde acerca das questões de gênero, tal como apontar caminhos de construção e elaboração de políticas públicas comprometidas com o fim da violência.

Palavras Chaves: saúde pública, violência, gênero.

ABSTRACT

This study aimed to address the issue of gender violence as a challenge for public health. This research was developed at Policlínica Santa Maria located in the hills region in the city of Santos / SP. The methodology used was qualitative, with an open interview with four women, two workers and two users of the health service. From the interviews, narratives were constructed in order to understand how women perceive gender violence from the context of social vulnerability that they are inserted. In this way, dialectical hermeneutics was used as an instrument for analyzing narratives. The results pointed out that gender violence is a manifestation of machismo, resulting from sociocultural and political-economic contexts marked by inequality processes. In addition, women in situations of social exclusion, especially due to the absence of the State and the presence of trafficking, become more susceptible and vulnerable to episodes of violence. It is shown that this research can improve the forms of involvement and commitment of health professionals about gender issues, such as pointing out construction paths and elaborating public policies committed to the end of violence.

Keywords: public health, violence, gender.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
INTRODUÇÃO	13
OBJETIVOS	19
I CAPÍTULO: A VIOLÊNCIA COMO PROCESSO SÓCIO- HISTÓRICO	
1.1- Violência na América Latina: da colonização aos golpes do Estado	20
1.2- Gênero, Raça e Patriarcado: estruturas mantenedoras da violência	26
II CAPÍTULO: VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS	
2.1- Histórico, avanços e retrocessos das políticas: breve análise da conjuntura	32
2.2- O SUS no enfrentamento da violência de gênero	39
2.3- Lei Maria da Penha: avanços e desafios	44
III CAPÍTULO: PERCURSO METODOLÓGICO	
3.1- A escolha pela metodologia qualitativa na pesquisa sobre violência de gênero	49
3.2- O campo de estudos: Morro Santa Maria	51
3.3- Participantes do estudo	55
3.4- O encontro com narrativas	56
3.4.1- Narrativa de Elza	61
3.4.2- Narrativa de Elis	67
3.4.3- Narrativa de Amy	72
3.4.4- Narrativa de Nina	78
VI CAPÍTULO: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	
4.1- Análises interpretativas fundamentada na hermenêutica-dialética	83
4.2- Organização dos dados/ Núcleos de Sentido	86
4.2.1- Papéis sociais como mecanismos de controle e dominação	87
4.2.2- Saúde como um (não) espaço de práticas emancipatórias	95
4.2.3- A construção da autonomia: entre afetos e rompimentos	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	111

APRESENTAÇÃO

*“Eu sou apenas um rapaz latino americano
sem dinheiro no banco, sem parentes importantes
e vindo do interior.”*
(Belchior)

Começo essa apresentação citando o músico e compositor Belchior por dois motivos: primeiro porque me identifico com a narrativa de quem sai do interior para aventurar-se na cidade grande, e segundo, porque suas canções chegaram até mim num momento importante de expansão e amadurecimento, tanto profissional, como pessoal.

Uma vez que a pesquisa qualitativa me autoriza a falar de minhas histórias e de meus compromissos ético-políticos, inicio esse trabalho apresentando a minha narrativa, construída a partir de meus lugares de fala e dos bons encontros que essa caminhada vem ocasionando, sobretudo, o encontro com outras mulheres. Isso me permitiu construir essa pesquisa alinhada e comprometida ao que me coloco à tarefa de pesquisar.

Cresci com meus pais e irmãos, Henrique e Emília na área rural do município de Sumaré, interior de São Paulo. Durante nossa infância e início da juventude, tivemos a sorte de estudar em boas escolas públicas de uma cidade vizinha, chamada Monte Mor. Esse período escolar foi fundamental e importante na minha formação, mas também foi marcado por alguns conflitos e contradições até então determinantes e viscerais na construção de minha identidade e autonomia. Só depois de adulta compreendi que a vida no campo (e fora dele) exigia de mim resiliência.

Não me recordo de nenhum momento da infância/adolescência/juventude em que política não fosse assunto discutido em casa. Cresci acompanhando meus pais militantes em encontros e reuniões do Partido dos Trabalhadores. Escutava e observava desde criança os discursos e posturas feministas de minha mãe, professora de escola pública que sempre problematizava e questionava as hegemonias. Meu pai, como um bom mineiro de poucas palavras e muito silêncio, me passou, ao longo dos anos, seus conhecimentos sobre a terra, as plantas e a culinária.

Em 2006, com dezenove anos e sem muitas certezas, inicio a graduação em educação física na esperança que o curso trouxesse identificação e sentido para minha vida. Não foi bem isso que aconteceu. Naquela época, além de coragem e ousadia não serem minhas principais características, o meio acadêmico acabou sendo, para mim, um espaço pouco potente. Eu precisava de um empurrãozinho... Mas de quem? E pra onde?

Eis que minha mãe, com sua sagacidade escorpiana, me incentivou a prestar um concurso público recém aberto pela prefeitura de Sumaré para trabalhar como Agente Comunitário de

Saúde (ACS) num ‘posto de saúde’ que seria inaugurado ali mesmo na zona rural, próximo ao sítio em que morávamos. Nessa época, apesar da ingenuidade adolescente, eu já entendia que o país passava por grandes mudanças políticas devido eleição do ex-presidente Lula, e que a chegada de uma unidade de saúde naquele bairro rural, distante de tudo e com pouquíssimos recursos, fazia parte de um projeto diferente de sociedade.

Começa então, em meados de 2007, minha caminhada na saúde pública como ACS na Estratégia de Saúde da Família (ESF) desta Unidade Básica de Saúde (UBS) Rural próximo de casa. Aos poucos fui me aproximando de temas relacionados à promoção e prevenção da saúde, e fui percebendo a integração da educação física com a política de saúde na qual estava inserida. Esse lugar me proporcionou vivenciar as políticas públicas de perto, e aos poucos fui me envolvendo em diferentes espaços da gestão e do Controle Social. Nessa época, sobre forte influência e exemplo de meus pais, me filio ao Partido dos Trabalhadores me alinhando posteriormente, à corrente Democracia Socialista¹, sobretudo nos espaços de discussão sobre juventude e feminismo.

Depois de formada e já com bastante inserção em outros pontos da rede de saúde, sou convidada pelo secretário (que na ocasião, era um companheiro e amigo no qual tínhamos apoiado sua eleição como vereador) a compor a equipe de gestão no Centro de Apoio e Educação Permanente- CAEPS, no município de Sumaré- SP. A experiência na gestão ampliou meus conhecimentos nas diferentes esferas do SUS e fui compreendendo a importância dos processos de formação em saúde e me identificando com o lugar de facilitadora/ orientadora. No entanto, muitos desafios teóricos e práticos me foram colocados evidenciando a necessidade de me especializar.

Faço então em 2010 uma primeira pós-graduação em Saúde Pública e posteriormente em Gestão e Políticas Públicas, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo- FESPSP, financiada pela Fundação Perseu Abramo e direcionada aos filiados do partido. Nesse espaço de gestão, conheci três mulheres que foram determinantes em todas as outras escolhas que fiz daquele dia em diante, são elas: Carla Pavan, Gra Sgobin e Patrícia Carvalho. A elas, devo grande parte de minha compreensão e engajamento no SUS, sou grata pelos nossos caminhos se cruzarem, ainda hoje!

Após três anos trabalhando na gestão municipal, sou tomada por um desejo muito forte de construir minha trajetória enquanto militante feminista e do SUS para além daquele espaço no qual minha identidade ainda era muito vinculada à atuação militante de meus pais. Nessa época,

¹ Corrente interna do Partido dos Trabalhadores (PT) composto apenas de militantes com filiação partidária.

meus irmãos já tinham saído de casa pra fazer faculdade federal, meu irmão artes cênicas em Ouro Preto-MG e minha irmã ciências sociais em Florianópolis-SC. Eu era a única filha que ainda não tinha rompido o cordão umbilical.

Comecei então a prestar processos seletivos pelo Brasil afora, até que sou convocada para compor a equipe de Apoiadores em Saúde do município de São Bernardo do Campo, em 2012. Minha mudança para a região do ABC² foi um divisor de águas na minha formação enquanto pessoa e militante. Era a primeira vez, aos 25 anos, que morava na cidade, com rua asfaltada e ponto de ônibus na esquina. Dividi república com duas pessoas que foram importantíssimas por grande parte do meu aprendizado, sobretudo nas alquimias culinárias que posteriormente, influenciaram minha decisão pelo vegetarianismo: Mariana Paes, amiga querida que despertou meu lado bruxa e intuitivo, e Marcos Lima, por me aproximar dos conhecimentos da Medicina Tradicional Chinesa que norteiam ainda hoje minhas práticas em saúde.

Nesse espaço, atuei no núcleo da educação física na lógica do Apoio Matricial, mas com atuação majoritária no Apoio Institucional, sendo referência de um extenso território de saúde. Desenvolvi atividades como facilitadora dos espaços de Educação Permanente, elaboração e implantação de protocolos municipais, além de inúmeras capacitações com profissionais da rede, no período de seis anos. Nessa época, também me aproximei do coletivo feminista Marcha Mundial das Mulheres, atuando organicamente pelo núcleo do ABC. Esse espaço também me aproximou do curso de formação Promotoras Legais Populares-PLP³, e comecei a facilitar aulas sobre SUS, Saúde da Mulher e participação popular em diversas cidades do ABC. Dessa vez, tinha construído minha própria identidade! Era conhecida como a ‘Laís feminista do ABC’, ou a ‘Laís da saúde’ e não apenas a ‘Laís filha da Inês e do Hervécio’.

Meu encontro com o movimento feminista foi essencial para minha formação como mulher. Só então consegui compreender as estruturas de poder que também se fizeram presente em meus relacionamentos pessoais. O feminismo me permitiu olhar o passado e fazer escolhas saudáveis e coerentes no presente, sobretudo em relação às pessoas que caminhariam comigo do mesmo lado da trincheira. O trabalho como Apoiadora me possibilitou construir uma rede de amigos e de cuidados extremamente potente. Ainda hoje, são essas pessoas que escolho partilhar

² Região Metropolitana de São Paulo composta pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

³ Projeto popular criado em 1994 pela União de Mulheres do Município de São Paulo, responsável por formar mulheres da comunidade sob uma perspectiva da construção da igualdade de direitos entre as diversidade étnico-racial, sexual e de classe social.

minhas vivências, angústias, segredos, viagens e vinhos chilenos. Nel@s eu encontro o acolhimento necessário quando bate aquela saudade de casa.

Em 2016, já com bastante experiência e acúmulo no trabalho em saúde e no movimento feminista, me dou a chance de fazer as pazes com o mundo acadêmico, mas dessa vez, numa universidade federal, como meus irmãos. Me aproximo da UNIFESP, no campus Baixada Santista e começo a participar do Laboratório de Estudos sobre Desigualdade Social- LEDS junto do professor Carlos Roberto (Beto), que se tornou, posteriormente, meu orientador no Mestrado Acadêmico no Programa Interdisciplinar em Ciências da Saúde, em 2017.

A intensidade e necessidade de imersão nesse novo lugar de pesquisadora, me fez optar pela demissão em São Bernardo do Campo para me dedicar exclusivamente à pesquisa, na qual tive financiamento da bolsa CAPES. Dessa forma, mudo para a cidade de Santos/SP e inicio uma nova história... Conheço as mulheres incríveis PLPs e me envolvo rapidamente na construção e coordenação do curso na região da Baixada Santista. Para mim, era fundamental não me afastar da militância e poder fazer as costuras e intersecções da minha pesquisa de mestrado com as questões de gênero.

Me aproximo também do debate sobre parto humanizado e sinto um chamado muito forte para a doulagem. Decido fazer a formação em Doula⁴ pelo Grupo de Apoio à Maternidade Ativa-GAMA e resgato, nesse curso, toda a ancestralidade de minhas bisavós parteiras tradicionais e uma certeza muito grande das minhas bandeiras de luta. De certa forma, esse curso alinhava minha história na educação física, no feminismo, na militância, na saúde pública, no sagrado feminino até chegar à pesquisa de mestrado.

Como um grande condensado de todas essas práticas, opto nesse trabalho por estudar violência de gênero. Ao delimitar quem seriam as mulheres narradoras, achei importante ouvir a história de trabalhadoras e usuárias do SUS, a fim de entender as percepções e práticas acerca desse fenômeno. No entanto, meu encontro com essas quatro mulheres foi intenso e afetivo, porque, de certa forma, também era um encontro com minha própria história.

Elis compartilhou comigo detalhes de sua vida, confidenciando, inclusive, que já tinha feito um aborto, coisa que nunca havia contado à ninguém. Elza, assim como eu, escutava reggae,

⁴ Doula é uma assistente de parto, sem necessariamente formação médica, que acompanha a gestante durante o período da gestação até os primeiros meses após o parto, com foco no bem estar da mulher. Estudos mostram que atuação da doula no parto pode diminuir em 50% as taxas de cesárea, 20% a duração do trabalho de parto, 60% os pedidos de anestesia, 40% o uso da ocitocina sintética e 40% a utilização de fórceps. (LEÃO; BASTOS, 2001.; SILVA *et al*, 2012.; KLAUS; KENNEL, 1997.; SCOTT *et al*, 2010). Em resumo, doula é uma espécie de guardiã da mulher, que oferece proteção e assegura que os direitos e privacidades da gestante sejam respeitados.

era fã da banda Charlie Brown Jr⁵ e se apaixonava por skatistas que fumavam maconha, a diferença é que hoje, faço mestrado e pratico yoga, e ela, foi espancada pelo marido e é mãe solteira de quatro filhos. Nina, mulher lúcida de traços indígenas e africanos, falava do sofrimento de perder um filho pro tráfico ao mesmo tempo que amamentava seu quinto filho de um ano. Amy não acha normal uma mulher ter muitos filhos, mas acha normal que seu namorado tenha trinta cachorros.

De fato, as narrativas mostram que diferentes contextos (sociais, familiares e culturais) determinam como a violência será sentida e vivida por diferentes mulheres. De um lado, minha história se aproxima a delas, mas de outro, meu contexto e minha branquitude nos colocam em posições paralelas. De toda forma, meus encontros com elas foram carregados de potencia e reflexões... Sigo concordando com Hannah Arendt (2007): *“Toda dor pode ser suportada se sobre ela, puder ser contada uma história.”*

⁵ Charlie Brown Jr. foi uma banda brasileira de rock formada em Santos no ano de 1992. As canções da banda misturavam vários gêneros musicais como o hardcore punk, reggae, rap, rock alternativo e skate punk, criando assim um estilo próprio e original. Suas letras faziam diversas críticas à sociedade, além de uma abordagem da perspectiva do universo jovem contemporâneo.

INTRODUÇÃO

A violência é parte intrínseca da vida social e, como produção social, apresenta-se atrelada ao resultado das relações e dos conflitos de poder, sendo que, para compreender seu impacto sobre a saúde é preciso uma ampla discussão conjunta dos problemas que relacionam saúde, estilo de vida, condições econômicas, culturais, dentre outros aspectos (MINAYO, 2006). Temáticas referentes às questões de gênero e violências, que engloba dentre elas, a violência doméstica, está presente no cotidiano da vida social e se apresenta como um fenômeno repleto de contradições, antagonismos e conflitos nas suas mais diversas e complexas formas de expressão. (AGOSTINI, 2015)

A violência, ainda hoje, é uma realidade em todos os ciclos de vida das mulheres, desde a fase da infância até a velhice, podendo ser considerada como um dos agravos à saúde de maior impacto devido a sua ampla capacidade de se manifestar no âmbito da subjetividade (DIAS, 2004). Apesar das múltiplas formas que a violência pode assumir (física, emocional, psicológica, moral, psicossomática entre outras), o elo entre todas elas, segundo apontado por Agostini (2015) é a expropriação da dignidade do outro.

Observa-se que na literatura⁶ utilizam-se diferentes formas para definir as tipologias do fenômeno: violência doméstica, violência de gênero, violência patriarcal, violência sexual, violência por parceiro íntimo, feminicídio, violência de gênero no casal, mulheres em situação de violência, ou apenas violência contra as mulheres. Isso nos dá indícios da complexidade do tema e nos coloca o desafio de compreendê-lo na sua dimensão sem reduzi-lo a um conceito simplista. No entanto, independentemente de ser uma questão semântica, todas as expressões dizem respeito ao gênero empregado pela cultura patriarcal que estabeleceu historicamente, relações de poder e dominação dos homens sobre as mulheres.

Neste estudo, opto pelo conceito “violência de gênero” defendido pela socióloga feminista Heleieth Saffioti (2001) acreditando ser o termo mais abrangente pois sobre ele mencionam-se categorias sociais, nas quais colocam homens como agressores e mulheres como alvo das agressões – físicas, sexuais, emocionais. A autora ainda acrescenta, evitando possíveis equívocos de compreensão:

“Nada impede, embora seja inusitado, que uma mulher pratique violência física contra seu marido/companheiro/namorado. As mulheres como

⁶ Ao longo dessa pesquisa, foi realizada uma revisão de literatura narrativa, retrospectiva e documental a partir do levantamento das produções científicas publicadas no período de 2005 a 2018 localizadas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS- Brasil), que comporta inúmeras bases de dados nacionais e internacionais, no qual se identificou diferentes nomeações acerca do mesmo fenômeno. (DUTRA; CASTRO e SILVA; SCHVEITZER, 2019)

categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. E isto faz uma gigantesca diferença.” (SAFFIOTI, 2001, pág. 116)

Nesta pesquisa, buscou-se compreender o fenômeno da violência de gênero para além da sua manifestação no uso intencional da força física ou do poder, mas também compreender como ela se dá no campo simbólico das relações. No entanto, é apontado por Minayo (2005), que a visão arraigada desse sistema de dominação em que o masculino é tido como o lugar da ação, da decisão e da chefia, é investido sobre ele uma posição social (naturalizada) de agente do poder e da violência que tem historicamente, uma relação direta de concepções e modelos de masculinidades.

Saffioti (2004) coloca que, ao associar poder à masculinidades se constroem e se reproduzem práticas discursivas de exploração-dominação, causando assim uma acentuação da violência contra as mulheres. O Brasil mantém a colocação de quinto lugar na lista dos países com maiores taxas de homicídio contra as mulheres de acordo com o Mapa da Violência de 2017, representando cerca de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Grande parte desses assassinatos são cometidos pelo cônjuge, parceiro ou ex-parceiro, sendo praticado na maioria das vezes no âmbito do espaço doméstico, tornando a questão ainda mais invisível. (WAISELFISZ, 2017)

O movimento feminista tomando consciência dessa problemática, tem buscado construir forças políticas com o objetivo de questionar e mudar os padrões de comportamento, práticas, normas e valores que historicamente mantiveram as relações de poder e colocaram as mulheres em condição de submissão. Como exemplo desse processo, em 1993 a violência contra as mulheres foi reconhecida como violação de direitos humanos, tendo a chancela da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena, e respaldados no parágrafo 8º do artigo 226 da Constituição Federal Brasileira. No âmbito da saúde pública, a violência foi reconhecida como questão pelas Nações Unidas apenas em 1996. (MINAYO, 2006)

Contudo é apontado por Agostini; Santos (2015a) que as políticas públicas conformam um campo de práticas, discursos, saberes, poderes e lugares sociais marcados pela tensão entre realidade concreta e realidade possível. De certo modo, elas se configuram como um conjunto de ações e estratégias de caráter público no intuito de regular a relação do Estado com a sociedade e vice-versa. No Brasil, a reivindicação por políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero é uma pauta antiga do movimento de mulheres que vinha tendo avanços significativos no âmbito das políticas desde o ano de 2003 com a criação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), criada no governo Lula (2003- 2010).

Nessa época, houve importantes programas e ações voltados ao combate de todas as formas de violência contra as mulheres, como por exemplo: as parcerias firmadas entre Estados e Municípios que garantiram recursos para melhorias em Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), Casas-Abrigo e Centros de Referência; a elaboração de Normas Técnicas e Política de Abrigamento; a aprovação da Lei Maria da Penha; o disque denúncia- Ligue 180; além de outras políticas no âmbito do trabalho, como o Programa Pró-Equidade de Gênero, que tinha como objetivo garantir às mulheres, sem distinção de raça, etnia, orientação sexual ou qualquer discriminação, acesso aos cargos de chefia, igualdade de tratamento, melhores salários e iguais oportunidades. (AGOSTINI; SANTOS, 2015a)

Nesse sentido, a articulação entre violência doméstica e saúde pública é feita por Scharaiber, *et al* (2005) ao considerar que a partir do momento em que a violência é desqualificada como questão, facilita-se o processo de adoecimento e seus desencadeantes, gerando então uma separação entre a doença e seus fatores de risco. Essa situação apresenta-se incomum em relação aos adoecimentos de modo geral, nesse sentido, tratar os casos de violência apenas por seus efeitos, contemplaria a prática médico-sanitarista e os tornariam insuficientes na perspectiva da prevenção em saúde.

Assim, o desejo de estudar violência de gênero e seu imbricamento na saúde pública é despertado em mim no momento em que inicio minha caminhada no SUS, em meados de 2005 como Agente Comunitária de Saúde em um PSF Rural no interior de São Paulo, ao mesmo tempo em que me aproximo do movimento social e inicio então minha atuação como militante feminista da Marcha Mundial das Mulheres. Dentre os inúmeros bons encontros e contribuições para toda uma vida que tanto o SUS, como o movimento feminista me proporcionou, o principal sem dúvida foi o direcionamento político a partir da construção de um feminismo e de uma saúde pública popular, anticapitalista, anti-racista e anti-patriarcal. Dessa forma, sou provocada por diversas questões sobre como fazer esses dois espaços de atuação conversarem e se completarem.

Portanto, essa pesquisa tem como objetivo geral compreender como mulheres trabalhadoras e usuárias do SUS percebem e vivenciam a violência de gênero a partir do contexto de vulnerabilidade no qual estão inseridas. Para isso, me aproximo da psicologia social crítica, mas também transito pelas áreas da ciências sociais e filosofia, sobretudo aquelas pensadas e produzidas por autoras mulheres.

No primeiro capítulo, discuto a violência sob um olhar sócio-histórico me apoiando em autoras como Chauí (2017), Sawaia (2014) e Freitas (2002), que ampliam a idéia acerca da violência mostrando que ela supera o conceito apenas no campo físico, mas se apresenta também

em diversas situações da vida brasileira em que violência e poder andam juntos. Trago também um recorte da América Latina utilizando as contribuições da psicologia sócio-histórica de Martín-Baró (2017).

Para fazer o diálogo entre violência e saúde, me utilizo das contribuições de Minayo (2006) que percebe a violência como um fenômeno negativo à maior consciência de liberdade e aos direitos humanos, apontando a importância de compreender seus mecanismos lembrando que no Brasil, em sua história de formação enquanto sociedade, a violência sempre esteve presente. Nessa linha, aprofundo as reflexões sobre gênero e patriarcado a partir dos estudos da socióloga feminista Saffioti (2004), não deixando de pontuar questões raciais advindas do processo de colonização e escravidão como importantes estruturas mantenedoras da violência.

No segundo capítulo, faço um resgate histórico das políticas públicas de combate a violência, sobretudo as que foram criadas no governo Lula e Dilma (2003 a 2016), apontando principalmente a importância do Sistema Único de Saúde no enfrentamento das violências de gênero. Também trago algumas reflexões sobre os avanços e desafios da Lei Maria da Penha e apresento o ciclo da violência doméstica como uma forma didática de compreensão desse complexo fenômeno.

No terceiro capítulo, explico meu caminho enquanto pesquisadora dentro de um território de ocupação localizado na região dos morros na cidade de Santos/S.P, e descrevo o processo de aproximação com a pesquisa qualitativa em saúde expondo também minha opção metodológica para compreender melhor meu objeto de estudo: a violência de gênero.

No âmbito da pesquisa, Gonzalez Rey (2015) ressalta que o paradigma qualitativo apresenta uma série de implicações justamente por romper com o modelo tradicional que estabelece a separação do sujeito com seu objeto de pesquisa e valida as experiências subjetivas como também produção científica. Nesse sentido, minha inserção no campo de estudos, na Policlínica Santa Maria, aconteceu devido minha participação no Laboratório de Estudos sobre Desigualdade Social (LEDS), espaço que me possibilitou aproximações acerca das metodologias qualitativas.

Nesse espaço, tive a oportunidade de participar de duas grandes pesquisas: *“Desigualdade social e subjetividade: trajetórias de vida e lutas por melhores condições de vida e saúde em território vulnerável da Baixada Santista”* financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPQ e *“Ética do cuidado e construção de direitos: acolhimento psicossocial em práticas da saúde da família em situações de exclusão social”* com

financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo- FAPESP, ambas coordenadas pelo meu orientador Carlos Roberto.

Como um instrumento também potente que aproxima o pesquisador de seu objeto de pesquisa, fui apresentada às narrativas durante minha participação como aluna no Programa de Aperfeiçoamento Didático- PAD, me fazendo enxergar esse instrumento como possibilidade metodológica que permitiu não só escutar as histórias de vida das mulheres, mas também refletir sobre quais contextos essas histórias foram produzidas. Acerca disso, Larrosa Bondía (2002) pensa as narrativas a partir da experiência e do saber de experiência, afirmando o processo singular e subjetivo que leva cada indivíduo a interpretar sua história.

Nessa linha, Onocko Campos (2011) afirma a necessidade de considerar os contextos nos quais uma narrativa é produzida, enfatizando ainda que nesse processo de narrar, o sujeito ressignifica o tempo todo sua própria história. Nesse aspecto, me identifico com a pesquisa qualitativa, pois através dela foi possível compreender que, enquanto mulher que pesquisa violência de gênero, ocupo ao mesmo tempo o lugar de sujeito e de objeto.

Para isso, essa pesquisa foi desenvolvida a partir da narrativa de vida de quatro mulheres das quais corajosamente lhes atribuí aos pseudônimos de Nina, Elza, Elis e Amy. Os pseudônimos referem-se à mulheres cantoras das quais muito me inspiram: a cantora e pianista norte americana Nina Simone; a cantora e compositora carioca Elza Soares; a polêmica cantora e intérprete Elis Regina; e Amy Winehouse, cantora e compositora britânica. Todas elas, vítimas da violência patriarcal. Escrever sobre a história dessas mulheres foi também uma escrita sobre mim, e sobre tantas de nós que cotidianamente temos nossas vidas atravessadas pelo machismo.

No quarto capítulo analiso e discuto os dados levantados baseando-me na proposta da hermenêutica- dialética, sugerida por Minayo (2014) como um caminho metodológico para o conhecimento que evidencia a compreensão e os limites acerca de apontamentos e críticas sobre a realidade social de determinado grupo. Dessa maneira, ao analisar as falas dos sujeitos seguindo essa via do caminho reflexivo proposto por Gadamer (2015), identifico num primeiro momento, núcleos de sentido levantados a partir da leitura exaustiva das narrativas. Após isso, elas foram organizadas segundo operacionalização proposta por Minayo (2014), por meio de três fases: (a) ordenação dos dados; (b) classificação dos dados/ unidades de sentido; e (c) análise final.

Por fim, como resultado dessa operacionalização, três temas analíticos foram identificados: (1) Papéis sociais como mecanismos de controle e dominação (2) Saúde como um (não) espaço de práticas emancipatórias e (3) A construção da autonomia: entre afetos e rompimentos. Esse processo analítico foi facilitado pela hermenêutica dialética a partir do

momento que ela possibilita uma relação consigo mesmo ao mesmo tempo em que proporciona relacionar-se com outro. A forma como esse processo analítico foi desenvolvido, possibilitou compreender como a violência doméstica se apresenta na sociedade e como ela se (re) organiza no espaço privado da vida cotidiana a partir das relações.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

Compreender como mulheres trabalhadoras e usuárias do Sistema Único de Saúde da Policlínica Santa Maria percebem a violência de gênero partindo do contexto de vulnerabilidade social no qual estão inseridas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender as diversas experiências com a violência de gênero de trabalhadoras e usuárias do SUS;
- Compreender a dialética das relações pessoais e institucionais da violência de gênero.
- Aprender como o fenômeno da violência de gênero é percebido no contexto da Estratégia de Saúde da Família pelas trabalhadoras e usuárias.

I CAPÍTULO:

A VIOLÊNCIA COMO PROCESSO SÓCIO HISTÓRICO

1.1- Violência na América Latina: da colonização aos golpes do Estado

“A gente tem um histórico de violência muito grande. A mulher negra e a mulher indígena eram escravas duas vezes: na produção do trabalho e na produção do prazer sexual. Hoje o que a polícia faz com os pobres era o que os capitães do mato faziam com os escravos em fuga.” (Conceição Evaristo)⁷

A violência se institui de acordo com épocas, locais e circunstâncias. Segundo análises feitas a respeito dos eventos violentos, percebe-se que eles sempre se referem a conflitos de autoridade, de lutas pelo poder e pela vontade de domínio e de posse do outro. No entanto, a tentativa de reduzi-la a uma definição simples é, sobretudo não compreender sua evolução e especificidade histórica (MINAYO, 2006). Para pensar esse fenômeno, Chauí (2017) ressalta a necessidade de olhar como a sociedade se estabeleceu em termos de valores, normas e regras que organizaram e estruturaram as relações sociais e políticas, acrescentando para além da violência física, a presença também de violências simbólicas.

No entanto, para apreender a violência e suas dinâmicas na realidade brasileira é preciso compreender a forma com que a sociedade enxerga e projeta essa temática. Essa compreensão se dá, segundo Minayo (2006), ou por meio da filosofia popular onde a violência é vista como crime, corrupção e pecado, ou pelo ponto de vista erudito, no qual é entendida como negação de direitos do ‘outro’ e instrumento de poder. Ou seja, os eventos violentos sempre passarão pelo julgamento moral da sociedade, e a dificuldade em conceitualiza-lo se dá justamente pelo fato de a violência ser um fenômeno que se manifesta na ordem do vivido, e afeta quem comete, quem sofre e quem presencia. (MINAYO, 2006)

Chauí (2017) afirma que o lugar onde a violência se situa não parte apenas de uma fraqueza da sociedade civil, mas encontram-se também localizadas nas próprias instituições sociais e políticas. Contudo, ainda persiste no Brasil um “mito da não violência” que segundo a autora traz uma inversão do real, pois dissimula comportamentos, ideias e valores violentos como

⁷ Entrevista realizada no Rio de Janeiro em março de 2015 quando seu romance “Ponciá Vicêncio” acabava de ser traduzido e publicado na França (L’Histoire de Ponciá), onde retrata o encontro de uma mulher negra com sua ancestralidade, ou seja, a escravidão.

se não fossem violentos, de modo que a sociedade brasileira não perceba que a violência ancora-se na ausência de direitos, ou seja, na desigualdade econômica, social e cultural. Sendo assim, questões como o machismo, racismo, homofobia não são considerados formas de violência, justamente por não serem percebidos como estruturantes da sociedade brasileira. (CHAUÍ, 2017)

Jessé de Souza (2004) nos ajuda a entender os fatores associados a violência ao relacioná-la com os mecanismos mantenedores das desigualdades sociais e da exclusão no Brasil, sendo uma delas o processo de naturalização que a envolve. Ele a percebe como uma construção coletiva consolidada cotidianamente nas relações que as pessoas estabelecem a partir das práticas sociais que são permeadas pelas crenças e valores, afirmando ainda que a desigualdade social e os processos de exclusão produzem fortes impactos na constituição da subjetividade, que é individual, coletiva e social. (SOUZA, 2004)

Com isso, a noção de desigualdade social e os processos de exclusão aparecem na segunda metade dos anos 80 como algo incompatível a democratização da sociedade, sendo a discriminação no Brasil atribuída à fatores econômicos, culturais e políticos, além de étnicos. Nessa direção, Sawaia (2014) introduz a ética e a subjetividade ao analisar sociologicamente as desigualdades e os processos de exclusão, afirmando que em ambos os casos, a privação do poder de ação e de representação coexistem, podendo ser então associadas a um descompromisso político com o sofrimento do outro. (SAWAIA, 2014)

No entanto, Souza (2004) faz uma incursão sobre a desigualdade social a partir dos seus processos sociopsicológicos trazendo a importância de tratá-la não apenas sob o olhar economicista, uma vez que -por exemplo- o crescimento econômico do país não resultou na redução da desigualdade social na mesma proporção, mas também analisar sua dimensão subjetiva formada por sínteses de histórias coletivas, na qual compreende a expressão dos sujeitos como manifestações das subjetividades individuais.

Nessa linha, o autor ao citar a noção de habitus defendida por Bourdieu, a define como um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras na qual produz um esquema de comportamentos e condutas geradoras de práticas individuais e coletivas, ambas de acordo com esquemas estipulados pelos grupos dominantes. E afirma, sobretudo, que essa produção simbólica não ocorre na vida dos sujeitos de forma arbitrária, mas atua nas formas de ser, pensar e atuar, sendo estas provenientes do sistema dominante e legitimado pelo mesmo. (SOUZA, 2004)

No intuito de compreender a violência e seus mecanismos, vale-nos lembrar que o Brasil sempre teve uma história de violência articulada à sua forma de colonização e de desenvolvimento, embora ocorra no imaginário social que somos um país pacífico. Em qualquer

época histórica do nosso país a violência esteve e está presente, inclusive no processo de nossa formação enquanto povo, marcado terrivelmente pelo desprezo e crueldade contra os indígenas, pela escravização de negras e negros e pela violência do estupro de mulheres pelos europeus. (MINAYO, 2006)

Darcy Ribeiro (2015) em seu livro “O Povo Brasileiro” resgata a história desse processo violento a partir da chegada dos portugueses no qual tratavam como estranho, primitivo, pobre e selvagem a comunidade indígena que aqui habitavam durante séculos. Igualmente foram tratadas negras e negros trazidos principalmente da costa ocidental da África, sendo propositalmente separados de sua etnia dificultando assim a formação de núcleos de resistência e os submetendo ao regime escravocrata.

Todo o período colonial foi marcado pelo desprezo e pela crueldade contra indígenas e negros através da exploração de sua força de trabalho e expropriação de sua cultura. Esse conflito se processou através de um movimento secular entre a população originária dos territórios, que se estrutura com base no parentesco e outras formas de sociabilidade sempre carregadas de profunda identificação étnica e de um modo de vida essencialmente solidário, e o invasor que, legitimado por uma estrutura estatal impôs a implantação de um novo tipo de economia e de sociedade a partir da dominação dos territórios, compondo então uma sociedade articulada em classes. (RIBEIRO, 2015)

Gilberto Freyre em sua obra “Casa-Grande e Senzala” publicada pela primeira vez em 1933, narra o regime presente na formação da família e da sociedade brasileira na qual predominava-se a relação masculina arbitrária exercida pelo uso da violência sexual contra a mão de obra escrava feminina, como estratégia da colonização portuguesa para aumentar a população escrava. O autor naturaliza e romantiza as relações sexuais entre os colonos, nativos e africanos, caracterizando esse processo de miscigenação e mistura racial como um processo de democracia racial e de formação do povo brasileiro.

Sobre isso, Sueli Carneiro (2013) aponta criticamente que no Brasil e na América Latina, a violação colonial exercida pelos senhores brancos contra mulheres negras e indígenas resultou numa miscigenação no qual sobre a construção da identidade nacional exaltou-se o mito da democracia racial latino-americana, fato esse denominado pela autora de estupro colonial. Essa afirmação pode ser comprovada pela geneticista Kimura (2017) em seu estudo sobre a história genética de habitantes remanescentes de quilombos, realizada no estado de São Paulo na região do

Vale do Ribeira, na qual demonstrou que dois terços da linha patrilinear quilombola é europeia⁸. Ou seja, da miscigenação causada pelo estupro.

No entanto, Ribeiro (2015) salienta que conflitos inter-étnicos onde diferentes tribos se opunham umas às outras sempre existiram, contudo isso se dava sem grandes conseqüências porque nenhuma delas tinha possibilidade de impor sua hegemonia às demais. A partir do momento que entra nesse conflito a figura do europeu dominador e os novos grupos humanos que se formam a partir dele, inclusive legitimados por uma estrutura estatal, nota-se que os processos de violência se relacionam à busca pelo poder, e genocídio, que tanto na esfera econômica como na social possui um caráter fundamentalmente classista. (RIBEIRO, 2015)

Este conflito foi trazido por Galeano (2008) em sua obra “As Veias Abertas da América Latina” publicado em 1976, onde relata o histórico de violência que atravessou o continente desde o descobrimento até os dias atuais, onde tudo se transformou em capital europeu e, mais tarde, no capital norte-americano formando grandes centros de poderes:

(...) a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos. Na alquimia colonial e neocolonial, o outro se transforma em sucata e os alimentos se convertem em veneno.” (GALEANO, 2008, p.18)

Esse recuo no passado nos possibilita refletir a complexidade do fenômeno da violência e como historicamente ela foi instituída por segmentos do Estado a partir da dominação e uso da força direta. Martin Baró (2017), nos seus estudos sobre a violência na América Latina entre os anos de 1972 a 1989, período marcado pelos efeitos da Guerra Fria e ditaduras militares em alguns países do continente⁹, define a violência enquanto um projeto histórico onde o ato violento é efetivado pelo ser humano, cuja natureza é histórica e portanto, aberta a diversas e contraditórias possibilidades, sendo assim, sua compreensão só torna-se possível se contextualizada social e politicamente.

⁸ A análise dos cromossomos Y nessa população identificou que 65% vem de origem europeia, 32% são africanos e 6% de nativos americanos. Esses resultados também foram observados em outras populações de afrodescendentes brasileiros e norte-americanos de origem escrava, nos quais a linhagem patrilinear europeia é predominante.

⁹ Países que sofreram golpes militares apoiados pelos EUA no período da Guerra Fria: El Salvador (1931), Guatemala e Paraguai (1954), Argentina (1962), Brasil (1964), República Dominicana (1966), Peru (1968), Bolívia (1971), Equador (1972), Uruguai e Chile (1973) e Nicaragua (1979)

O acirramento da violência nos países latino- americanos teve forte influência das ditaduras militares apoiadas pelo imperialismo norte-americano, que assolaram o continente imperando então a pobreza, concentração de renda e intensas contradições sociais. (HUR, 2017)

A respeito disso, Martin- Baró (2017) em seus estudos sobre a América Latina no período de guerra civil aborda a violência a partir de uma perspectiva histórica, passando pelas suas diferentes dimensões e consequências psicossociais. O autor propõe uma ruptura radical dos regimes políticos autoritários e repressivos (dirigidos por militares) e o controle hegemônico dos EUA, e, sobretudo, aponta a psicologia social como potente ferramenta para contribuir na mudança e nos conflitos sociais gerados pelas estruturas econômicas subdesenvolvidas, desiguais e injustas, compostas por uma elite minoritária e uma maioria em situação de miséria e marginalidade.

A população civil sofreu anos de repressão, aprisionamento e sobretudo a tortura, que existiu em nome de uma razão de Estado no qual se impunha a partir do aniquilamento das vontades individuais e coletivas. Pau de arara, afogamentos, geladeira, enforcamento, introdução de insetos nos órgãos genitais, queimaduras, palmatórias entre outras, eram técnicas utilizadas nesse período, além das agressões morais e emocionais. (MINAYO, 2006)

Esses instrumentos de tortura foram registrados no projeto “Brasil: Nunca Mais” desenvolvido clandestinamente entre 1979 e 1985 durante o período final da ditadura militar, por Dom Paulo Evaristo¹⁰, onde a tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Arns (2001) aponta a contradição do Estado no que diz respeito ao artigo 5º da Declaração Universal pelos Direitos Humanos, assinado pelo Brasil, onde estabelece que: *“Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento cruel, desumano ou degradante”* sendo esse princípio ignorado durante vinte anos de Regime Militar pelas autoridades brasileira:

“Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações efetivas de parentesco. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos.” (ARNS, 2001, p. 34)

¹⁰ Desenvolvido também por Rabino Henry Sobel, pelo pastor presbiteriano Jaime Wright e equipe, na qual sistematizou informações de mais de 1.000.000 de páginas contidas em 707 processos do Superior Tribunal Militar (STM) revelando a extensão da repressão política no Brasil cobrindo um período que vai de 1961 a 1979.

Essa ação violenta e truculenta contribuiu para que surgissem, naquela época, diversas organizações de guerrilha¹¹ inspiradas pela vitória da Revolução Cubana, no qual adotou a luta armada como forma radical de ação, tornando-se então uma política influente entre amplos setores da esquerda na América Latina nas décadas de 1960 a 1980, como forma de luta e resistência contra os regimes ditatoriais e a favor de um projeto socialista (HUR, 2017). Contudo, nessa experiência de confronto armado entre militares e militantes de movimentos políticos guerrilheiros, também não faltou o estupro de mulheres como estratégia de humilhação em diferentes momentos históricos e em diversas sociedades como arma de persuasão. (MINAYO, 2006)

Atualmente, de acordo com Serafini (2018), muitos países da América Latina ainda são vítimas de Golpes de Estado¹² articulados pelas grandes potências capitalistas, elaborados basicamente pelo tripé: grande imprensa, judiciário e oposição articulada. No Brasil, o golpe de Estado de 2016¹³ colocou o país na direção de grupos ligados aos interesses de oligopólios internacionais, com moldes bem parecidos aqueles dos tempos de Guerra Fria.

Por fim, um ponto importante que merece destaque nesse processo de golpes do Estado diz respeito à democracia e perda dos direitos já conquistados. Temos assistido o acirramento da violência no Brasil institucionalizada pelo Estado e reafirmado após o país eleger um militar¹⁴ como presidente. O exemplo disso foi expedido um decreto que facilita o porte de armas e altera o Estatuto do Desarmamento aprovado em 2003, além de inúmeras outras atrocidades e retrocessos no que diz respeito aos direitos humanos.

¹¹ Surgimento de guerrilhas naquela época: Frente Sandinista na Nicarágua (1961), MR-13 na Guatemala (1962), a APRA Rebelde e o MIR no Peru (1959), o Movimento de Libertação Nacional- Tupamaros no Uruguai (1963), Movimento da Esquerda Revolucionária no Chile (1965), a Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VRP), Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), entre outros no Brasil. (HUR; LACERDA JUNIOR, 2017)

¹² Em 2009 o presidente eleito democraticamente Manuel Zelaya foi deposto em Honduras. Três anos depois, em 2012, Fernando Lugo sofre um julgamento político e deixa a presidência do Paraguai. Quatro anos mais tarde, em 2016 o Brasil é pela segunda vez alvo de um Golpe de Estado através do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Em 2019, a Venezuela sofre pressão de diversos países (sob influência dos EUA) deslegitimando o resultado eleitoral no qual elegeu Nicolas Maduro como presidente.

¹³ Link da matéria na íntegra: <http://www.vermelho.org.br/noticia/311830-1>

¹⁴ O militar Jair Bolsonaro foi eleito presidente em 2018 com 55,13% dos votos válidos. Ainda foram computados 2,14% de votos em Branco, 7,43% de votos Nulos, e 21,30% de abstenções, representando mais de 30 milhões de brasileiros que optaram por não participar das eleições. (Fonte: www.justicaeleitoral.jus.br)

1.2- Gênero, Raça e Patriarcado: estruturas mantenedoras da violência

Diferente do que se pensa, não foi uma mulher a formuladora do conceito de gênero. Ele surge pela primeira vez em 1968, quando o professor e psicanalista Robert Stoller ao estudar e pesquisar meninas e meninos que em virtude de problemas anatômicos haviam sido criados como um sexo diferente do seu “verdadeiro”, estabeleceu a diferença entre sexo e gênero, no qual ambos foram alvo de muitas pesquisas e reflexões justamente pelos diversos sentidos adquiridos nos discursos médico-científico-acadêmicos. (MATOS, 2008)

No entanto, os estudos de Stoller não repercutiram naquela época. Somente em 1975, a partir de um famoso artigo escrito pela antropóloga Gayle Rubin¹⁵, o conceito foi reformulado com o intuito de distinguir e separar definitivamente sexo de gênero, sendo o primeiro uma categoria analítica marcada pela biologia e o segundo enfatizado pelos traços da construção histórica, social e política estabelecidos entre homens e mulheres a partir de suas diferenças sexuais. (MATOS, 2008)

Rubin (1993) partiu da problematização do conceito sexo/gênero como sendo um conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, onde quase sempre é acionado uma forma binária/dicotômica no qual reforça as diferenças entre o masculino e feminino colocando a noção de orientação sexual muito próxima daquela de sexualidade.

No Brasil, o conceito de gênero chega na década de 1990, quando o artigo de Joan Scott (1990) foi traduzido e difundido rápida e extensamente (SAFFIOTI, 1999). A autora tratou gênero em sua forma substantiva como categoria histórica, estabelecendo à ele quatro elementos enlaçados: símbolos culturais, conceitos normativos, instituições sociais e subjetividades. Ressalta o desafio de ampliar a utilização da categoria gênero para também se pensar os temas tradicionais da história, tais como a política e o poder. (SCOTT, 1990)

Assim, a autora compara três principais abordagens na análise de gênero por historiadoras feministas, sendo elas: 1) a tarefa exclusivamente feminista de explicação das origens do patriarcado; 2) a análise marxista compromissada com o feminismo; e 3) a psicanálise como explicação da produção e reprodução da identidade subjetiva de gênero. Contudo o objetivo principal de compreender as diferentes abordagens se dá pela importância de situá-las no passado

¹⁵ Em muitas entrevistas, Gayle Rubin se identifica ora no gênero masculino ora no gênero feminino, rompendo justamente com os mecanismos sociais históricos no qual gênero e heterossexualidade são produzidos compulsoriamente.

histórico e de descobrir a amplitude dos papéis sexuais nas várias sociedades e épocas. (SCOTT, 1990)

Saffioti (1999) nos lembra que Simone de Beauvoir embora não tenha formulado o conceito de gênero, ao afirmar em sua obra “O Segundo Sexo” escrito em 1949 a famosa frase “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” fundamenta sua luta contra o essencialismo biológico, e contesta o pensamento determinista do final do século 19, associando a inferiorização do sexo feminino e as desigualdades sociais entre homens e mulheres como questões constituídas a partir do sexo biológico. Beauvoir foi a precursora desse conceito, embora não o tenha nomeado.

“E, em verdade, basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestamente diferentes: talvez essas diferenças sejam superficiais, talvez se destinem a desaparecer. O certo é que por enquanto elas existem com uma evidência total.” (BEAUVOIR, 2009 p.15)

Dessa forma, mulheres e homens se comportaram historicamente de maneiras diferentes diante dos contextos sociais, compreendidos como um intenso e duradouro processo de aprendizagem sociocultural de gênero, que ensinou por sua vez, cada uma/um a agir conforme prescrições já estabelecidas para cada sexo. Ou seja, o gênero e suas dimensões, sentidos, símbolos e significados (sociais e políticos) devido a sua associação com o sexo, define também as relações homo e heterossexuais frequentemente assimétricas e desiguais. (MATOS, 2008)

Gust Yep (2005) aponta a heteronormatividade como um dispositivo que naturaliza e estabelece como forma de legitimação, a suposição do que é ‘natural’, tornando as outras formas de expressão da sexualidade como antinaturais. Segundo o autor, a violência também está relacionada ao padrão heteronormativo que reitera as condições de opressão, sofrimento e aniquilação dos indivíduos percebidos como desviantes os que não se submetem à ordem hétero.

Faria (1998) afirma que o processo de socialização dos indivíduos também tem suas origens e ocorre fundamentalmente na infância, a partir do que está socialmente estabelecido como papel de homem e de mulher. Nesse processo, as crianças aprendem o “mundo” e constroem sua identidade sexual e de gênero. Os gêneros aparecem como opostos e complementares, porém hierárquicos, o homem dominador, e a mulher dominada. A autora aponta a necessidade de incorporar a análise do patriarcado como parte do sistema opressor, para então observarmos a forma particular de como a opressão e subordinação das mulheres vem sendo estabelecida neste modelo. (FARIA, 1998)

Sendo assim, o gênero se constitui nesse conjunto de normas modeladoras dos seres humanos entre homens e em mulheres, sendo essa realidade previamente dada para cada pessoa que passa a conviver socialmente. A autora afirma que essa desigualdade não é natural, mas sim posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder e pelos agentes envolvidos na trama das relações sociais (SAFFIOTI, 1999). No entanto, para pensar essas estruturas faz-se necessário considerar sobretudo as questões raciais, que também atuam nos discursos e nas práticas sociais sustentando desigualdades, exclusões e violências.

Angela Davis (2016) parte de uma análise profunda que trata os efeitos da escravidão na qual a mulher negra foi totalmente desumanizada, para trazer a dimensão da impossibilidade de se pensar um projeto de sociedade que desconsidere a centralidade da questão racial. Para a autora, o sistema escravista definia o povo negro como prioridade tratando homens e mulheres como unidades de trabalho lucrativas, no entanto, sobre as mulheres lhes pesavam o gênero:

“No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres eram idênticas à dos homens. Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-la como se fossem homens eram vistas como desprovida de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modo cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmea.” (DAVIS, 2016, p. 19)

Para essa reflexão, a autora Piscitelli (2008) discute a interseccionalidade colocando em relevo a diversidade das identidades e experiências das mulheres ao considerar a articulação do sexo/gênero com outros eixos, como raça, etnia, classe, sexualidade/orientação sexual, religião, idade/geração, territorialidade etc. Segundo a autora, esse conceito foi elaborado pelas feministas negras nos anos 1980, servindo como ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades.

Sendo assim, a desigualdade de gênero na relação entre homens e mulheres não é dada, mas sim construída freqüentemente e mantida pela cultura patriarcal. Saffioti (2004) nos aponta que o processo de instauração do patriarcado teve início no ano 3100 a.C mas se consolidou no ano 600 a.C. Já naquela época, a forte resistência das mulheres a esse regime fez com que os homens lutassem durante dois milênios e meio para chegar a sua consolidação. A autora ressalta que frente à idade da humanidade (estimada entre 250 mil anos), o patriarcado é uma estrutura

hierárquica recém-nascida, logo não é algo remoto, mas sim jovem e pujante que tem se estabelecido junto às sociedades.

A fim de refletir sobre o conceito do patriarcado, Pateman (1993) aponta que a dominação dos homens sobre as mulheres é criada pela política do contrato. A autora indica que a noção de contrato foi constituída pelo pensamento liberal, sendo necessário analisar suas três principais expressões: o contrato social; o contrato de trabalho; e contrato de casamento, sendo todas um meio caracteristicamente moderno para se criarem relações de subordinação. E ainda acrescenta:

“As relações domésticas privadas também se originam num contrato, mas o significado de contrato de casamento de um contrato entre um homem e uma mulher é muito diferente do significado dos contratos entre homens na esfera pública. O contrato de casamento reflete a organização patriarcal da natureza corporificada no contrato primitivo, institui-se uma divisão sexual do trabalho pelo contrato do casamento.” (PATEMAN, 1993 p. 89)

Além disso, a autora também aponta que essas questões contratuais perpassam por questões raciais:

“Até o final do século XIX a condição civil e legal de uma esposa se assemelhava à de um escravo pela doutrina legal comum do casamento, uma esposa, como um escravo, estava civilmente morta. Um escravo não tinha existência legal independente do seu senhor, e o marido e a esposa se tornavam “uma única pessoa”, a pessoa do marido.” (PATEMAN, 1993 p. 180)

Sendo assim, o patriarcado acaba sendo um sistema de contratos tanto sexual quanto social, pois cria o direito político dos homens sobre as mulheres através da estrutura de poder hierárquica, que contamina tanto a sociedade civil como impregna também o Estado. Sobre isso, a autora acrescenta:

“A venda de mulheres casadas era permitida pois a lei baseava-se no pressuposto de que a esposa era (como) uma propriedade, um marido poderia processar outro homem e exigir uma compensação- por dano a sua propriedade- se sua esposa cometesse adultério. (...) os donos de escravos norte- americanos vendiam seus escravos e não suas esposas. (...) como marido o senhor de escravo tinha direito de acesso sexual a sua esposa, mas ele também tinha, como senhor, acesso sexual a suas escravas.” (PATEMAN, 1993, p.182)

No campo do gênero, Saffioti (2004) aponta que os homens como categoria social têm liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, conceito político, coletivo, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos e seus desejos. Já

as mulheres como categoria social precisam solicitar autorização à primeira categoria. Isto reforça o argumento de que a independência pessoal, ainda que importante, não é suficiente para transformar a ordem patriarcal de gênero em uma ordem igualitária de gênero.

A luta pelo sufrágio feminino que teve início nos EUA, por exemplo, marca um fato na história em que mulheres atreveram-se a reivindicar o voto com a convicção de que esse seria o caminho para alcançar igualdade política. González (2010) aponta que leis aprovadas pelos homens daquela época impediam mulheres de administrar suas propriedades e seus salários, subjugavam-nas à autoridade dos maridos e tiravam-lhes os filhos em caso de divórcio. Segundo a autora, as principais críticas vinham dos conservadores que anteviam o colapso do lar, da família, da Igreja e do Estado, se caso as mulheres conseguissem o direito ao voto. Esse argumento, diz ela, é o mesmo que atualmente continua se opondo ao trabalho da mulher para além da esfera privada.

Há de se considerar, que a reivindicação pelo sufrágio feminino derivou das consequências do sistema de produção capitalista, pautado sobretudo por mulheres brancas e burguesas que já estavam inseridas no mercado de trabalho formal. O movimento abolicionista daquela época serviu de marco para desenvolverem teorias sobre a posição da mulher na sociedade e com isso, acreditavam que a libertação dos escravos e das mulheres corressem paralelamente. No entanto, o direito ao voto foi concedido em 1866 apenas aos homens escravos, percebendo os líderes do movimento sufragista pela primeira vez, que o direito ao voto aparecia insolúvelmente ligado ao sexo masculino. (GONZÁLEZ, 2010)

Saffioti (2001) nos ajuda a pensar a democracia partindo do pressuposto que para tal, deve-se existir igualdade social. Todavia, essa igualdade apresenta-se comprometida a maneira como a sociedade historicamente estimula o homem a desenvolver seus princípios masculinos, onde a agressividade passa a tornar-se uma característica masculina, colocando a sensibilidade e fragilidade como características femininas. Nesse sentido, o desequilíbrio reside justamente no campo político, ou seja, o patriarcado quando tratado na coletividade, se apóia justamente nesse desequilíbrio (resultante das desigualdades entre homens x mulheres) para então afirmar a implantação lenta e gradual da primazia masculina.

Nos dias de hoje, é possível notar esse desequilíbrio do campo político atuando também nas esferas da vida privada. No ambiente doméstico, por exemplo, a violência se disfarça no cotidiano onde as agressões sofridas vão se diluindo e sendo acobertadas pelas próprias mulheres. Esse fenômeno tem sido descrito como um ciclo (ciclo da violência), que se caracteriza devido sua continuidade e repetição de acontecimentos e episódios de agressão ao longo de meses e anos,

podendo ser cada vez menores as fases da tensão e apaziguamento, e cada vez maiores e mais intensas a fase do ataque violento. (CASSAB, 2015)

Meneguel (2015) descreve o ciclo como uma sequência de eventos associados a situações de agressões entre parceiros íntimos, onde o comportamento gira em torno da violência que acontecem em três momentos: tensão, violência e reconciliação.

Na primeira fase (tensão) ocorrem episódios de agressões verbais e psicológicas, incluindo desrespeito, intimidações, constrangimento público, culpabilização da mulher por não cumprir os “papéis femininos” entre outros. Nessa fase, o agressor vai se mostrando cada vez mais ameaçador, e a mulher busca formas de acalmá-lo e evitar discussões, adotando então uma postura de submissão.

A segunda fase (violência, explosão) é o momento do ápice da violência, pois ela se caracterizada por agressões físicas e verbais graves, acontecendo de forma mais rápida que a primeira fase e causando intensa sensação de medo e ansiedade na vítima. É nesse momento que geralmente as mulheres procuram ajuda e cogitam a possibilidade de separação, justamente por estarem fisicamente e emocionalmente fragilizadas.

A terceira fase (reconciliação, lua de mel) o agressor se arrepende e promete mudar, mostra-se carinhoso, apaixonado e garante a mulher que episódios de violência não se repetirão. Muitas vezes, essa postura do agressor se dá ao deparar-se com a mulher fragilizada e procurando meios de romper a relação, dessa forma, a convence de sua mudança e desmobiliza qualquer tentativa de rompimento.

Este ciclo funciona como uma espiral ascendente, onde as fases tornam-se cada vez mais cruéis e os intervalos de agressões cada vez menores. Ao tornar-se frequente na vida das mulheres, a fase final (reconciliação/ lua de mel) acaba sendo um dificultador para a saída da relação e distanciamento do companheiro/ agressor, podendo terminar muitas vezes com lesões graves ou no próprio feminicídio. (MENEGUEL, 2015)

Isso explica porque as mulheres são acometidas pelo sentimento de vergonha quando se encontram em situação de violência doméstica, e, por isso, passam a manter a situação em sigilo tanto pelo medo de serem ainda mais punidas pelos agressores, como não serem ouvidas pelas instituições. Essas atitudes reforçam moralmente e invertem a ética de que é a vítima de violência que se torna uma pessoa indigna, e não o contrário. Nesse sentido, a violência é aceita como uma norma de correção de um comportamento que é medido e avaliado exclusivamente pelo companheiro/agressor, adotando então um significado moral que reveste a vítima com sentimentos de vergonha e culpa por tê-la sofrido. (SCHRAIBER, 2012)

II CAPÍTULO:

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1- Histórico, avanços e retrocessos das políticas: breve análise da conjuntura

*“Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo
Se você se aventurar
Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito: péguix guix guix guix
Eu quero ver
Você pular, você correr
Na frente dos vizinhos
Cê vai se arrepender
de levantar a mão pra mim”*

(Maria da Vila Matilde- Elza Soares)

O problema da violência contra as mulheres integra a pauta das lutas feministas há pelo menos quatro décadas. Desde o final da década de 70 a busca de leis práticas para seu enfrentamento somaram-se esforços de governos e organizações não governamentais tanto em plano nacional como internacional. Podemos afirmar que muitas leis surgiram como resposta às pressões organizadas dos movimentos de mulheres e feministas, que tem chamado atenção da sociedade civil e do Estado em toda a América Latina sobre o fenômeno da violência contra as mulheres. (AGOSTINI; SANTOS, 2015b)

A exemplo disso, por iniciativa da ONU, em 1979 aconteceu a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW – Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women), na qual foi criado um Comitê¹⁶ que tinha como competência receber denúncias e petições de mulheres ou grupo de mulheres para então solicitar ao Estado-parte que adotasse medidas para erradicar a discriminação denunciada. (FIDALGO, 2017)

¹⁶ Deve-se registrar que, o Comitê não dispõe de poderes punitivos diante dos Estados que não cumprem as recomendações, no entanto, ele goza de força política e moral a tal ponto que suas ações têm peso significativo frente às Nações Unidas. Como mecanismo de controle, o Comitê exige que os Estados apresentem relatórios periódicos acerca da situação das mulheres no qual são analisados criteriosamente, recebendo críticas e recomendações necessárias para a eliminação do problema. (FIDALGO, 2017)

Foi a partir dos anos 1980 que começam a ser implementadas no Brasil, políticas públicas no âmbito do Executivo federal, estadual e municipal, respondendo às demandas desses movimentos e de outros movimentos sociais diante do grave problema da violência de gênero. A atuação e organização das mulheres trouxe para a arena política questões que até então eram consideradas pertencentes à vida privada, não cabendo então espaço para ações públicas. (BRASIL, 2006)

Em 1985 foi inaugurada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher em São Paulo (em culminância à Década da Mulher, declarada pela ONU), e criado também o *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher* (CNDM), através da lei 7353/85. Esse Conselho tinha como responsabilidade o monitoramento das políticas públicas de combate à violência, entre elas a manutenção das Delegacia especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e de Casas-Abrigo. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 representou um marco jurídico importante na institucionalização dos direitos humanos no Brasil que já vinha reconhecendo e assinando vários tratados internacionais. (BRASIL, 2006)

Nos anos 1990 o Brasil reconheceu o documento elaborado pela *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher*, ocorrida em Belém do Pará, na qual acolheu e ampliou a Declaração e o Programa de Ação da II Conferência Mundial de Direitos Humanos realizado em Viena, no ano 1993. Essa conferência contou com a presença do movimento internacional de mulheres, resultando na declaração de que tanto a violência de gênero como todas as formas de assédio e exploração sexual são incompatíveis com a dignidade humana e, por isso, precisam ser eliminadas. A partir disso, a violência contra a mulher constituiu-se então como violação de direitos humanos. (FIDALGO, 2017)

Os governos de Fernando Henrique Cardoso se colocaram comprometido com a temática dos direitos humanos ao mesmo tempo em que desenvolvia um projeto totalmente contrário a promoção de políticas que asseguravam condições de igualdade social e de gênero. Foi utilizado de medidas neoliberais para ajustar estruturalmente a economia, exigindo então uma reforma do Estado que ordenada uma mudança no formato de administração pública à luz de uma reestruturação capitalista. (ROCHA, 2005)

Contudo, em 1996 uma política nacional visando garantir a articulação de ações entre os diferentes níveis e órgãos de governo e serviços se concretizou. No dia 8 de março foi lançado o Programa Nacional de Combate à Violência Contra A Mulher, marcado pelas dificuldades políticas e financeiras que atravessavam o CNDM, pois sua formulação não se alicerçou em dados

nacionais sobre o problema, tampouco num diagnóstico sobre as ações governamentais e de organizações da sociedade civil. (ROCHA, 2005)

No âmbito internacional, foram criados importantes instrumentos jurídicos a fim de garantir os direitos da mulher no que diz respeito ao combate à violência. Schraiber e D'Oliveira (1999) afirmam ter sido possível reverter a lacuna que existia na Declaração dos Direitos Humanos que nunca na sua existência havia considerado a violência familiar e sexual contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos.

Saffioti (2015) não nos deixa esquecer que a luta para inclusão dos direitos das mulheres nos instrumentos internacionais não é de agora e nem sempre foi eximida de conflitos. A exemplo disso, a autora remete que desde a Revolução Francesa os direitos humanos foram pensados no masculino, como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, redigida em 1789. No entanto, a revolucionária francesa Olympe de Gouge, que participava ativamente das lutas pela tomada da Bastilha, redige a versão feminina dos direitos humanos (Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã) sendo essa atitude motivo para sua sentença de morte em 1792, na guilhotina.

Apesar dos avanços conquistados até esse período, as políticas de enfrentamento e combate à violência contra a mulher tiveram grande investimento no mandato do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva, (2003 à 2010) que criou no seu primeiro ano de governo a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) ligada à presidência da República. A Secretaria firmou-se como um importante órgão na defesa dos direitos das mulheres, onde ações de enfrentamento e combate à violência passaram a ter maior investimento, acarretando inclusive na ampliação e construção de novos serviços de atendimento às vítimas. Uma das primeiras tarefas dada à SPM, foi a constituição de um grupo de trabalho para elaborar a proposta de regulamentação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que já existia, porém não contava com a participação de representantes da Sociedade Civil e do Governo, e até então, não integrava a estrutura da Secretaria. (BRASIL, 2013)

Em 2004, a SPM e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), realizou a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que definiu como objetivo a criação de uma *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher*, no qual fosse possível assegurar direitos de âmbito institucional para as mulheres vítimas de violência, dentre eles, assistência integral nos serviços públicos de saúde. (BRASIL, 2013)

Nesse mesmo ano, o Ministério da Saúde lança a *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM)- Princípios e Diretrizes*, construídos a partir da proposição do SUS, e

vem com o objetivo de aumentar o número de serviços de atenção à violência em Estados e Municípios, apoiando-se na organização de redes incorporadas a um princípio norteador da integralidade e da promoção de saúde das mulheres. (BRASIL, 2013)

Nessa Política, ainda em 2004, foi apresentado à SPM, o anteprojeto que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar um Projeto de Lei versando sobre mecanismos de combate e prevenção à violência doméstica contra as mulheres (Decreto 5.030, de 31 de março de 2004). O projeto foi aprovado nas duas casas legislativas e culminou na Lei 11.340, sancionada pelo presidente Lula e sendo publicada em 7 de agosto de 2006, denominada *Lei “Maria da Penha”*. Essa lei veio com o objetivo de ser um instrumento eficaz contido de disposições legais e mecanismos jurídicos para coibir e prevenir a violência contra as mulheres. (BRASIL, 2013)

A lei configura violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos, e dano material ou patrimonial, o Artigo 1º da Lei:

(...) cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos: § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil (Lei nº. 11.340/06, Art. 1º)

O governo Lula cria em 2005 uma ferramenta importante para combater a violência contra as mulheres: o disque 180. A Central recebe denúncias de violência, reclamações sobre serviços da rede de atendimento à mulher além de orientações às mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, quando necessário, também são realizados encaminhamentos para outros serviços. De acordo com dados divulgado pela Secretaria de Política para Mulheres, em 2016, foram realizados 1.133.345 atendimentos a mulheres em todo o país, desses, 53,69% corresponderam à prestação de informações; 24,01% a encaminhamentos para outros serviços como: Polícia Militar (190), Polícia Civil (197) e o Disque 100, da Secretaria Especial de Direitos Humanos. (PORTAL BRASIL, 2017)

Para efetivação dessas políticas, a SPM lança em 2006, a *Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência*, no qual traz norteadores essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de

orientação e informação) à mulher em situação de violência. Os Centros de Referência têm a proposta de exercer o papel de articuladores dos serviços organismos governamentais e não governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero. (BRASIL, 2006)

A fim de que estados e municípios planejem ações que consolidam a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, em agosto de 2007, o então presidente Lula lança o *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher*, que visa pela implementação de políticas integrais em todo território nacional, baseada nos documentos da conferência e em consonância com a lei Maria da Penha. Em 2009 a SPM torna-se um ministério e passa a ter liberdade orçamentária e autonomia para a elaboração e monitoramento das políticas públicas de gênero, reconhecida inclusive, como uma unidade independente da Presidência da República. (BRASIL, 2013).

Podemos afirmar que houve avanços institucionais importantes nas políticas públicas de enfrentamento e combate à violência contra a mulher nos 8 anos de governo Lula. Outras políticas do Governo Federal dessa época também passaram a privilegiar as mulheres como beneficiária, como o Bolsa Família¹⁷ e Minha Casa Minha Vida¹⁸.

Nas eleições de 2010, o Brasil elege pela primeira vez uma presidenta mulher. Em seu mandato, Dilma Rousseff desenvolve em 2013, junto à SPM com parceria do movimento feminista, de mulheres e demais movimentos sociais, o *Plano Nacional de Políticas para Mulheres*, que apoiou ações de prevenção e combate à violência. O Plano forneceu apoio técnico e financeiro a projetos educativos e culturais de prevenção para os serviços especializados no atendimento às mulheres, promoveu a capacitação de pessoas para articular a participação dos poderes públicos e das redes de cidadania envolvendo, principalmente, os serviços de assistência social, saúde, educação, segurança, trabalho, justiça e habitação, possibilitando então o acesso de mulheres às políticas públicas setoriais e aos serviços de Justiça e Segurança Pública. (BRASIL, 2013).

No âmbito da saúde pública, o governo Dilma cria em 2011 a Rede Cegonha que tinha como o objetivo a redução da mortalidade materna no país através de uma rede de cuidados que assegura às mulheres gestantes; o direito ao planejamento reprodutivo; atenção humanizada à

¹⁷ Bolsa Família é um programa criado em 2003 pelo governo Lula, que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, no qual as famílias atendidas recebem um benefício em dinheiro transferido diretamente pelo governo federal. Em contrapartida, as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social.

¹⁸ Minha Casa Minha Vida foi um programa habitacional criado em 2008 também pelo governo Lula, no qual subsidiou a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda mensal de até 1,8 mil reais.

gravidez, parto e puerpério; assegurando também as crianças em relação ao direito ao nascimento seguro, crescimento e desenvolvimento saudável. (BRASIL, 2013).

Dilma Rousseff sancionou em agosto de 2013, a lei que determina o atendimento obrigatório e imediato no Sistema Único de Saúde (SUS) à vítimas de violência sexual, alterando o artigo 7º da Lei 8.080/1990, que dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da saúde. Outra lei importante sancionada pela presidenta foi a de número 13.104 intitulada “*Lei do Femicídio*”, que entrou em vigor em 2015, alterando a artigo 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) para incluir o tipo penal como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Segundo dados do Mapa da Violência (2015), treze mulheres são assassinadas por dia no Brasil.

Ao longo das últimas quatro décadas, o conceito de feminicídio foi ganhando força entre ativistas, pesquisadoras e organismos institucionais, causando uma crescente mobilização da sociedade civil que vinha denunciando a omissão e responsabilidade do Estado frente ao aumento do assassinato de mulheres. Como resultado dessa mobilização, a partir dos anos 2000 diversos países latino-americanos incluíram o feminicídio em suas legislações, como aponta o documento de análise regional realizado pela ONU Mujeres (2016) no qual mapeou as políticas públicas de enfrentamento a violência contra as mulheres na América Latina e Caribe.

Dados dessa pesquisa indicam que 31 dos 33 países da América Latina e do Caribe possuem leis exclusivas de combate a violência doméstica e/ou violência intrafamiliar, no entanto, a região continua sendo a mais violenta do mundo para as mulheres apesar dos notáveis avanços nos planos de ação nacional. O relatório “*Del Compromiso a la Acción: Políticas para erradicar la violencia contra las mujeres en América Latina y el Caribe*” (2016) alerta que o número de feminicídios tem aumentado sendo que dois em cada cinco são resultantes da violência de gênero

Como solução para enfrentar o problema, o relatório recomenda a necessidade de ações em um nível político mais alto, com maiores investimentos e pactuações sociais entre governos, setores privados e sociedade civil de modo a atingir todos os atores relevantes, como por exemplo: a criação de planos nacionais no nível local e políticas com um enfoque multidimensional; o fortalecimento das ações de reparação às vítimas, especialmente aquelas focadas em seu empoderamento econômico; e o trabalho com os homens, especialmente os jovens, no sentido somá-los como aliados na luta para acabar com a violência contra as mulheres. (ONU MULHERES, 2016)

Nesse contexto de América Latina, a antropóloga mexicana Marcela Lagarde (2008) ao estudar o feminicídio no continente, define como o assassinato de mulheres pautados no gênero, sendo então um crime político moldado pelo ambiente ideológico e social do machismo e da

misoginia. Afirma ainda, que a ausência de leis específicas e políticas governamentais contribui para a normalização da violência, dessa forma, cria-se condições de vida bastante inseguras, o que favorece o conjunto de crimes. A autora descreve ainda:

“Para que se de el feminicidio concurren de manera criminal, el silencio, la omisión, la negligencia y la colusión de autoridades encargadas de prevenir y erradicar estos crímenes. Hay feminicidio cuando el Estado no da garantías a las mujeres y no crea condiciones de seguridad para sus vidas en la comunidad, en la casa, ni en los espacios de trabajo de tránsito o de esparcimiento. Más aún, cuando las autoridades no realizan con eficiencia sus funciones. Por eso el feminicidio es un crimen de Estado.” (LAGARDE, 2004 p.07)

Nesse sentido, alguns autores (REIS *et al*, 2016) tem procurado refletir sobre os rumos das políticas públicas (sobretudo do SUS) no contexto de crise política e econômica estabelecida no país a partir do golpe jurídico-político, iniciado em maio de 2016, quando o Congresso Brasileiro (composto em sua maioria por homens brancos, heterossexuais e empresários) coloca em votação a abertura de um processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff.

Em 31 de agosto o Senado Federal aprova por definitivo a saída da presidenta, fato esse analisado por Chauí (2016) como sendo um golpe de Estado disfarçado de legalidade, apoiado pela elite econômica e financiado pelo capital transnacional, que vêm avançando nos últimos anos sobre os governos progressistas de toda a América Latina. A entrada de Michel Temer (PMDB) na presidência da república escancarou seu projeto neoliberal representando uma forte ameaça à democracia e aos direitos sociais inscritos da Constituição Federal de 1988. (REIS *et al* 2016, MALTA *et al*, 2018)

Tiburi (2016) coloca a necessidade de ponderar o caráter misógino do golpe sofrido contra Dilma Rousseff, apontando que:

(...) quando o poder violento do patriarcado não se volta apenas contra as mulheres, mas contra a democracia como um todo, sobretudo na sua versão cada vez mais radical intimamente relacionada com as propostas do feminismo como luta por direitos ao longo do tempo. O que aconteceu com Dilma Rousseff nos ensina a compreender o funcionamento de uma verdadeira máquina misógina, máquina do poder patriarcal, ora opressor, ora sedutor, a máquina composta por todas as instituições, do Estado à família, da Igreja à escola, máquina cuja função é impedir que as mulheres cheguem ao poder e nele permaneçam.”

A exemplo desse jogo misógino da política, não podemos deixar de pontuar a imagem de Dilma Rousseff em forma de adesivo que circulou em carros durante algum tempo como forma de protesto em relação ao aumento do combustível. A imagem continha o instante em que, de pernas abertas, era invadida por uma peniana bomba de gasolina. Sobre esse fato, Tiburi (2016) aponta

ser o símbolo de um estupro político no qual considera o corpo da mulher como objeto para uso perverso, sobretudo quando se toma lugares historicamente ocupados por homens.

Com a saída da presidenta, a misoginia tornou-se razão de estado. (TIBURI, 2016). Em termos práticos, isso representou o fim do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Cultura, da Comunicação, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento Agrário e tudo mais que tiver relação com uma política que reconhece os direitos fundamentais.

Nas eleições de 2018 se acirra a luta de classes no Brasil e o cenário político tem demonstrado retrocessos. Com 53% dos votos válidos, o militar Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal- PSL, é eleito como presidente da república, o mesmo que ameaçou estuprar a deputada federal Maria do Rosário (PT) e em abril de 2017 no momento da votação do impeachment, elogiou o conhecido torturador coronel Ustra como o “terror de Dilma Rousseff”.

Por fim, para Agostini e Santos (2015b) o enfrentamento da violência no campo das políticas públicas, nessa fase atual do capitalismo têm sido compreendidas como gastos em nome de uma política de desenvolvimento excludente e concentradora de riquezas, no qual a reversão desse cenário torna-se uma opção política na qual só pode ser concretizada por intermédio do Estado. Superar a violência cotidiana demanda uma reforma estrutural do Estado, que somente se viabiliza mediante políticas públicas e sociais.

2.2- O SUS no enfrentamento da violência doméstica de gênero:

A integralidade é um dos princípios doutrinários da maior política de estado do Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS)- resultado da Reforma Sanitária Brasileira ocorrida nas décadas de 1970 e 1980, a qual abarcou diferentes grupos de movimentos sociais a fim de se pensar uma política de saúde que tivesse como base melhores condições de vida e acesso universal. O princípio tem como definição um conjunto articulado de ações e serviços de saúde, preventivos e curativos, coletivos e individuais, compreendido cada caso de acordo com seu nível de complexidade. No caso da saúde da mulher, esse conceito está baseado no cuidado de saúde que amplia ou reduz a autonomia da mulher sobre seu corpo, reforçando assim as desigualdade nas relações de poder. (DINIZ, 2015)

Nas décadas de 1980 e 1990 emerge no Brasil um articulado movimento feminista de saúde que vinha sendo constituído ainda nos anos 1970 como grupos de autoajuda, conscientização e autoexame. Essa articulação resultou no PAISM (Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher), surgido em 1983, que questionava a academia e os órgãos formuladores de políticas públicas no qual enxergavam a saúde da mulher apenas no âmbito reprodutivo/ materno

infantil. O material educativo produzido pelo PAISM refletia a conjuntura política da época, que questionava a autoridade -médica, masculina e institucional- e criticava a medicalização e o controle masculino/institucional sobre os corpos das mulheres, além de discutir pautas polêmicas como parto, aborto, menopausa, contracepção, violência entre outros. (DINIZ, 2015)

No entanto, pensar o binômio saúde-doença enquanto fenômeno não apenas clínico/individual, mas também como uma construção sociológica e coletiva, implica uma visão complexa e crítica que extrapola a visão racional hegemônica conformada historicamente nas práticas e saberes do setor Saúde. Embora adotado o conceito de saúde como o perfeito estado de bem-estar físico, social e mental, é necessário a compreensão de que esse não é um conceito normativo ou “estático”, pois a saúde também se define como a possibilidade de se conquistar os meios, a liberdade de expressão, o valor da ação individual e coletiva com modos sexuais de viver, resistir, sobreviver e conquistar a aclamada felicidade. (PAIXÃO, 2013)

A violência é considerada como um dos agravos à saúde de maior impacto pois se manifesta em todos os ciclos de vida das mulheres e da vida familiar (desde a infância até a velhice), e de forma objetiva e/ou subjetiva, afeta também todas as camadas sociais, tendo seus efeitos prolongados entre grupos historicamente marginalizados e vulnerabilizados como mulheres, negros, indígenas, homossexuais entre outros (AGOSTINI, 2015). Contudo, os serviços de saúde foram tradicionalmente estruturados para atender agravos que demandam procedimentos médicos, uma vez que suas enfermidades quase sempre estão associadas a origens biomédicas. (MINAYO, 2006)

Embora a Organização Mundial da Saúde (OMS), no início dos anos 1990, tenha reconhecido a violência contra a mulher como um problema de saúde pública, propondo inclusive que houvesse capacitações dos profissionais da saúde para reconhecer, notificar e abordar situações de violência doméstica contra as mulheres por meio do acolhimento e informação sobre os recursos disponíveis na comunidade (delegacias de mulheres e casas-abrigo etc) os dados ainda são subnotificados, ocultados e não documentados. (D’OLIVEIRA, 2009)

Agostini (2015) evidencia três aspectos interseccionais¹⁹ que ampliam o campo de atuação e potencializam os efeitos da violência: o primeiro refere-se ao fato das mulheres não denunciarem a agressão sofrida (seja física ou psicológica) apresentando muitas vezes queixas vagas e recorrentes; o segundo aspecto diz respeito a uma assistência tradicional, centrada na

¹⁹ Conceito elaborado pelas feministas negras nos anos 1980, sendo compreendido como uma ferramenta teórico-metodológica fundamental para que se identifique os processos de interação entre as categorias de classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais (RODRIGUES, 2013)

formação profissional fragmentada e biologicista; e o terceiro, baseia-se no modo como foram construídas as identidades de gênero, que historicamente colocam as mulheres nos lugares de obediência e submissão.

No âmbito das políticas, a publicação da Portaria nº 737/2001, chamada de *Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência*, surge com o intuito de orientar os serviços de saúde para então planejarem ações (em diversos níveis de gestão) que levem em consideração as violentas realizadas por indivíduos, grupos, classes ou nações que ocasionam danos físicos, emocionais e espirituais, tanto para si próprio como para os outros. Essa portaria estabeleceu a violência como questão de saúde pública, e considera o setor saúde como central para a construção de cidadania e qualidade de vida da população. (BRASIL, 2000)

Após isso, a lei n.10.778/2003 estabeleceu a notificação compulsória nos casos de violência contra a mulher que forem atendidas tanto em serviços públicos quanto privados, incluindo discriminação ou desigualdade étnica, que cause morte, dano, sofrimento psicológico, físico ou sexual. A lei possibilita a identificação de perfil epidemiológico de violências doméstica, sexual e outras violências para a tomada de decisões políticas e implementação de políticas públicas mais apropriadas. Entretanto, essa lei não tem o caráter de comunicar autoridades ou órgãos competentes, a decisão sobre a comunicação é sempre da mulher, ficando como dever dos profissionais orientá-la quanto a importância de se registrar a ocorrência, inclusive para que lhe seja garantida a aplicação de medida protetivas caso necessite. (BRASIL, 2003)

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, gerenciado pelo Ministério da Saúde consolida todos os registros realizados obrigatoriamente pelos centros de saúde do país dos casos de doenças e agravos constantes da lista nacional de doenças de notificação compulsória (BRASIL, 2010). Segundo dados de 2016, no âmbito dos serviços de saúde, a violência física aparece com maior número de registro, seguido da violência psicológica/moral e da violência sexual, sendo a violência financeira (ou patrimonial) apresentando menor número de registros, conforme mostra figura 1:

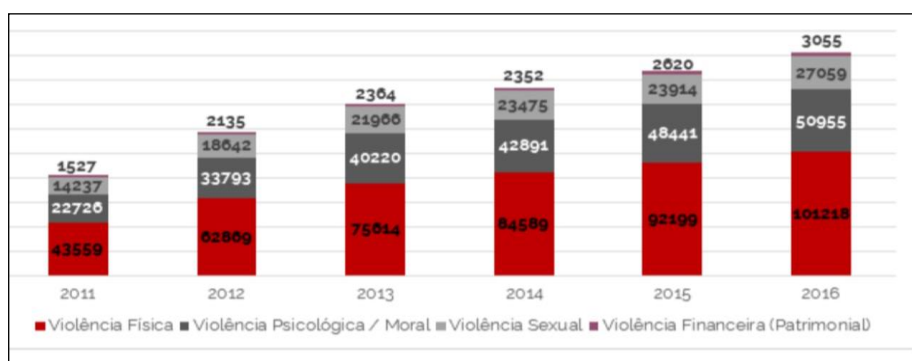


Figura 1: Tipo de violência registrada pelo sistema de saúde no Brasil. Fonte: SINAN/MS

É possível observar no gráfico, que o número de registros e agravos relativos à violência praticada contra mulheres tem crescido a cada ano. Apesar das conquistas e avanços sociais, a violência de gênero como problema de saúde coletiva apresenta, segundo Ecoresim (2014), duas dimensões enquanto objeto de política de saúde: a primeira trata-se da operacionalização das ações que refletem diretamente no cuidado e na assistência prestada, sendo os protocolos preventivos nos níveis primários, secundário e terciários; a criação e ampliação dos equipamentos e recursos referenciados pelo SUS; e a capacitação continuada dos profissionais. A segunda dimensão diz respeito à articulação de vários órgãos e ministérios do governo, tais como saúde, educação, previdência, segurança pública e etc, tal como as políticas de promoção da saúde que buscam estimular debates, conhecimentos e ações sobre o tema a fim de impactar toda a sociedade. (ESCORSIM, 2014)

Outro tipo de violência não registrado pelo SINAN mas muito presente no âmbito da saúde é a violência obstétrica. A pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo intitulada “*Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*” identificou que uma em cada quatro mulheres no Brasil, sofreu violência durante a gestação ou parto. (OLIVEIRA *et al*, 2010)

Sobre isso, a pesquisa *Nascer no Brasil: Inquérito Nacional sobre o parto e nascimento*, com coordenação da Escola Nacional de Saúde Pública e Fiocruz, foi o primeiro registro nacional de base epidemiológica voltado ao parto e ao nascimento e tornou-se um estudo base para o monitoramento da Rede Cegonha. Nesse estudo, observou-se que 66% das mulheres no início da gravidez preferiam o parto normal, no entanto, o índice de cesárea no Brasil é aproximadamente 56%, sendo o segundo país com maior taxa de cesárea do mundo. (LEAL, *et al*, 2014)

Em relação a Rede Cegonha²⁰, Carneiro (2012) reconhece a importância da política no âmbito do acesso à saúde como um direito, mas aponta críticas feitas pelo movimento feminista no que diz respeito à emancipação feminina. Segundo a Rede Feminista de Saúde²¹ essa política reitera a noção de que a saúde da mulher está centralizada apenas pela maternidade, deixando de

²⁰ As feministas criticam o termo ‘cegonha’, pois ele vem atrelado a ideia de transporte, e não do processo de gestar e parir que perpassa pelo tabu da sexualidade e autonomia. Sendo assim, cabe a mulher parir, mas, à sociedade viabiliza seu transporte e suporte.

²¹ A Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos é uma articulação política nacional do movimento de mulheres, feminista e antirracista, fundada em 1991. Tem abrangência nacional, estando composta por 12 Regionais organizadas no Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal. É integrada por organizações não-governamentais, grupos feministas, pesquisadoras e grupos acadêmicos de pesquisa, conselhos e fóruns de direitos das mulheres, além de ativistas do movimento de mulheres e feministas, profissionais da saúde e outras que atuam no campo da saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Acesso pelo link: <http://redesaude.org.br/home/institucional.php>

debater sexualidade, liberdade de escolha pela maternidade e sobretudo a legalização e descriminalização do aborto.

Os resultados da Pesquisa Nacional de Aborto de 2010, indicam que o aborto é um fenômeno freqüente e persistente entre as mulheres de todas as classes sociais, grupos raciais, níveis educacionais e religiões, demonstrando que aos 40 anos aproximadamente, uma em cada cinco mulheres alfabetizadas nas áreas urbanas do Brasil já realizou pelo menos um aborto (DINIZ; MEDEIROS, 2010). Todavia, no contexto da criminalização e ilegalidade, são mulheres pobres, negras e jovens que correm maiores risco de adoecimento e morte.

De modo persistente, o aborto inseguro tem sido uma das principais causas de morte maternas no país. A Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento, editada pelo Ministério da Saúde em 2010, estima-se que ocorram mais de um milhão de abortos induzidos por ano. (BRASIL, 2010)

Isso significa, que é necessário ampliar o campo de atenção da violência de gênero como um fenômeno social que não se limita apenas ao campo da segurança pública/punitiva, mas como um fenômeno sócio-histórico que está organicamente vinculado a múltiplas expressões da questão social no bojo das relações econômico-sociais do desenvolvimento capitalista contemporâneo, sendo que para isso, é preciso considerar construções coletivas de novas práticas e formas de expressão que valorizem a cultura popular e respeitem as diversidades sociais frente às diferenças étnico-raciais e geracionais. (ECORSIM, 2014)

As mulheres podem acessar tanto os serviços de urgência e emergência devido a problemas causados diretamente pela violência física ou sexual (traumas, fraturas, tentativas de suicídio, abortamentos, etc.) como os serviços de atenção primária com queixas poucos específicas (doenças crônicas, agravos à saúde sexual e reprodutiva ou transtornos mentais) que podem ou não estarem relacionadas ao sofrimento causado por um histórico de violência. (D'OLIVEIRA, 2010)

Assim, quando a mulher procura o setor de saúde, essa busca pode ser considerada um sinal de alerta que precisa ser acolhido, tendo em vista as dificuldades que as mesmas em situação de violência encontram em procurar ajuda. A relação da violência com diversos problemas de saúde física, reprodutiva e mental, assim como o maior uso dos serviços de saúde por parte dessas mulheres, é uma evidência descrita em vários estudos, o que acentua a necessidade de refletir sobre como o setor tem se organizado para lidar com mulheres em situação de violência. (D'OLIVEIRA, 2000)

No entanto, Schraiber (2012) aponta que o uso desses serviços ainda que frequentes são pouco resolutivos, pois sua manifestação ainda se reduz ao corpo entendido pela perspectiva biomédica, causando uma invisibilidade das situações de violência envolvidas. Historicamente, esse processo além de não ser compreendido a partir de sua complexidade social e cultural, é patologizado e medicalizado, comprometendo assim a qualidade de um cuidado integral.

Por esse motivo, considera-se fundamental a ação dos profissionais de saúde no que se refere à identificação dos casos de violência, sobretudo na Atenção Básica onde, teoricamente, existe maior contato e vínculo com as mulheres do território. No entanto, contraditoriamente, o que se evidencia muitas vezes é o fato da violência nas relações de gênero não serem reconhecidas durante o atendimento realizado pelos profissionais devido ao preparo deficiente dos que ali atuam, pois, em geral, tais demandas inespecíficas não são caracterizadas como doença, e, além disso, situações de violência quase sempre não são contempladas na maioria dos currículos de graduação da área da saúde. (SCHRAIBER *et al*, 2005)

2.3- A Lei Maria da Penha: avanços e desafios:

A lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006, também chamada Lei Maria da Penha foi promulgada pelo presidente Lula no intuito de impedir homicídios e agressões por partes dos homens contra as mulheres, dessa forma, quando uma mulher é agredida o ato não se restringe apenas ao âmbito privado, passa a ser também uma questão para o Estado (BRASIL, 2006)

Antes da lei, os crimes de violência doméstica eram considerados de “menor potencial ofensivo” e julgados segundo a Lei 9.099/95 comparados à acidentes de trânsito ou briga de vizinhos, sendo então encaminhados aos Juizados Especiais Criminais (JECRIM) cuja pena era no máximo dois anos de detenção, quando não simbólicas, como cestas básicas ou trabalho comunitário, o que contribuía na produção do sentimento de impunidade. (MENEGUEL, *et al*, 2013)

Seu nome se deve ao caso histórico de Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica cearense que fora espancada cotidianamente pelo marido, Marco Antônio Heredia, professor universitário no qual manteve um casamento de seis anos. Em 1983, ele tentou matá-la por duas vezes devido ao ciúme doentio: na primeira tentativa deu-lhe um tiro que a deixou paraplégica, e a segunda, deu-se por eletrocussão e afogamento. Na ocasião, Maria da Penha tinha 38 anos e três filhas entre 2 e 6 anos de idade. (ROMAGNOLI, 2015)

Após esses episódios ela denunciou o marido. Somente oito anos depois dos crimes ele foi condenado a oito anos de prisão não sem antes usar de todos os recursos possíveis para protelar

o cumprimento da pena. O caso chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que pela primeira vez acatou a denúncia de um crime de violência doméstica. Heredia foi preso em 28 de outubro de 2002 e após cumprir dois anos de reclusão foi solto e hoje se encontra em liberdade. (ROMAGNOLI, 2015)

A lei Maria da Penha trouxe alterações importantes no Código Penal, dentre elas destaca-se exigências nas prisões em flagrante dos agressores, ou prisão preventiva decretada; permite ao juiz determinar a participação obrigatória do agressor em programas de reeducação e recuperação; medidas protetivas para a mulher agredida entre elas a saída imediata do agressor de casa e a proteção dos filhos; o direito de reaver bens e cancelar procurações feitas em nome do agressor; e, no caso de ameaças que constate risco a integridade física ou psicológica, a mulher tem direito de ficar até seis meses afastada do trabalho sem perder o emprego, podendo ser encaminhada para alguma Casa Abrigo. (MENEGUEL, *et al*, 2013)

No art 5º da lei, a violência doméstica e familiar contra a mulher é definida como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

1. no âmbito da *unidade doméstica*, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; 2) no *âmbito da família*, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; 3) e *qualquer relação íntima de afeto*, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Em parágrafo único, também é esclarecido que as relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual, e no artigo 6º estabelece que a violência doméstica e familiar contra a mulher se constitui como uma das formas de violação dos direitos humanos, ressaltando então sua importância prática, jurídica e simbólica. (GUIMARÃES; PEDROSA, 2015)

No entanto, percebemos que a visibilidade política e social sobre a temática da violência doméstica (apesar de não ser um fenômeno exclusivamente contemporâneo) tem um caráter recente, dado que apenas nos últimos 50 anos é que tem se destacado a gravidade e seriedade das situações de violências sofridas pelas mulheres em suas relações de afeto. (GUIMARÃES; PEDROSA, 2015)

No Brasil, uma das primeiras e principais pesquisas a nível nacional foi realizada em 2001 pela Fundação Perseu Abramo, no qual revelou que 43% das mulheres entrevistadas já haviam sofrido algum tipo de violência sexista, sendo que destas, 70% haviam sido praticadas por parceiros ou ex-parceiros conjugais. Essa pesquisa abordou mulheres de 15 anos ou mais a respeito de temas como saúde, trabalho, violência, sexualidade, educação, trabalho doméstico, cultura, política e lazer . Após 10 anos, essa pesquisa foi realizada novamente com maior amplitude e os resultados se revelaram muito próximos à anterior, chegando a alarmante conclusão de que no Brasil, estima-se que uma mulher é espancada a cada 15 segundos. (VENTURE, *et al*, 2010)

Outra pesquisa que evidenciou dados assustadores sobre violência doméstica foi o Mapa da Violência (2015), que apesar de reconhecer a escassez das fontes de dado, utilizou registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde (que registra os atendimentos do Sistema Único de Saúde -SUS- no campo das violências), e a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), de âmbito nacional e de base domiciliar, resultado de uma parceria entre o Ministério da Saúde (MS) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (WAISELFISZ, 2015)

No primeiro ciclo dessa pesquisa, realizado em 2013 (devendo ter uma periodicidade de 5 anos) observou-se que 71,3% dos atendimentos são de mulheres enquanto 28,6% de homens. Para as jovens e adultas (de 18 a 59 anos), o agressor principal é o parceiro ou ex-parceiro, concentrando a metade de todos os casos registrados. Já para as idosas, o principal agressor são filhos do sexo masculino (34,9%). No conjunto de todas as faixas, prepondera largamente a violência doméstica, sendo os parentes imediatos, parceiros ou ex-parceiros os responsáveis por 67,2% do total de atendimentos. (WAISELFISZ, 2015)

Em relação ao número de feminicídio o país ocupa a 7º posição, em uma lista de 84 países. Entre 1980 e 2010 foram assassinadas mais de 92 mil mulheres, sendo que 47,5% apenas na última década. Dados do Mapa da Violência (2015) indicam que 68,8% dos homicídios ocorreram nas residências das vítimas, e para as mulheres da faixa etária entre 20 e 49 anos, 65% deles foram cometidos por homens com os quais elas mantinham ou mantiveram um relacionamento amoroso. (WAISELFISZ, 2015)

Russel (1992) define o feminicídio como algo que tem suas bases ancoradas na perspectiva da desigualdade de poder entre homens e mulheres, dessa forma, o direito de dominação é assegurado tanto no âmbito da vida pública social quanto na intimidade da vida privada. Trata-se de um genocídio de mulheres motivado pelo ódio, desprezo, prazer ou

sentimento de posse sobre a mulher, no qual autoriza o uso da violência para validar e perpetuar a dominação masculina. A autora ressalta ainda, que o feminicídio está profundamente enraizado na sociedade e na cultura patriarcal.

Outro dado de extrema relevância em relação ao feminicídio, é sua intersecção com a questão racial. Lerma (2017) afirma que os feminicídios atingem principalmente mulheres negras, indígenas e pobres, pois funciona como uma estratégia do capitalismo patriarcal, racista e necrófilo que mantém mulheres submissas como tática de guerra para vulnerabilizar grupos étnicos e racializados, através do sequestro, violação e morte dos mais frágeis.

No Brasil, o número de homicídios de mulheres brancas diminuiu, representando uma queda de 9,8% no total de homicídios do período. Já os homicídios de mulheres negras aumentam 54,2% no mesmo período. No entanto, observa-se que a partir da vigência da Lei Maria da Penha o número de vítimas caiu 2,1% entre as mulheres brancas e aumentou 35,0% entre as negras. As taxas de homicídio de mulheres brancas caíram 11,9%: de 3,6 por 100 mil brancas, em 2003, para 3,2 em 2013. Em contrapartida, as taxas das mulheres negras cresceram 19,5%, passando, nesse mesmo período, de 4,5 para 5,4 por 100 mil. (WASELFISSZ, 2015)

Esses dados nos mostram um aumento ascendente da violência feminicida evidenciando como o capitalismo patriarcal, racista e colonial vem provocando uma guerra contra as mulheres. Trata-se de uma estratégia global para submeter as mulheres a nível mundial, uma vez que na maioria dos países a justiça é masculina e se mantém através das leis que legitimam a dominação patriarcal e as desigualdades raciais, que, conseqüentemente são reproduzidas pelas igrejas, famílias, escolas e toda a sociedade civil. (LERMA, 2017)

Marcela Lagarde (2015) ao estudar o feminicídio na América Latina afirma que ele é moldado pelo ambiente ideológico e social do machismo e da misoginia que, ao longo dos tempos foram sendo normatizadas devido à ausência de políticas públicas, favorecendo então condições inseguras para as mulheres. Sendo assim, trata-se de um crime estatal. A autora aponta que há feminicídio quando o Estado não dá garantias às mulheres e não cria condições de segurança para a sua vida tanto no lar como em comunidade.

Embora a elaboração de leis específicas em relação a violência doméstica seja uma conquista, não se basta por si só. Ainda perduram fragilidades e limitações na aplicação do instrumento legal como por exemplo o descumprimento de medidas protetivas por parte dos agressores e a ineficiência dos serviços de segurança pública em proteger as mulheres que são vítimas. A lei surge como possibilidade de proteção e justiça mas os desafios para isso ainda são muitos. É de fundamental importância ampliar recursos de materiais, humanos e financeiros, no

entanto, acredita-se que o trabalho mais árduo ainda é desconstruir os mecanismos ideológicos que mantêm as hierarquias de poder entre os gêneros e as desigualdades sociais. (MENEGHEL, et al, 2013)

A violência doméstica e familiar continua sendo uma amarga realidade para muitas mulheres no Brasil apesar dos avanços já conquistados. Escorsim (2014) aponta que a popularização da lei divulgada pela sociedade civil organizada e sobretudo pelos movimentos de mulheres contribui para os números apontados nos dados e reafirma a responsabilidade do poder público em prevenir, proteger e coibir a violência doméstica e familiar, assim como suas demais formas de expressão.

III CAPÍTULO: PERCURSO METODOLÓGICO

3.1- A escolha pela metodologia qualitativa na pesquisa sobre violência de gênero:

Os estudos acerca da violência de gênero, por se tratar de um fenômeno sócio- histórico nos evidenciam uma necessidade de compreensão interdisciplinar, multiprofissional e intersetorial. Nesse sentido, os estudos que tomam a violência contra as mulheres como objeto de pesquisa se fazem presentes no campo da Saúde Coletiva e também nas Ciências Humanas e Sociais, tendo a metodologia qualitativa como uma estratégia de investigação apropriada justamente por permitir compreender tanto as dimensões subjetivas e simbólicas do comportamento humano quanto os processos vividos pelos atores sociais. (MINAYO, 2006)

No âmbito ético da pesquisa, o paradigma qualitativo apresenta uma série de implicações porque rompe com o modelo tradicional que estabelece a separação do sujeito com seu objeto de pesquisa e valida as experiências pessoais e os saberes populares como também produção científica. (SHRADER; SAGOT, 1998)

A violência contra as mulheres é um fenômeno de problema social e de ordem política que contou com contribuições decisivas das feministas a fim de que estudos sobre essa temática penetrassem o campo do conhecimento científico e acadêmico. Castro e Riquer (2003) ao revisarem pesquisas sobre a violência de gênero apontam que existe um paradoxo quando aplicamos somente dados empíricos às questões tão complexas e estruturais como é o caso do patriarcado, pois segundo as autoras, esses dados se reduzem apenas a características sociodemográficas (idade, escolaridade, ocupação, etc) e aspectos culturais (sobretudo o consumo de álcool e drogas) caracterizando então, a existência de uma falácia metodológica que reduz um fenômeno de caráter social e estrutural à indicadores individuais. (CASTRO; Riquer, 2003)

Embora tratemos a violência de gênero como um mecanismo de ordem social, cada mulher o interpreta singularmente, pois o critério de avaliação de um ato violento situa-se no terreno na individualidade e da subjetividade. Entendida dessa forma, a violência não encontra um lugar ontológico uma vez que sua percepção não é unânime, sendo assim torna-se impossível fazer ciência sobre a violência uma vez que não há ciência do individual. (SAFFIOTI, 1999)

Gonzalez Rey (2003) nos ajuda a entender a subjetividade rompendo com a idéia de que ela substitui os outros sistemas complexos do homem (bioquímico, fisiológico, laboral, etc) sendo esses fenômenos individuais, mas ela também se encontra nas diferentes dimensões sociais,

criando um espaço sensível para seu desenvolvimento, sendo produzida no nível social e individual simultaneamente.

Dessa forma, ao colocar a subjetividade em duas categorias, social e individual, as mesmas se caracterizam em momentos distintos porém partes de um mesmo sistema, pois se expressam por meio de sujeitos concretos que se posicionam ativamente, no entanto, não trata-se de uma reprodução linear de um tipo de comportamento ou emoção, mas sim de uma produção singular que é constituída pelo seu histórico individual, social e cultural. (REY, 2003)

A interação entre os sujeitos e objetos de pesquisa, que marcam temáticas não apenas no campo individual como também social não são exclusividades das modalidades qualitativas, no entanto a relação entre metodologia e ética de pesquisa encontra-se exaltada nesta abordagem a fim de apreender o humano na sua dinâmica social (atitudes, comportamentos) como também objetos tão ativos no campo do pensamento e das subjetividades. Assim, em especial na modalidade qualitativa o pesquisador assume responsabilidades ética- sociais desde a construção do seu objeto de conhecimento até o término de análise e discussão dos dados produzidos. (SCHRAIBER *et al*, 2009)

Dessa forma, estudar os fenômenos a partir da perspectiva sócio- histórica configura-se como uma tentativa de superar os reducionismos das concepções empiristas e idealistas, pois busca construir uma metodologia capaz de refletir o indivíduo em sua totalidade, articulando dialeticamente aspectos internos e externos. Assim, observamos que todo conhecimento sempre é construído a partir da inter-relação das pessoas, e estando ele fazendo parte de uma pesquisa, assume-se também a perspectiva da aprendizagem como processo social compartilhado e gerador de desenvolvimento. (VIGOSTSK, 1991)

Nesse sentido, Castro e Riquer (2003) exemplificam como seria uma pesquisa sobre violência de gênero considerando apenas atos ou condutas individuais acerca da questão: basicamente se perguntaria quantas mulheres são agredidas fisicamente, emocionalmente ou sexualmente pelos seus parceiros; ou assediadas no trabalho/ escola; ou quais são as principais características dos agressores. Não se trata aqui desqualificar a validade desses dados, no entanto as expressões, percepções, necessidades, desejos e afetos não seriam verbalizados nem mensurados. É nesse sentido que muitas pesquisadoras feministas têm buscado através das abordagens qualitativas, um lugar dentro da teoria sociológica que ainda não se traduz em variáveis nem indicadores, mas que permitam a compreensão real do fenômeno da violência.

Sagot (2000) que estuda violência intrafamiliar na América Latina acredita que a pesquisa qualitativa também parte da necessidade de prestar atenção em quem fala, para quem fala

e com qual propósito. Isto é, a partir do resgate de vozes alternativas, as vozes silenciadas tornam não somente em critério ético, mas também em critério de qualidade da pesquisa. Nesse sentido, a autora cita entrevistas de profundidade, semi estruturada, a observação participante, oficinas, grupos, entre outras, como técnicas que permitem melhor apreensão das dinâmicas particulares da experiência humana, dos processos vividos e da construção de representações sociais. No entanto, a autora alerta que alguns instrumentos de pesquisa- como seleção de amostras aleatórias- não são apropriadas em certos estudos como por exemplo a violência doméstica, pois sua invisibilidade e baixa denúncia dificultariam a realização da pesquisa justamente pela sub-representatividade dos dados.

A partir da complexidade e do aspecto multidimensional que permeia as questões sobre violência de gênero, a escolha pelo método qualitativo de pesquisa se justifica justamente por se ocupar, dentro das Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, que trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, entendendo o conjunto de fenômenos humanos como parte da realidade social. (MINAYO, 2006)

Como vimos, a interação entre os sujeitos e objetos de pesquisa, que marcam temáticas não apenas no campo individual como também social não são exclusividades das modalidades qualitativas, no entanto a relação entre metodologia e ética de pesquisa encontra-se exaltada nessa abordagem a fim de apreender o humano na sua dinâmica social (atitudes, comportamentos) como também objetos tão ativos no campo do pensamento e das subjetividades. Assim, em especial na modalidade qualitativa o pesquisador assume responsabilidades éticas- sociais desde a construção do seu objeto de conhecimento até o término de análise e discussão dos dados produzidos. (SCHRAIBER *et al*, 1999)

3.2- O campo de estudo: Policlínica Santa Maria (região dos Morros, Santos/ SP)

Santos é um município portuário do litoral paulista localizado na região da Baixada Santista, que abrange os municípios de Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. De acordo com o último Censo (2010), Santos possui uma população estimada em 2017 de 434.742 habitantes, tendo as mulheres como maioria na população, representando 54,2%.

A cidade divide-se em duas áreas distintas tanto em termos demográficos, quanto em termos econômicos e geográficos: área insular e área continental, sendo a primeira densamente

urbanizada (abrigando 99,3% da população) e distribuídas por quatro regiões: Morros, Centro, Zona Noroeste e Zona da Orla-Intermediária. (DOS, 2011)

Essa pesquisa se desenvolveu na região dos Morros onde habitam 14,88% do total da população santista, tendo sido essa área ocupada pelos portugueses no início da década de 1950 quando todos os espaços planos em direção a praia já haviam sido lotados. Atualmente, a região é composta por 16 morros com ocupação bastante heterogênea, tendo áreas residenciais e comerciais, habitações precárias mas também condomínios fechados e loteamentos de baixa densidade populacional. Antes de se tornar bairro, o morro era coberto de mato e bananal, com algumas criações de gado e alguns sítios que se mantêm ainda hoje.

É nessa região de morros que a pesquisa se desenvolveu, mais especificamente na Policlínica Santa Maria, localizada no bairro Santa Maria. A região é permeada por casas de alvenaria mas ainda com uma forte presença de mata Atlântica. Seu contexto histórico nos últimos 30 anos, foi marcado por uma ocupação heterogênea e de forma desordenada que se desdobrou em um número significativo de pessoas vivendo em situação de risco e vulnerabilidade social, tornando-se relevante a ausência do Estado e de políticas públicas que garantam boas condições de vida e saúde para a população.

De acordo com o último Censo (2010), o morro Santa Maria contava com uma população de 3.090 pessoas, no entanto, segundo informações relatadas pelas Agentes Comunitárias de Saúde- ACS, o número de famílias ocupadas dobrou nos últimos anos, sinalizando que a luta por moradia para muitas pessoas ainda é uma realidade, onde o processo de expansão territorial (mesmo em condições vulneráveis e insalubres) é crescente e denuncia a ausência de políticas habitacionais na cidade.

A ausência de políticas públicas em áreas de grande vulnerabilidade social contribui tanto para incidência de doenças relacionadas às condições sanitárias da população quanto no aumento da violência (CHAIU, 2017). Em 2016, o índice de violências ocorridos na região dos morros registraram que as mulheres representam 73,3% dos casos notificados. (SINAN, 2006)

Da distribuição populacional segundo dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social- IPVS (2010), 16,4% da população santista encontra-se em áreas de média, alta e muito alta vulnerabilidade, sendo o último considerado pelo IBGE como “aglomerados subnormais urbanos”. O morro Santa Maria, localiza-se exatamente nas regiões de muita alta vulnerabilidade, conforme ilustrado nas figuras a seguir:



Figura 1: área insular da cidade de Santos /**Fonte:** Google Maps

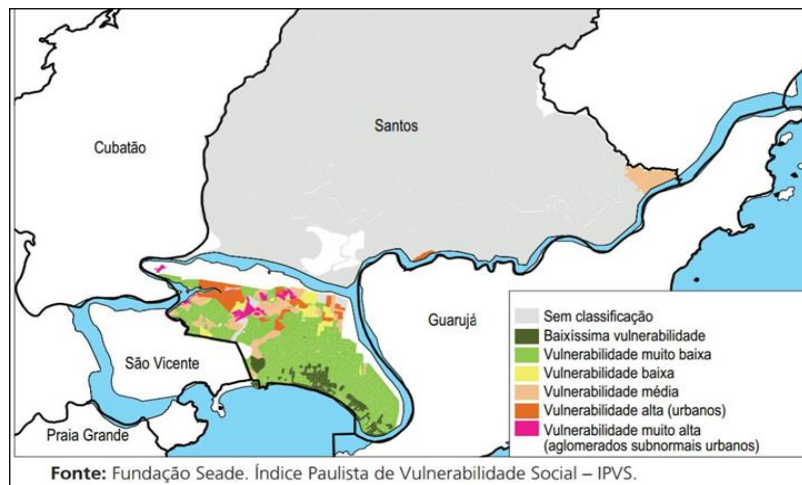


Figura 2: área insular da cidade de Santos a partir de dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social- IPVS /**Fonte:** SEADE (2010)

Durante o processo de construção dessa pesquisa, para além do mestrado acadêmico, também foram desenvolvidos nesse campo (Policlínica Morro Santa Maria) outras três atividades no qual participei ativamente. Duas delas trata-se de projetos de pesquisa, uma com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq intitulado: *“Desigualdade social e subjetividade: trajetórias de vida e lutas por melhores condições de vida e saúde em território vulnerável da Baixada Santista”*.

A outra com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo- FAPESP intitulada *“Ética do cuidado e construção de direitos: acolhimento psicossocial em práticas da saúde da família em situações de exclusão social”*, ambas coordenadas pelo professor e orientador Carlos Roberto, no qual dados coletados (como entrevistas e diários de campo) também foram utilizados nessa dissertação como material que complementa a descrição sobre o campo de estudo.

O terceiro refere-se ao Eixo Trabalho em Saúde (TS), no qual compõe a grade curricular dos cursos de graduação da UNIFESP Baixada Santista, tendo minha participação como aluna PAD²² no módulo de *"Encontros e Produção de Narrativas"* em conjunto com a professora Luciane Pezzato durante o segundo semestre de 2018, nas quais desenvolvi atividades tanto em sala de aula como no território do morro.

Essas duas inserções em campo foram fundamentais para essa pesquisa, tanto na aproximação e criação de vínculo com a equipe de saúde, como na compreensão do processo histórico de construção e formação do morro Santa Maria a partir da narrativa de mulheres lideranças comunitárias. A luta por políticas públicas ainda é uma realidade na vida dessas mulheres, que partem de uma forte relação afetiva com o território para se manterem combativas ainda hoje, como descrito no trecho:

“O sentimento de orgulho e pertencimento do morro foi unânime em nossas entrevistas. Isso aparece nas falas das mulheres lideranças na qual relataram ter acompanhado desde o princípio o processo de formação e crescimento dos morros, marcando muito forte a identidade que sentem com o território. Tiveram também uma intensa participação social neste processo, acompanharam e lutaram para trazerem a infraestrutura necessária à comunidade, se organizaram e cobraram do poder público o acesso à direitos básicos: água, luz, transporte escolar, creche, unidade de saúde, etc. (Trecho de Diário de Campo- 11/10/2017)

Contudo, passados 30 e poucos anos de organização do bairro, as reivindicações de escolas, creche e áreas de lazer ainda não foram atendidas pelo poder público. Há três anos foi finalizada a construção e instalação de um Centro de Convivência - CECONV da Secretaria de Assistência Social e há 2 anos uma Unidade de Saúde da Família intitulada como Policlínica Santa Maria, sendo os únicos equipamentos públicos presente nesse território.

“A Policlínica é excelente, foi uma luta, nós brigamos por 16 anos! Não foi uma luta minha, foi uma luta de outros presidentes (da associação de moradores), saiu no meu mandato né, o CECONV e a Policlínica saíram no meu mandato. Mas foi uma conquista que graças a deus me abençoou porque hoje tem esses dois órgãos públicos lá.” (Trecho da entrevista de uma mulher líder comunitária- 01/12/2017)

“A gente se reunia, a gente era muito unido. Quando tinha uma laje, todo mundo se reunia pra ajudar o morador a montar a laje, quando tinha mutirão pra abrir as ruas, colocar as manilhas, todo mundo se reunia no

²² Programa de Aperfeiçoamento Didático- PAD

domingo” (Trecho da entrevista de uma mulher líder comunitária-01/12/2017)

Nesse contexto, a Equipe de Saúde da Família da Policlínica²³ Santa Maria, apesar da estrutura física recente no território, funcionou durante 15 anos em outro território próximo, utilizando o espaço físico da unidade de saúde mas já tendo sua atuação com a população do território adscrito. Atualmente, apesar do aumento populacional, o serviço ainda conta com 1 equipe de Saúde da Família, sendo composta por: 2 recepcionistas, 1 auxiliar administrativa, 2 auxiliares de limpeza, 1 médica da família e comunidade, 1 enfermeira, 3 técnicas de enfermagem, 1 dentista, 1 técnica de saúde bucal, e 2 Agentes Comunitárias de Saúde.

O município está passando por um processo de efetivação do cargo de agentes comunitárias de saúde-ACS, que acarretou na demissão em massa de 7 ACS. Até o presente momento, foram efetivadas apenas a contratação de duas profissionais, gerando então uma série de dificuldades e limitações do serviço em planejar as ações de cuidado para aquela população conforme previsto na política da Atenção Básica.

Por fim, a escolha em pesquisar violência doméstica no morro Santa Maria se deu pela oportunidade em poder contribuir com a intersecção entre ensino > serviço > pesquisa que já são desenvolvidas pela UNIFESP, possibilitando tanto ampliar as dimensões que envolve o processo saúde-doença como também fortalecer o SUS enquanto uma política pública combatente no que diz respeito à violência contra as mulheres.

3.3- Participantes do estudo:

Inicialmente, os integrantes da pesquisa haviam sido pensados de forma que houvesse propositalmente, narrativas de homens e mulheres justamente para que pudessem ser analisados o discurso e percepções considerando as construções sociais acerca dos gêneros masculinos e femininos. Tal opção não foi possível devido à unidade ser composta por apenas um profissional homem no qual não aceitou o convite para participar da pesquisa.

Sendo assim, a pesquisa foi apresentada aos trabalhadores em reunião de equipe deixando em aberto a participação voluntária desde que obedecendo os seguintes critérios:

- trabalhadoras (es) que já tiveram contato com mulheres em situação de violência doméstica;
- mulheres usuárias do serviço que estão, ou já estiveram em situação de violência doméstica apontadas pelos profissionais de saúde.

²³ Policlínicas seria o semelhante a Unidade Básica de Saúde- UBS, que contém equipes de Estratégia de Saúde da Família com território de abrangência definido.

A partir disso, compuseram essa pesquisa duas profissionais da enfermagem e duas mulheres usuárias que após contato presencial aceitaram participar da pesquisa mediante leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa pelo número do CAAE: 679.14417.0.0000.5505.

3.4- O encontro com as narrativas:

Meu encontro com narrativas se deu em dois momentos: o primeiro, no início de 2016 quando duas colegas do grupo de estudos Laboratório de Estudos sobre a Desigualdade social (LEDS) apresentaram narrativas de suas respectivas pesquisas onde uma, contava a experiência de uma dentista dentro do contexto da saúde da família, e a outra, histórias de usuários e familiares que passaram pela experiência do transplante cardíaco. Na ocasião, me chamou atenção a intensidade que ambas traziam sobre suas experiência e afetações ao falarem da relação dialética que a produção de narrativas as convocava durante todo processo de escrita.

O segundo encontro se deu no início de 2018, quando tive oportunidade de participar como aluna PAD no módulo de "Encontros e Produção de Narrativas" do Eixo Trabalho em Saúde (TS) com a turma de graduação do 3º termo. Sobre isso, Cunha (1997) descreve que há duas grandes vertentes de trabalho no campo das narrativas: pesquisa e ensino. Nesse caso, a narrativa foi utilizada como atividade de ensino e tinha como objetivo ser produzida pelos alunos a partir de encontros com usuários do serviço. Isso potencializa tanto o uso das narrativas como instrumento orientador da prática clínica (pois parte da realidade vivida e narrada pelos usuários), como possibilita ampliar as dimensões que envolve o processo saúde-doença.

A turma que acompanhei, coincidentemente era composta por alunas mulheres e também narradoras mulheres. Isso só reforçou minha hipótese de que apesar da sociedade patriarcal que vivemos, as mãos que constroem e sustentam não só o SUS (Sistema Único de Saúde) como também grande parte da produção intelectual acerca dessa temática, são de mulheres.

Tal afirmação também foi levantada por Cunha (1997) ao citar que inúmeras pesquisas qualitativas que se desenvolvem no Brasil, foram mulheres as principais responsáveis pela difusão e construção de um referencial teórico que hoje se faz presente na maioria das dissertações, teses e pesquisas educacionais brasileira. A autora também aponta a necessidade de outros pesquisadores dedicarem-se ao processo de investigação qualitativa com o intuito de refletirem sobre sua própria experiência acompanhando também as próprias trajetórias de investigação, tal como muitas autoras vêm fazendo.

Ao passo que me aproximava da pesquisa qualitativa e de seus instrumentos metodológicos, fui descobrindo que, para compreender os sentidos e significados de uma temática tão intersubjetiva, -como é o caso da violência doméstica-, partir da narrativa de histórias contadas pelas próprias mulheres seria um caminho para essa compreensão pois, concordando com Ricoeur (1997), o mundo está atravessado por narrativas e é precisamente este atravessamento que constitui o mundo.

A partir de então, notei que ao utilizar em minha pesquisa o instrumento das narrativas, estaria também, conforme definido por Cunha (1997) contribuindo para a desconstrução/construção não só dos sujeitos da pesquisa mas também de minhas próprias experiências, pois a relação dialógica que se estabelece ao longo do processo, permite revelar fenômenos em nós a partir do que nos descobrimos no outro. A autora afirma ainda, que as narrativas provocam mudanças na forma como as pessoas compreendem a si próprias e aos outros e, por este motivo, tornam-se também estratégias possíveis de se formar a consciência numa perspectiva emancipadora. (CUNHA, 1997)

Nesse sentido, a articulação dessas perspectivas se alinham às narrativas e assumem uma centralidade onde memórias, intenções, histórias de vida e identidades pessoais são elaboradas à partir dela. Embora nem sempre saibamos quem é e onde está o contador da história, elas se constituem em função da construção lingüística e discursiva onde às vezes, o contador é uma pessoa só e, outras vezes, são criadas conjuntamente por muitas vozes. (MENEGHEL, 2007)

No campo da filosofia literária, Walter Benjamin (1994) foi um dos primeiros autores a pensar sobre tradição oral e narrativas ao tratar no texto *O Narrador*, escrito em 1933 logo após os horrores da Primeira Guerra Mundial, que o “silêncio” seria a marca mais profunda de um novo processo de ruptura na modernidade. Segundo o autor a narração não é extinta bruscamente, mas sim um processo que se dilui ao longo da história onde as narrativas perdem suas características na modernidade e na contemporaneidade, pois vão sendo substituídas por outras formas de se contar ou mesmo as histórias são inventadas no curso do processo histórico.

Para o autor, a arte de narrar estaria se definindo porque a sabedoria, (definida por ele como o “lado épico da verdade”) se encontra em extinção, como se estivéssemos privados da capacidade de intercambiar experiências. Na visão de Benjamin, esse despedaçamento da tradição se dá por fatores adversos, mas não há dúvidas de que as transformações ocorridas a partir da Revolução Industrial e a Revolução Francesa, alteraram completamente a forma de pensar sobre as narrativas. No entanto, isso não significa que a experiência está extinta por completo, apenas não corresponde mais às antigas tradições e não refletem seus significados e continuidades. Mas,

segundo o autor, é justamente deste caos gerado pela perda de sentido da identidade do sujeito que surgem novas significações. (BENJAMIN, 1994; ALMEIDA, 2016)

Larrosa Bondía (2002) nos ajuda a pensar a experiência e o saber de experiência partindo da necessidade de separá-la da informação. Para o autor informação não é experiência, pois experiência é algo que nos passa, que nos acontece, que nos toca. Não o que se passa, o que acontece, ou o que toca. O acontecimento pode ser comum, mas a experiência é para cada qual a sua, singular e, de alguma maneira impossível de ser repetida.

O saber da experiência para Larrosa é diferente de saber das coisas, (tal como uma informação) pois à ela se relaciona a existência, a vida singular e concreta de um existente singular e concreto. A experiência e o saber que dela deriva, são o que nos permite apropriar-nos de nossa própria vida, e se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana. O saber da experiência é um saber que não se separa do indivíduo concreto e que não se encontra fora de nós como o conhecimento científico, mas somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade, ou seja: uma forma humana singular de estar no mundo. (BONDÍA, 2002)

Dessa forma, o saber da experiência é subjetivo e construído internamente pelo sujeito a partir de suas relações sociais, de suas vivências e de sua constituição biológica. É a forma pela qual o sujeito conduz o que à ele acontece, e o sentido que se dá a essas experiências ao longo da vida. A experiência é ressaltada por Bondía (2002) como algo que não se aprende, mas sim aquilo que fazemos com o que aprendemos.

Bondía (2002) também traz contribuições acerca da experiência no âmbito da pesquisa, e aponta que as narrativas podem servir de dispositivo metodológico quando relacionadas ao processo de investigação pois, ao escrever sobre sua experiência, a (o) pesquisadora (o) suscita reflexões que se alinham ao objeto da pesquisa, podendo tornar-se um material valioso para ser analisado e compreendido tanto por si, quanto pelo outro.

A esse respeito, Frauendorf *et al* (2016) afirmam que os autores, ao tecerem textos narrativos, se envolvem não apenas com uma escrita qualquer de algo que é simplesmente relatado, mas sim com uma produção construída por algo sentido por ele, que o emociona e o instiga no diálogo com o leitor. Seguindo nessa reflexão, o episódio narrado é carregado de singularidades pois sobre ele recai um movimento eminentemente interpretativo. Dessa forma, o diálogo entre narrador/receptor ou leitor/ouvinte é composto de sentidos complexos onde ambos, ao serem elaborados, compõem um determinado contexto na esfera da comunicação.

Nessa perspectiva, tal como Onocko- Campos e Furtado (2008) afirmam que a narratividade da experiência humana não deve ser destituída de sua intensidade, - pois carrega nela a vivência do tempo e marcas identitárias-, mas sim compreendidas como um processo de mediação entre o vivido e sua possibilidade de inserção no social, e, para isso, faz-se necessário agregar ao campo político às experiências subjetivas.

Para Ricouer (1997) as narrativas são histórias não (ainda) narradas, e servem de recurso para permitir o homem apreender o caráter da passagem do tempo. Segundo o autor, se uma ação pode ser narrada é porque simbolicamente ela já foi mediatizada e incluída na temporalidade humana, dessa forma pode então ser anunciada e compartilhada.

Nessa linha, Onocko- Campos (2011) diz que as narrativas exercem uma função de mediação entre o vivido e o social, pois são constituídas de objetos simbólicos presentes na cultura e articulada ao mesmo tempo com o público, havendo então uma inter-ação. A autora afirma ainda a necessidade de considerar o contexto de produção da experiência e seus determinantes, chamando atenção para o fato de que as narrativas permitem ao sujeito a restituição de sua verdade histórica, dando acesso a ressignificações e tornando-o autor de sua própria histórica.

No caso desta pesquisa, as narrativas foram construídas a partir do relato de mulheres profissionais de saúde da Policlínica Santa Maria, e de mulheres usuárias do serviço de saúde, moradoras do morro. Durante esse processo de elaboração das narrativas, identifiquei ser importante preservar a subjetividade de cada uma e considerar a maneira como cada mulher narra sua história.

O procedimento para a construção das narrativas foi produzido por entrevistas áudio-gravadas que se constituem como ponto central do estudo, sendo realizada conforme descrito por Minayo (2014) como uma conversa a dois, destinada a construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa, devendo ocorrer em um ambiente que a pessoa ao narrar sua história, possa sentir-se à vontade e sem constrangimentos.

É por meio de entrevistas que se processam as narrativas de vida, pois elas se apresentam como forma privilegiada de interação social, estando sujeitas a dinâmica existentes nas relações da própria sociedade, sendo essa sociedade marcada muitas vezes por conflitos acirrados que podem se expressar de diferentes formas durante a entrevista. (MINAYO, 2014)

A entrevista utilizada nesta pesquisa se aproxima ao que Minayo (2014) chama de “entrevista não estruturada/ aberta”, que pode ser entendida também como uma “conversa com finalidade” no qual um roteiro invisível serve de baliza para a pesquisadora a fim de não cercear a fala do entrevistado. Desse modo, a ordem dos assuntos tratados não obedecem uma sequência

rígida, mas seguem uma frequência determinada de acordo com a relevância e ênfase que o entrevistado dá ao assunto colocado em pauta. Essa aproximação qualitativa, de acordo com Minayo, permite atingir regiões inacessíveis que muitas vezes não seriam alcançadas se seguido um padrão de pergunta/ resposta.

Como estratégia para tornar o material denso, as falas foram transcritas mantendo-se fiel a história contada, mas não seguindo necessariamente sua sequência temporal (RICOUER, 1997). Após a escrita do material áudio-gravado e conseqüentemente a construção da narrativa, o texto torna-se relativamente autônomo à intenção do autor, sendo constituído com o que Gadamer (2015) chama de *mundo do texto*.

Outro instrumento utilizado durante a pesquisa que contribuiu para a construção das narrativas foram os Diários de Campo. Como definido por Spinik e colaboradores (2014) os diários de campo tem por objetivo levantar informações advindas de anotações mais ou menos sistemáticas com a finalidade de se constituir como importante ferramenta de pesquisa, a partir da vivência e interpretação do pesquisador em campo.

Em qualquer modalidade, os diários de campo se caracterizam como práticas discursivas, ou seja, uma linguagem em ação que apresenta diversas possibilidades de registro, podendo ser utilizado de maneira mais intimista e informal. Aliado ao relato de narrativas, os registros em diário podem salientar características peculiares, como classe social, profissão, experiências entre outros, de modo que ajude o pesquisador a compreender determinados eventos que certamente o auxiliarão na construção do conhecimento. (VIEIRA, 2002)

Após esse processo, as narrativas foram apresentadas e lidas para cada mulher individualmente, a fim de que validassem sua própria história. Esse momento da devolutiva é trazido por Onocko- Campos (2011) como importante e imprescindível, pois além de enfrentar as questões da legitimidade, permite que o sujeito se reconheça e se aproprie de sua história, fator esse chamado pela autora de “efeitos de narratividade”.

Por fim, apresento-lhe as narrativas de Elza, Elis, Amy e Nina.

3.4.1- Narrativa de Elza

*“Mil nações
Moldaram minha cara
Minha voz
Uso pra dizer o que se cala
O meu país
É meu lugar de fala.”*
(O que se cala- Elza Soares)

Me chamo Elza e tenho 30 anos. Meu ex- marido é dependente de drogas, e por esse motivo, há seis meses me separei dele e voltei pro morro Santa Maria morar na casa de meus pais grávida do meu quinto filho. Sou nascida em Santos mas a família do meu ex é do Paraná, local onde morei pelos últimos cinco anos. A família dele nos convenceu a mudar com a condição dele iniciar um tratamento em uma clínica. Na época eu só tinha três filhos e muita esperança que ele melhorasse. No começo ele ficou bem, aliás, quando não bebia era uma ótima pessoa. Gosto dele pra caramba e sinto falta, mas o problema era a cocaína.

Tudo começou quando eu tinha 13 anos, naquela época meu pai era muito rígido. Sempre que saia com minhas amigas apanhava quando chegava em casa porque o desejo dele era que eu fosse pra igreja, mas eu gostava mesmo era de ir em show de rock e reggae. Eu tentava argumentar dizendo que era reggae, ainda que fosse funk ele poderia falar... mas não adiantava, ele não deixava. Eu ia escondida e meu pai ficava doido comigo. Quando descobriu que estava namorando meu ex, não aceitou porque dizia que ele era roqueiro e usava umas roupas de doido. Mas eu adorava o estilo roqueiro e skatista dele. A gente se conheceu porque ele era amigo do meu irmão e eu sabia que ele tinha o cd do Charlie Brown. Um dia, fui até ele pedir o cd emprestado, ele ficou meio desconfiado porque eu era aquelas meninas de igreja que usava saia, óculos fundo de garrafa e ainda por cima era magrela feito palito. Pensava que daquele jeito ele nunca olharia pra mim, e no começo ele nem me deu bola.

Depois desta história ficamos amigos e começamos a namorar, mas desde o início ele tinha atitudes possessivas e algumas vezes até agressivas. Uma vez fui pegar um CD de um amigo e ele puxou meu braço com força pra eu não pegar, eles ficaram um bom tempo sem se falarem e depois disso, aos poucos fui parando de falar com as pessoas. Agora relembro essas coisas me dou conta que desde o começo percebia os sinais de que era violento, eu que não enxergava e achava que tudo não passava de ciúmes. Se tivesse sido mais esperta já tinha separado naquela época, mas ele era tudo pra mim, me levava pra praia e vários outros lugares que meu pai nunca deixava. E foi por causa disso que casei cedo, pra sair de casa.

Eu precisava fazer alguma coisa pois meu pai sempre repetia que ele era um skatista, maloqueiro e chegou inclusive a me tirar da escola para me impedir de vê-lo. A gente ficava semanas sem se ver porque meu pai me trancava em casa e minha mãe tinha até saído do trabalho pra ficar me vigiando. Teve uma vez, era natal, a casa nesse dia estava cheia. Aproveitei que tinha um monte de gente e saí de fininho pra casa dele achando que ninguém perceberia. Passou um tempo escutei meu pai chamando, disse pro meu ex que era melhor eu voltar pra casa se não certamente apanharia. Ele ficou bravo e disse que se eu fosse não precisava voltar! Fui até a porta e voltei, desisti de ir embora e fiquei lá com ele. Quando cheguei em casa levei a maior surra do meu pai. Sou mesmo trouxa, apanhei por causa dele e agora levei na cara.

Não culpo meu pai, mas ele era muito rígido, não podíamos olhar pela janela, não podíamos assistir Malhação, não podíamos fazer nada. Minha irmã, ao contrário de mim, agiu diferente: fez faculdade e depois se casou, embora meu pai também não gostasse do marido dela mesmo ele sendo da igreja.

Hoje ela separou, mas não foi por conta de agressões, disse que ele também a proibia de manter contato com nossos pais e além de tudo não queria que ela trabalhasse. Ela foi mais esperta, terminou logo com ele.

Meu pai ameaçava dizendo que daria queixa pois era menor de idade e ele, já tinha 20 anos. Foi então que tive a ideia de engravidar. Na verdade nem transando a gente estava, mas fizemos tudo de caso pensado e foi na primeira. Deu certo, logo em seguida fui morar com ele. Olha só minha mentalidade! Inacreditável... fui muito burra!

O começo era muito bom... nossa!

Quando fui morar com ele, não sabia que usava cocaína, só depois de um tempo ele me contou achando que eu aceitaria pois maconha eu sabia que ele fumava e nunca me importei. Mas maconha é totalmente diferente, ele fumava e ficava tranquilo, conversava comigo e não ficava agressivo. No começo ele cheirava só quando ia pra shows, depois começou a usar dentro de casa escondido. Chegou um ponto que ele nem escondia mais, fazia na minha frente, no quarto. Ele fumava muita maconha, mas por causa do pó ele parou. Eu preferia que ele ficasse na maconha, tinha muita raiva quando ele cheirava porque se trancava no quarto e ficava quieto, na dele, sozinho, não conversava, não fazia nada. Às vezes era domingo, três horas da tarde, super difícil minha folga cair de domingo, queria sair com ele, ou com as crianças mas ele não deixava. A cocaína mudava o caráter dele, a feição mudava, ele fica muito agressivo e se transformava em outra pessoa.

Mas eu fui burra, sempre fui muito burra. A primeira vez que ele me agrediu, meu filho tinha 1 ano e nessa briga ele quebrou meu maxilar e eu não tive coragem de dar queixa. No Hospital onde fui atendida para fazer a cirurgia, me perguntaram por diversas vezes se aquilo tinha sido violência doméstica e eu negava, dizia que tinha escorregado e batido o rosto na pia do banheiro.

Ele só me agredia quando estava muito doidão. Quando percebia que tinha me machucado pedia desculpas, trazia gelo e ficava todo preocupado. Da última vez ele até chorou, mas eu decidi largar dele e dar queixa na delegacia. Mas antes disso eu sofri muita agressão... muita! Certa vez minha mãe chegou em casa e me escondi embaixo da cama pra ela não ver as marcas pelo meu corpo. Eu passava maquiagem mas não adiantava nada, ela sempre percebia.

Eu sofri bastante mas não pensava em terminar, pois meu segundo filho já tinha nascido e afinal de contas aquela era a minha família. Por um lado eu pensava que era melhor me separar agora porque depois poderia ter mais filhos e ficaria cada vez mais difícil, mas pelo outro ele era um pai legal, levava as crianças pra passear enquanto eu trabalhava e até me mandava fotos de onde estavam. Se não fosse essa coisa de agressão... Traição eu até suportaria, mas agressão é muito difícil.

Eu nunca saía com minhas amigas. Elas me chamavam pra ir na pizzaria do lado de casa e eu inventava desculpas, falava que não tinha dinheiro. Elas diziam "*a gente sabe que você não vai por causa do seu marido...*" mas ele não deixava mesmo, até sair pra visitar minha mãe já era motivo de briga. Quando mudamos para o Paraná já tinha tido meu terceiro filho. Fiquei quatro meses sem falar com minha mãe e ela ficou muito brava. Ela me falava "*você vai ficar apanhando desse jeito? Separa logo desse cara!*" então por conta disso ele não gostava que eu falasse com ela. Me separei dele algumas vezes mas sempre que saía de casa ele ficava largado, jogado, ficava mal, não se cuidava... Eu não aguentava vê-lo assim, ficava com pena e então voltava pra casa, ajeitava tudo e durante um tempo tudo ficava bem, depois começava outra vez e eu pensava,- meu deus, esse homem não para, não foi dessa vez.

Lá no Paraná eu trabalhava em dois empregos e ele também tinha um bom emprego e um bom patrão. Tínhamos dinheiro do aluguel da casa de Santos e então o salário dele começou a ser praticamente para o uso de drogas. Ele gastava todo o dinheiro, era coisa de 300,00 reais por dia, se

eu não trabalhasse passaríamos fome. Contava para a mãe dele que o salário já tinha caído e ele não havia pagado as contas, eu arcava com a maioria dos gastos da casa e com o restante ainda precisava comprar roupas para as crianças e coisas pra mim. E a mãe dele, ao contrário do que eu esperava não me apoiava e ainda por cima pagava as contas dele.

As agressões continuavam e já no primeiro ano eu queria voltar embora pra Santos. Minha ex-sogra e ex-cunhada não queriam que eu largasse dele e se dispuseram a pagar um tratamento em uma clínica de recuperação. Eu aceitei e ele ficou um ano e meio internado. Nesse tempo fiquei cuidando sozinha das crianças. Ele saiu da internação muito bem, começamos a ir pra igreja e assim ficou por uns cinco meses. Depois ele voltou a tomar uma cervejinha, eu pedia pelo amor de deus e ele dizia para eu ficar tranquila porque era uma só prometendo que não passaria disso. No começo até ficou tranqüilo mas obviamente tudo começou de novo. Eu saía do trabalho pra jantar em casa porque era uma coisa que ele gostava que eu fizesse, chegava pra jantar e ele já estava tomando cerveja, ficava desesperada. Ele tentava me acalmar dizendo que já havia dado banho e janta para as crianças e que estava tudo bem, mas não estava.

Eu trabalhava numa fábrica de embalagem de pão e lá tinha bastante funcionários homens. Um dia ele apareceu no meu trabalho perguntando por mim e ficou enciumado quando o porteiro falou que me conhecia. Nesse dia, fez um escândalo na porta e passei vergonha, depois disso exigiu que eu jantasse todos os dias em casa, e a partir de então todos da firma começaram a falar de mim. Teve um cara que disse *“seu marido é estranho, tenho certeza que ele te agride”*, eu negava e dizia que não tinha o menor sentido. Chegaram até dizer que dariam uma surra nele se caso voltasse a fazer escândalo na porta da firma porque aquilo colocava em risco meu emprego.

Eu fazia hora extra alguns dias e tinha quinze minutos de café. Ele fazia eu sair do trabalho e ir pra casa ficar com ele nesses quinze minutos. Eu precisava tirar o uniforme e todos os EPIs (bota, rede de cabelo, avental, etc), dava o maior trabalho mas fazia tudo isso pra evitar confusão. Minhas amigas falavam *“isso que você faz é ridículo”* mas nessa época, já tinha tido minha quarta filha e usava como desculpa que iria para vê-la, o que no fundo também era verdade. Por um lado, ele gostava que eu fazia hora extra, mas por outro, ficava muito enciumado em saber que eu trabalhava com outros homens. Uma vez, um colega do trabalho passou de carro do nosso lado e me cumprimentou, ele começou a xingar o cara dizendo que iria matá-lo porque estava olhando para a *“mulher dele”* no caso, para mim. O pessoal me falava *“já está ficando chato isso que seu marido faz, onde já se viu vim aqui na porta do seu trabalho?”*

Um dia meu pai apareceu lá, do nada. Ele é caminhoneiro e estava pelas redondezas, graças a deus nesse dia meu marido estava bem. Como meu pai -ao contrário da minha mãe- não se intrometia no nosso casamento, mesmo sabendo que eu sofria violência, meu ex-marido permitia que eu conversasse com ele. Meu pai tinha ido até lá para saber como estávamos mas na verdade ele sabia que as coisas não iam bem entre nós, embora eu respondesse que tudo estava tranqüilo, os dois trabalhando, cuidando da casa, das crianças...

Depois de um tempo minha mãe ligou dizendo que ficou sabendo o que estava acontecendo. Todo mundo já sabia que ele me ameaçava e me impedia de falar com ela. Muitos comentavam *“que absurdo, porque ela não termina com ele?”* Então, ela procurou minha encarregada no facebook e a adicionou para saber informações sobre mim. Elas tinham mais ou menos a mesma idade e acabaram virando amigas. Eu achava que minha mãe nunca mais voltaria a falar comigo, mas mesmo assim ela não desistiu de me chamar pra voltar a morar com ela. Depois de um tempo, fiquei sabendo que minha cunhada mandava fotos minha e das crianças pra ela ver, porque eu mesma não dava mais notícias.

Eu demorei pra fazer a primeira denúncia pois tinha vergonha que as pessoas do morro soubessem. Eu fiz boletim de ocorrência duas vezes, mas só representei dessa última vez. Na delegacia me perguntaram várias vezes se eu não gostaria de retirar a queixa porque afinal de contas eu ainda mantinha contato com ele. Fui firme e levei o processo adiante. Eu tinha sido espancada e dessa vez ele tinha me machucado muito, inclusive foi preso pela Lei Maria da Penha, mas como o caso ainda está sendo julgado foi estipulada pra ele uma fiança de 1.200,00 reais que sua mãe prontamente pagou.

Minha sogra até gostava de mim, ela sabia que seu filho me batia mas mesmo assim dizia que eu não podia destruir a família porque afinal tínhamos quatro filhos e família era coisa séria. Dizia que ele sofria muito com a situação e eu percebia que ela pouco se importava com meu sofrimento. E eu sofro porque foram muitos anos juntos e tinha me acostumado a morar com ele. Confesso que sinto falta, dele, da nossa casa... Falei pra minha mãe que, se não fosse pelas agressões, eu ainda tentaria ficar com ele. Desta última, estava no quarto com as crianças e ele chegou me batendo na frente delas, não quis nem saber. Meu filho mais velho entrava no meio para impedir, chorava e pedia pelo amor de deus pro pai parar de me espancar, pegou meu celular e ficou agoniado pra ligar pra alguém vir me socorrer.

Apesar disso tudo, falo para meus filhos não terem raiva do pai porque afinal de contas esse é um problema meu e dele, querendo ou não ele continua sendo o pai deles e as crianças não tem nada haver com isso. Já passei por tanta coisa com esse homem que fica até difícil acreditar. Faz seis meses que estou na casa dos meus pais sem ele, mas minha cabeça continua cheia!

Antes de largar tudo e voltar pra cá, ainda tive relações com meu ex-marido. Tentei pela última vez na esperança que as coisas se ajustassem e foi nessa que engravidei do meu quinto filho. Minha sogra ficou toda feliz e torcendo pra dar certo, ela dizia que ele só procuraria ajuda se estivesse comigo, mas percebendo que ele não mudaria decidi largar tudo e vim embora com meus filhos. A mãe dele levou um baque porque não esperava que eu faria isso. Minha cunhada fica dizendo que se eu não voltar, ele se afunda mais ainda nas drogas, mas não acho certo ser culpada pelo fato de ele ficar mal porque fui embora. Pior que sinto uma dor... mas quando lembro que ele está do mesmo jeito fico aliviada com minha decisão, porque se eu estivesse lá minha vida estaria um inferno.

Ainda fiquei cinco meses no Paraná morando sozinha com as crianças. Saí de casa, peguei meus móveis e me mudei pra uma casa menor, ele voltou a morar com a mãe. Todas as noites por volta da meia-noite ele vinha bater na minha janela e encher meu saco. Nesse tempo ele parou de me ajudar financeiramente com as crianças achando que dessa forma eu voltaria com ele. Meus pais viram minha situação e insistiram pra eu voltar, agora estão numa condição financeira melhor e construindo uma casa pra mim e as crianças em cima da casa deles. Meu ex soube disso e ficou muito bravo, como se a culpa de ter voltado pra casa dos meus pais fosse minha e não dele que me agredia. Se ele não tivesse aprontado, eu não teria ido embora.

Dessa vez, decidi que nunca mais apanharia. Ele me ajudava muito em casa e com as crianças, dava banho, fazia janta... mas não é por causa disso que vou aguentar agressão, não é mesmo? Ele me fala ainda hoje *“sou um homem bom, te ajudo a fazer as coisas em casa, cuido das crianças... quero ver você arrumar outro que faça isso.”* Ele me liga todos os dias perguntando se eu pensei em nós, ou nas crianças. Me chama pra ver o apartamento que ele comprou com o dinheiro da venda da nossa casa e fica fazendo planos na tentativa de me convencer a voltar. Eu me mantenho firme e respondo que agora pensarei em mim! Se ele quiser ver as crianças posso mandá-las de ônibus, mas eu não vou.

Mês passado ele veio pra Santos. Meus dois filhos mais velhos, (treze e onze anos) já entendem o que acontece e dizem que não querem mais ver o pai. Os mais novos (oito e dois anos) não entendem muito, já o mais velho me falava “*mãe, o pai tá estranho hoje...*” ficava aquele funga-funga de nariz escorrendo e meu filho reparava. Ele diz que nosso filho é bobão e não percebe, mal sabe ele. Meu pai também achava que eu era boba e eu engravidei! Meus filhos já falaram que não querem passar as férias na casa do pai, no Paraná e ele fala que eu invento tudo isso. Ele diz “*porque eles não querem me ver sendo que sempre fui um bom pai?*” Eu até falei que tentaria convencer as crianças de irem, mas adiantei que se caso fossem, provavelmente dormiriam na minha sogra ou minha cunhada, porque com ele as crianças tinham medo.

Por fim, ele passou quatro dias aqui e não ia embora porque queria conversar comigo. Eu dizia que não tinha mais nada pra conversar até mesmo porque sabia que ele não tinha mudado, ainda estava bebendo e usando cocaína. Esse era o problema... no começo a cocaína deixava ele bonzinho, sorridente e tal, depois acho que vai acabando e ele fica agitado e nervoso com qualquer coisa. Enquanto estava aqui, faltava no trabalho lá no Paraná mas pelo visto ele faz isso sempre. Quando acordo e vejo que entrou no *whatsApp* última vez às quatro da manhã já sei que ele não vai conseguir trabalhar, e ainda por cima me manda um milhão de mensagens na madrugada. Se me liga às dez da manhã já sei que faltou do trabalho e faltou porque passou a noite virado. E o pior é que não corre o risco de perder o emprego porque o patrão de agora é envolvido com essas coisas também. Ele trabalha numa serralheria, é montador de móveis e lá no trabalho alguns meninos também usam, o vale que ele recebe no começo do mês vai inteiro pra comprar pó, parece que ele compra de um menino que trabalha lá com ele. É um trabalho de gente louca.

O salário dele foi aumentando com o tempo de serviço, mas isso também aumentava o consumo. Quando ele usava ficava em casa, não gostava de sair porque tinha vergonha. Ainda hoje ele fala que só vai procurar ajuda quando eu voltar com ele, disse que paga minha passagem e das crianças até o Paraná e inclusive me dá a opção de ficar na mãe dele caso eu não queira voltar pra mesma casa. Hoje, só pela voz eu sei se ele usou alguma coisa ou não. Quando me liga todo carinhoso dizendo que me ama eu já sei que começou o uso, depois de várias carreiras o discurso muda, me acusa ter destruído nossa família, fala que meus pais (por estarem me ajudando) querem tomar as crianças de nós... Mas estou decidida, quando vejo que ele não melhorou me sinto bem e penso: ainda bem que eu não voltei.

Atualmente ele me manda dinheiro mas eu também já entrei com processo de pensão. Ele tentou me convencer que não precisaria dar entrada porque continuaria mandando dinheiro, mas eu falei que não daria certo pois quando ele está mal, fica com raiva de mim, me exclui do *whatsApp* não manda o dinheiro. Quando está bem, me desbloqueia e daí manda. Por causa disso entrei com processo, pra não ficar dependendo dele.

Mas apesar disso, sinto saudades da vida que eu tinha. Saudades de minhas coisas, da minha casa... Tenho um casal de amigos que vão se casar, minha amiga conseguiu mudar o cara porque ele era igual meu ex-marido, chegou até agredi-la uma vez. Não sei se acredito porque quando eu apanhava falava para as pessoas que tinha sido a primeira vez e era mentira. Uma vez ele a agrediu na minha casa, não acreditei porque ele era muito legal no meio da galera, deu um soco nela, na nossa frente. Fiquei indignada porque a gente não imagina que nossos amigos fazem isso. Depois desse dia ela contou que quando estava grávida, ele a empurrou em cima do botijão de gás. Segundo ela foram só essas duas vezes... mas enfim, eles se casam esse mês.

Meu ex-marido sempre foi muito controlador, precisava dar satisfações de tudo que fosse fazer. Ainda hoje ele me liga querendo saber se estou na minha mãe, o que estou fazendo e quem está lá.

Depois dele eu me relacionei só com uma pessoa, mas um dia olhei o celular dele e vi umas mensagens da ex dizendo que tinha fotos da agressão que tinha sofrido por ele. Eu pensei: “*Tô ferrada! Arrumei outro igual ao primeiro!*” então pulei fora e decidi ficar quieta no meu canto.

Não culpo meus pais pela minha decisão de sair cedo de casa. Mas uma parte é sim culpa do meu pai por ter sido duro demais. Além disso, ele também foi muito machista porque meu irmão com doze anos ia à praia andar de skate, passava a noite na rua e a gente não podia fazer nem metade. Só meu irmão dirige o carro do meu pai, eu, minha irmã e minha mãe não podemos. Meu irmão tem *piercing*, tatuagem... e ele pode fazer porque é homem. Minha mãe tenta justificar as atitudes do meu pai dizendo que ele faz tudo isso por medo das filhas ficarem igual as “filhas dos outros”, mas de tanto ele olhar a ‘filha dos outros’ não olhou para as dele.

Minha mãe teve dois filhos de outro casamento que dão trabalho até hoje. Um mora na Vila Progresso e o outro morava na rua até dias atrás mas agora pediu para ser internado. A gente não acredita muito mas minha mãe insiste em tentar. Ele já chegou a morar comigo e me deu um trabalho lascado porque ele e meu marido usavam juntos, na sala... era uma merda. Aí eu botei meu irmão pra fora de casa. Um dia cheguei em casa e meu filho chorando veio falar que o cofrinho dele, que era um burrinho de gesso, estava vazio. Fui olhar embaixo e estava com um furo. Tinha certeza que tinha sido meu irmão. Ele voltou depois de três dias e ainda negou que tinha sido ele. Assim que saiu de casa ficou morando na rua, eu passava e o via dormindo na lagoa, morria de dó, parecia um mendigo. Depois meu pai o levou pra casa.

No fundo eu tinha raiva do meu irmão porque por várias vezes ele ouvia meu marido me agredindo e não fazia nada. Eu pensava “*que bosta de irmão ele é!*” Tudo bem que eu estava errada de estar ali naquele casamento e naquela situação, mas se fosse o contrário, jamais deixaria alguém bater no meu irmão. Hoje pergunto pra ele “*porque você não me defendia?*” Ele responde que eu nunca tinha pedido ajuda. Mas poxa, ele ouvia meu ex-marido me espancando no quarto e não fazia nada, tenho muita mágoa dele. Meu ex também tirava muito sarro de mim, falava mal da minha roupa, do meu cabelo, ficava me ridicularizando e sempre cobrava que eu me vestisse melhor, me arrumasse mais. Sempre gostei de camiseta, calça jeans e tênis, agora uso vestido porque estou grávida, se não estava de outro jeito.

Tempos atrás eu estava de cabelo vermelho, bem roqueira. E ele dizendo que não me arrumava e que não gostava das minhas roupas. Engraçado que antes ele gostava do meu estilo, vai saber se ele não conheceu alguém por aí, né? Antes ele trabalhava no Guarujá e sempre ia nas festas da firma, sei lá. Agora ando me arrumando mais, as vezes coloco uma foto no *Instagram* e ele fala que estou bonita... não sei nem o que dizer! Meu sonho ainda é estudar. Comentei com meus pais e eles disseram que se eu quisesse, pagariam uma faculdade. No momento estou tranquila e não penso em me relacionar, ainda mais aqui no morro que não tem ninguém interessante. Eu ainda fico muito encanada porque se conheço algum cara e ele coça o nariz eu já acho que usa cocaína. Mas é isso, entre trancos e barrancos vou seguindo.

3.4.2- Narrativa de Elis

*“Amor
É como a rosa num jardim
A gente cuida, a gente olha,
A gente deixa o sol bater pra crescer
A rosa do amor tem sempre que
crescer
A rosa do amor não vai despetalar
Pra quem cuida bem da rosa
Pra quem sabe cultivar”
(Amor até o fim- Elis Regina)*

Me chamo Elis, tenho 46 anos. Me criei no Paraná e até os sete anos fui filha única, depois minha mãe se casou de novo e teve mais seis filhos. Era um um filho por ano praticamente. O primeiro e segundo até achei bom, mas do terceiro em diante já percebia que tinha algo estranho. Aquilo me incomodava mas não sabia exatamente porquê, mas lembro que a cada criança que nascia a vida lá em casa ficava mais difícil... Quando minha mãe dizia que estava grávida eu pensava: *“porque ela está fazendo isso de novo?”*.... Fiquei com a impressão de que era ruim ter muitos filhos.

Meu padrasto era mestre de obras e sofreu um acidente ficando muito tempo doente sem poder trabalhar. Quando ele voltou, a condição financeira da família tinha sido bastante prejudicada. A relação deles tinha altos e baixos... Uma vez, minha mãe resolveu ir embora. Falava às vezes pra ele: *“eu ainda vou embora dessa casa e você vai ver!”* Até que um dia ele respondeu: *“Então vai!”*. Ela não pensou duas vezes, botou tudo pra vender a preço de banana e a casa ficou limpa de um dia pro outro. Arrumamos a mala e fomos pro Paraná ficar perto do meu avô, nessa época éramos em três filhos. Ficamos uns dias num hotel e minha mãe começou a trabalhar de cozinheira neste hotel e logo alugou uma casa. Fomos pra lá sem móveis e sem nada, só com a roupa do corpo.

Depois de alguns meses meu padrasto descobriu que estávamos lá e mandou uma carta. Como a cidade era muito pequenininha não tinha serviço de carteiro e as cartas tinham que ser buscadas no correio. Quando minha mãe abriu a carta tinha um bilhete e um dinheiro que hoje seria equivalente a cinquenta reais. Ela ficou desesperada porque a gente passava por muitas necessidades e a única solução era voltar pra casa e pro marido, pois sozinha estava difícil sustentar nós três. Depois disso ela teve mais quatro filhos e meu padrasto sofreu outro acidente que o deixou acamado, totalmente dependente da minha mãe.

Minha mãe que já trabalhava fora, cuidava da casa e dos filhos teve que começar a cuidar também do marido. A situação foi ficando cada vez pior até que um dia ela me tirou da escola pra eu ajudar em casa. Na verdade cada vez que nascia um irmão ela me tirava da escola.

Com o tempo ela foi ficando muito agressiva, descontava em mim toda a raiva e mágoa que sentia da vida que levava. Acho que toda a dificuldade dela somatizava em mim por eu ser a mais velha e não ser filha do meu padrasto. Ela jogava toda a culpa da infelicidade em cima mim e eu comecei a achar que era mesmo a culpada... Sabe quando você se acostuma com uma coisa que não faz diferença tentar mudar? Então, fui me acostumando com essa forma dela me tratar, apanhava por qualquer coisa e pronto, não questionava. Enquanto eu apanhava pensava: *“o que será que ela quer ouvir pra parar de me bater?”* Nessa época eu não entendia... Amava muito a minha mãe, mas não sabia que era tão difícil assim. Ela me batia, fazia diferença de mim com meus irmãos... Isso me

magoava muito, mas no fundo eu pensava: *“coitada da minha mãe... não posso ficar ofendida com ela”*, então saía mesmo da escola pra fazer o que ela queria.

Com doze anos eu cuidava do filho de uma vizinha, se chamava Rafael, inclusive meu filho se chama Rafael por causa desse menino. Fiquei um tempão cuidando dele e me apeguei muito a família. A mãe dele era bem novinha e fazia faculdade, encontrava ela só de vez em quando, amizade mesmo eu tinha feito com a mãe dela, avó da criança, e ela sempre me falava pra voltar a estudar porque era absurdo eu sair da escola todo ano, mas minha mãe não deixava.

Chegou uma época que a mãe do Rafael ia se mudar para um bairro um pouco distante. Os pais dela tinham muita amizade com meus pais e pediu para me levarem junto. Minha mãe me deixou ir com a condição de voltar aos finais de semana. No começo eu sentia saudade da minha família, mas depois fui conhecendo outro mundo. Eu já tinha quatorze anos e ainda não tinha terminado o ginásio, até que minha patroa me avisou que teria uma prova, numa escola particular, tipo um supletivo, que poderia ser uma chance de eu voltar a estudar. No começo achei que jamais passaria nessa prova pois já estava muito tempo sem ir pra escola. Ela insistiu: *“Pelo menos tenta, vai fazer essa prova!”*. Ela me ajudou a estudar e eu passei! Consegui a bolsa!

Isso criou uma revolta muito grande na minha mãe. Quando eu voltava aos finais de semana ela me batia e dizia pra eu sair da escola porque o papel da mulher era cuidar da família e não estudar. Ela chegou a falar que se eu continuasse estudando não ia conseguir um marido. Eu achava um absurdo porque desde cedo já sonhava em ser enfermeira. Quando era pequena brincava com meus irmãos que eles eram flagelados da guerra e eu tinha que cuidar deles. E minha mãe falava: *“Para porque você nunca vai ser isso, tira isso da cabeça!”* Eu achava a coisa mais linda ser enfermeira! Assistia os filmes de guerra e amava a ideia de cuidar dos feridos!

Mas minha mãe fazia de tudo pra eu desistir da escola. Me ameaçava dizendo que ia na porta da minha escola fazer escândalo. Eu morria de medo e deixava pra sair por último pra não correr o risco, ficava enrolando até todo mundo sair... e voltava correndo pra casa, até que decidi não voltar mais aos finais de semana. Nossa... Foi difícil essa decisão porque eu sabia que teria consequências. Fiquei morando com essa família, cuidava do menino, fazia comida, faxina... essas coisas. Mas estudava! Depois terminei o supletivo e decidi fazer magistério pra ter alguma formação e algo mais concreto. Voltava muito pouco pra ver minha mãe, e quando ia, voltava embora antes dela começar a me humilhar e fazer barraco.

Eu levava meus irmãos pra tomar vacina, pra consulta com pediatra, fazia tudo isso porque meus irmãos mal completaram 1 ano e minha mãe já ganhava outro filho, sempre muito sobrecarregada. Meus irmãos não eram proibidos de estudar, na verdade não estudaram porque não quiseram, a única que queria estudar era eu e ela não deixava com a desculpa que eu precisava ajudar em casa. Ela lavava roupa pra fora, então a gente acordava às cinco da manhã pra lavar aquele montão de roupas e depois passar.

Um dia encontrei uma amiga antiga de escola que estava se mudando pra São Paulo e pretendia engravidar. Ela procurava uma pessoa da cidade pra levar junto e ajudá-la no pós parto e acabou me convidando. Fiquei muito dividida porque amava o Rafael e a família dele e não queria deixá-los, mas ao mesmo tempo sabia que se continuasse ali, sofreria pra sempre violência da minha mãe, eu precisava me distanciar dela pra poder seguir minha vida.

Minha mãe tinha um poder muito grande sobre mim, tudo que ela falava entrava na minha mente e eu achava que nada daria certo, no fundo ela queria que eu fosse embora pra me ver longe da

família do Rafael porque ela sabia que eles me ajudavam a crescer, coisa que ela não fazia. Aceitei e fui morar com essa moça em São Mateus, tinha dezessete anos nessa época. Por fim, ela não conseguiu engravidar e fiquei morando lá por dois anos, trabalhava pra ela de dia, e a noite terminava o colegial/magistério.

Eu tinha uma tia em Santos e comecei a visitá-la nos feriados. Ela achava um absurdo eu morar com pessoas que não eram da família e me chamou pra morar com ela. Um dia lendo jornal vi que tinha um curso de atendente de enfermagem e pensei: *“Nossa, é minha chance!”* Conte pra minha amiga e ela não aprovou, e ainda por cima me proibiu de sair da casa. Eu não conhecia esse lado dela... Daí sabe o que eu fiz? Fugi de casa. Arrumei minhas malas, deixei um bilhete agradecendo por tudo e fui pra Santos morar com minha tia e o marido dela. Fui correr atrás do meu sonho.

Comecei a fazer o curso e sentia a maior felicidade do mundo por estar aprendendo aquelas coisas! Conheci meu ex- marido e comecei a namorar. Eu nunca tinha namorado porque era tanta coisa ruim na minha vida que esse meu lado ficou adormecido. Com oito meses de namoro ficamos noivos. Terminei meu curso de enfermagem e alguns meses depois, casamos. Casei e alugamos uma casa. Pela primeira vez na vida eu tinha a minha casa... porque até então morava de favor na casa dos outros. Compramos todos os móveis... vivíamos bem!

Um dia, minha ex- professora do curso de enfermagem me falou que a Santa Casa pegaria sete auxiliares de enfermagem para trabalhar voluntariamente e ela poderia me indicar. Aceitei e fiquei um mês fazendo os testes e finalmente fui escolhida, mas tive que assinar um contrato concordando em trabalhar um ano inteiro sem salário. Eu trabalhava na Santa Casa de manhã e a tarde peguei umas faxinas pra fazer, e assim eu fiquei... por um ano! Mas eu gostava tanto do meu trabalho que às vezes batia o ponto na hora da saída e voltava pra dentro porque queria aprender como tudo funcionava! Eu era doida! No segundo ano já comecei a receber salário e trabalhei por três anos na Santa Casa. Recebi até um salário a mais como gratificação pelo tempo de voluntária! Fiquei tão feliz que comprei presente pra minha mãe, meus irmãos, nem pensei em guardar o dinheiro!

Com 22 anos tive minha primeira filha. Foi um sonho realizado porque queria cuidar dela da forma que achava que deveria ter sido cuidada pela minha mãe. Foi muito bom! Eu arrumava as coisinhas dela... ficava com ela em casa... foi muito legal! Dois anos depois eu engravidei de novo, do meu filho Rafael, mas as coisas já estavam mais difíceis com meu marido e no fundo eu não queria ter tido outro filho.

Nessa época eu saí da Santa Casa e fui trabalhar na Casa de Saúde pois lá ofereciam creche para filhos de funcionários. Foi a melhor época porque eles iam e voltavam comigo, era muito tranquilo. Até que aconteceu uma coisa triste... eu engravidei de novo e... fiz um aborto. Essa parte da minha história ninguém sabe. Isso me derrubou. Cheguei em casa chorando com a sensação que todo mundo sabia o que eu tinha feito, me sentia culpada e pra falar a verdade sinto culpa até hoje. Nunca imaginei que teria coragem de fazer isso, mas não me arrependo. Eu saí de casa, estudei, casei e ainda demorei dois anos pra engravidar... não queria acabar cheia de filhos, como minha mãe.

Depois disso meu casamento e o sentimento pelo meu marido foi acabando... acabando... Apareceu a oportunidade de fazer uma prova no Rio de Janeiro no final de semana que me daria o título de auxiliar de enfermagem e meu marido começou a me podar. Ele falava: *“Pra que você quer mais esse título? Tá bom do jeito que tá”* Eu falava: *“Não... não está bom!”* Deixei meus filhos e fui. Foi super corrido, era do curso pro hotel, do hotel pro curso, nem conheci a cidade. Mas isso foi deixando o casamento desgastado, mais abalado do que já estava, não conseguia mais

admirar meu marido. Ele nunca me agrediu, mas me ameaçava. Eu tinha tanto medo que me sentia espancada só de ouvir as coisas que ele me falava.

Então pensei num plano: me estabilizar financeiramente e me separar dele. Eu pensava: *“quando tiver sustentando meus filhos sozinha vou embora”* Mas na verdade eu já sustentava né?! A ficha não tinha caído, eu não percebia. Não sei porque, mas precisava ter a certeza que daria conta e não precisaria voltar a morar de favor na casa de ninguém, outra vez. Comecei a trabalhar em Santos e ele ficou desempregado. A situação foi ficando difícil e a irmã dele chamou a gente pra morar com ela, dividindo a casa pra rachar as contas porque só morava ela e os filhos. Nós fomos e a situação ficou ainda pior, porque ela vivia em churrascada e meu marido ia junto. Daí eu tinha que ficar em casa cuidando dos meus filhos e também dos dela. Eu chegava e nunca tinha comida, se eu não fizesse as crianças não comiam.

Assim que me estabilizei procurei uma casinha com quarto, sala, cozinha e aluguei. Pedi pro meu cumpadre ser o fiador e falei a verdade: ia me separar. Contratei um caminhão e fui embora. Depois tive que segurar a bronca porque ele começou a ir na porta do hospital que eu trabalhava. Eu morria de medo de apanhar ali na frente de todo mundo... Ele nunca me bateu, mas quando começava a falar alto eu já ficava em pânico e com medo dele dar vexame. Depois que me separei ele começou a frequentar minha casa com a desculpa de ver as crianças e a gente acabou voltando. Ficamos um ano juntos e logo começou as ameaças... Mas dessa vez eu estava mais forte, não me abalava. Ele falava que ia me matar e eu respondia: *“Ah é?! Então me mata que eu quero ver!”* Já não tinha mais tanto medo dele.

Eu conversava com meus filhos e explicava que não dava mais certo ficar com o pai. O caçula não entendia e sentia saudades, chorava... A mais velha, que tinha quatorze, já entendia nossa relação e falava: *“Mãe, isso não dá mais certo!”* Ela percebia a minha sobrecarga e também se incomodava em ver o pai deitado no sofá o dia todo, e eu chegando morta de cansaço do trabalho e ainda tendo que fazer janta. A relação foi ficando insustentável e fui percebendo que estava voltando na minha infância, que meu marido estava virando minha mãe... Então resolvi enfrentá-lo.

Coloquei suas roupas num carrinho de feira e mandei ele embora. Ele saiu e disse: *“Você tá nervosa, mais tarde eu volto pra gente conversar”* Quando ele voltou, viu que eu não mudaria de ideia e tentou me atingir dizendo que levaria a geladeira, televisão, fogão... Eu falei: *“Pode levar! Se meu sossego vale uma geladeira, um fogão e um microondas então tá ótimo, quer que eu pague o carro? Pode levar!”* Eu já tinha extrapolado meus limites e não ligava pra mais nada. E ele levou, acredita? Me deixou sem nada.

Depois disso meu filho caçula percebeu e parou de perguntar do pai. Ele ligava me ameaçando, falando um monte de besteiras... Até que um dia avisei que daria queixa na polícia e só então ele parou de ligar e sumiu de vez, nunca mais encheu meu saco. Eu fiquei feliz da vida com meus filhos e não me senti uma coitadinha por estar sem marido... Pelo contrário, tive paz para criá-los do meu jeito! De vez em quando, fazia o “Dia da Bagunça” com eles, ia no mercado e comprava salgadinhos, danone, refrigerante... Alugava filmes na locadora e passava o dia deitada com meus filhos comendo besteiras e vendo filme. Também levava no cinema, de vez em quando. E isso são coisas que meu marido não viveu, foram momentos que ele escolheu não passar com os filhos.

Desse dia em diante, ele nunca mais me ajudou com as crianças, não podia contar com ele pra nada. Mas isso eu já esperava, sabia que quando conseguisse minha independência ele não ajudaria e foi o que aconteceu, criei meus filhos sozinha. E eu falava pra eles: *“O papai ama vocês, mas de um jeito diferente...”* E meus filhos foram crescendo e se acostumando com a ausência do pai.

Eles ficaram adultos, minha filha engravidou... Tivemos nossos altos e baixos mas tocamos o barco. Eu não consegui me relacionar com mais ninguém depois do meu ex- marido, na verdade não sinto necessidade de estar com uma pessoa, me sinto bem assim. Já me criticaram por isso... Antigamente me importava e tinha medo de ficar sozinha, hoje não.

Essa minha história às vezes eu conto pra algumas mulheres que atendo, lógico que pulo alguns capítulos, rs... Mas eu conto para elas verem que um dia estive igual à elas, no mesmo buraco. Teve uma moça, que toda vez que passava comigo chorava e reclamava do marido batia nela. Um dia sozinha na sala comecei a contar minha história, dando coragem pra ela conseguir largar o cara. Eu falava: *“Não é porque não apanhei que minha história é diferente da sua! Ele não batia mas fazia pior, me agredia com palavras e dizia que sem ele eu não dava conta de cuidar das crianças! Por fim largar foi a melhor coisa, minha vida ficou infinitamente melhor sem ele!”*

Conversei bastante com ela nesse dia... Depois ela deu uma sumida. Apareceu depois de muito tempo pra me contar que estava indo embora de casa pois recentemente tinha perdido um bebê de tanto apanhar. A gente nem imagina o que as pessoas passam... Eu sei que no fim, essa moça denunciou o marido, arrumou um emprego, pegou os filhos e saiu de casa.

Acho que talvez, as mulheres ouvindo minha história possam se imaginar em mim. Porque a gente acha impossível sair da situação e quando vemos alguém que conseguiu pensamos: *“Poxa, se ela conseguiu eu também consigo!”* Lógico que não falo achando que vou mudar a vida delas, porque sei que é difícil deixar o marido e sair de casa... Muitas mulheres acham que é assim mesmo, tem que aguentar a violência calada... Mas a primeira coisa que podemos fazer é ouvir... Por mais que não possamos fazer nada estamos diante de uma mulher sofrida e que precisa de ajuda, precisa de escuta.

Então é isso! Na verdade, a gente que é mulher sofre violência de todos os lados todos os dias. Acontecem certas coisas, algumas situações que na correria diária a gente se incomoda mas deixa passar... Depois quando pára pra pensar percebe que foi violentada e bate aquele sentimento de *“Nossa, eu deveria ter falado isso!”* Essa sensação é horrível! Então, eu pude escolher a profissão que eu gosto. Gosto de cuidar das pessoas, de acalmar... Se tiver que chorar na frente do paciente eu choro, se eu sentir que ele precisa de um abraço eu vou abraçar, pois no meu trabalho, -assim como na minha vida, estou inteira, me entrego.

3.4.3- Narrativa de Amy

*“Tudo cai no lugar
E sobre poderes, sobre mim
Eu não posso ajudar na dança
Você pode tentar me parar agora
Mas não te darei essa chance”*
(Intervado- Amy Winehouse)

Sou Amy e tenho 42 anos. Venho de uma família de mulheres fortes que nunca dependerem de homem. Minha vó era espanhola e mandava em tudo, inclusive no meu avô. Meu pai quando vivo, era onze anos mais velho que minha mãe e nunca foi um homem machista, mesmo naquela época. Ele sempre ajudava em casa e o salário dele ia todinho pra mão da minha mãe. Então na minha família sempre tive essas mulheres como exemplo!

Com minha irmã mais velha foi diferente. Ela teve uma relação extremamente dependente com o ex- marido, que vinha de uma família que se xingava muito e falava muito palavrão, e minha irmã que não falava palavrão até então, se casou com ele e começou a falar também. Eles se agrediam verbalmente e ela foi aceitando... Tinha uma coisa de posse material nele, era *“meu carro”*, *“minha geladeira”* *“eu comprei isso, aquilo”*. Eu falei pra ela, que se da primeira vez que ele falasse isso, ela tivesse pegado uma marreta e quebrado a casa inteira, de duas uma: ou eles iam se separar ou ele nunca mais falaria isso porque ela colocaria um limite já naquele momento. Mas ela foi permitindo... não sei porquê!

Ela acabou ficando amarga por conta disso, foi envelhecendo, se anulando. Na época ela falava: *“Ele me xinga mas me dá tudo que eu quero”*, e eu me surpreendia com essa posição porque não tinha motivos pra ela aguentar aquilo. Meu pai nunca levantou a mão pra gente, nunca nem sequer ouvimos ele e minha mãe discutindo! Então não consigo entender... Minha família sempre teve muito orgulho dela porque se formou advogada com vinte e dois anos, sempre gostou de estudar, é super inteligente... Era aquela filha que não dava trabalho para os pais, que não questionava as ordens... Sempre foi motivo de muito orgulho por ser estudiosa e muito inteligente. Não sei em que momento ela se perdeu, em algum momento isso aconteceu... O marido dela não estudou mas é um cara inteligente, tem um conhecimento enorme em financeira, mas acabou ficando muito agressivo por conta dessa família que se xingava tanto entre eles. Minha irmã acabou adquirindo esse modo de vida também.

Também tive uma tia que sofria violência doméstica e a gente foi saber só agora, ela falava assim: *“Eu nunca contei pra ninguém mesmo porque todo mundo ia encher meu saco pra separar e eu não ia separar! Não ia dividir minha herança e nem perder meus bens”* Eu fiquei chocada! Hoje eles estão velhos, os dois doentes, mas permanecem juntos. Ela falou que ele dava uns tapas, empurrava... Ela aparecia machucada e falava que tinha batido... Foi uma vida apanhando e sem contar nada pra gente! Devia ter medo de passar vergonha e aguentar todo mundo cobrando... Uma loucura!

Confesso que quando comecei a trabalhar aqui na Policlínica tinha meus preconceitos em relação a violência, eu era bem arisca e inflexível com os pacientes. Ao longo do tempo fui amolecendo minha rigidez e entendendo que a realidade daqui era muito diferente da que eu tinha. Não vou dizer que sou a melhor pessoa do mundo, mas acho que algumas situações foram me amolecendo.

Eu comecei a entender que uma pessoa que cresce vendo o avô bater na avó, e o pai batendo na mãe, a violência acaba se naturalizando porque a pessoa não conhece outra realidade. .

Tinha uma paciente que faleceu recentemente de câncer. Ela não era muito nova mas tinha uma aparência de ser muito mais velha. Ela não tinha a ponta do dedo porque numa briga o marido mordeu, ela não cuidou e acabou necrosado, aí teve que amputar. Era uma mulher extremamente submissa, você via a submissão nos olhos dela. Eles tinham um filho de uns cinco anos que carregava muita tristeza no olhar, aquilo acabava comigo! Aqui no morro a gente percebe alguns adolescentes que já tem aquele olhar de maldade, dá pra perceber o rosto endurecido. Parecem homens velhos que vivenciaram atrocidades, ou já cometeram atrocidades.

Quando cheguei aqui no morro a percepção que eu tinha do SUS era o que eu via na televisão, aquelas macas no corredor, gente morrendo, filas intermináveis, todo mundo reclamando.. Era totalmente diferente da que tenho hoje. Tenho vinte e quatro anos de enfermagem e sou cria do serviço privado, trabalhei por quinze anos na ala vip de um hospital particular, e como os funcionários tinham convênio nunca precisei usar o serviço de Atenção Básica. Quando fiz o concurso e vim pra Policlínica também comecei a fazer hora extra no Hospital da Zona Noroeste e minha visão mudou completamente. Fui pra uma ala de internação onde muitos pacientes não tinham acompanhantes e ninguém ficava sujo sem banho e sem comer! Às vezes eram três funcionárias mas elas davam conta de tudo, as camas estavam sempre limpas e os pacientes sempre bem cuidados.

Então isso mudou totalmente minha percepção sobre hospital público. Claro que existem profissionais mais e menos dedicados em todas as áreas, mas meu olhar em relação a saúde pública mudou depois que eu tive essa experiência. Então imagina, eu trabalhava na ala vip de um serviço privado e depois vim parar no morro Santa Maria... Foi um choque de realidade! E realmente no começo eu tinha minhas ideias pré- concebidas, de que as pessoas sofriam violência porque permitiam.

Assim como a questão do uso de drogas, um menino que tem o pai e a mãe usuária de drogas, ou que a situação financeira é muito ruim, onde a pobreza é extrema, esse menino sai na rua e vê o traficante com tênis e camisa de marca, com dinheiro pra comprar as coisas... Que escolha esse menino tem? É muito difícil um usuário se internar numa clínica de recuperação e quando sair voltar a morar no mesmo bairro. Onde eu moro deve ter ponto de drogas mas nem sei onde é, aqui você sai na porta de casa e tem gente fumando maconha. Então é difícil falar em ter força de vontade quando o tráfico e as drogas se apresentam todo dia pra você. Aqui é muito complicado.

Fico pensando que a melhor coisa para os jovens é saírem daqui, pra estudar, praticar algum esporte, enfim, vivenciar outras realidades. Tem jovem aqui que não conhece a praia, só conhecem essa realidade, é muito duro. No caso da violência é muito emblemático porque as mulheres não chamam a polícia... Elas chamam os caras. Em alguns casos de violência eles interferem, mas tem casos que a mulher não quer sair de casa, daí eles não interferem, por exemplo: teve uma moça que apareceu aqui com as costas toda arranhada. Eu perguntei: "*Você caiu?*" Ela respondeu que tinha apanhado do pai da filha dela, mas que já tinha avisado os manos e eles iam resolver. Então nesse caso ela não morava mais com ele e pediu ajuda dos cara pra se proteger e evitar que ele volte. Agora, o jeito que eles resolvem eu já não sei...

Então dar queixa na delegacia, lei Maria da Penha, medida protetiva, essas coisas elas nunca fazem! Isso está muito distante delas! Não conheço nenhuma que tenha acionado a polícia. Uma vez roubaram a TV e os computadores da unidade, antes de fazer BO na delegacia a gente foi falar com

o rapaz que gerencia o morro e ele pediu pra esperar. Deu três dias e todas as coisas foram devolvidas, sem precisar fazer boletim e nem chamar a polícia. Então a gente percebe que aqui existe uma outra organização.

Uma vez uma paciente chamou a polícia pra gente, ela queria consulta com a pediatra mas a doutora estava de férias e ela chamou a polícia pra fazer um boletim porque o Conselho Tutelar disse pra ela que era um direito da filha passar com o pediatra todo mês até um ano. A polícia veio aqui na UBS e eu acredito que ela tenha levado um puxão de orelha do tráfico, porque ela colocou em risco todo o movimento.

Nesse contexto todo me sinto um pouco de mãos atadas... Se chegar uma mulher pra mim e falar: *“Meu marido é extremamente violento e eu preciso sair de casa”*. O que eu posso fazer? Eu vou tentar né... Falar com a chefia, com a psicóloga aqui da unidade, e ver o que conseguimos fazer por ela, onde pode abrigar, quem pode acolher e tal. Mas a gente sabe que elas apanham informalmente, como chegar do nada e oferecer ajuda? É capaz ainda delas avisarem o agressor e eles virem tirar satisfação com a gente! Aqui é assim, você pode acolher mas não pode se envolver.

Mas só acredito que podemos ajudar alguém quando se pede ajuda. Fiz o curso dos Caminhos do Cuidado, que é para população usuária de droga, mas não dá pra ver uma pessoa usando droga e falar: *“Oi, você quer ajuda pra parar de usar drogas? Fiz um curso e posso te ajudar!”* Não tem como! Só dá pra ajudar se a pessoa pedir ajuda, e muitas vezes nem assim! Tem uma gestante usuária de drogas que está pedindo pelo amor de deus por uma internação. Ela está implorando ajuda e não tem nenhum lugar para internar essa mulher! Entendeu? É muito difícil! O município não segue a política de internação mas a paciente quer! Porque se ela ficar aqui não vai dar jeito, ela precisa ser internada, ficar longe... Precisa de ajuda pra passar pela abstinência.

A gente sabe dos problemas de saúde, mas o grande problema é social. É como querer ensinar o paciente diabético a se alimentar bem, comer frutas e etc, mas as vezes ele não tem dois reais, nem o dinheiro pro arroz. Demorou um pouco pra eu entender tudo isso, a realidade aqui é essa! Algumas pessoas falam que me falta empatia, que seria me colocar no lugar do outro, mas não é por não conseguir me ver naquela situação que significa que eu seja indiferente.

Empatia é a palavra do momento. Mas empatia não me impede de ser simpática. Eu consigo me colocar no lugar de uma mulher que está sofrendo com câncer, mas numa situação de violência doméstica eu não consigo mesmo. Isso não me torna indiferente da situação e nem me impede de como profissional querer ajudar essa mulher. Não sou uma pessoa ruim, não se trata disso, é porque realmente eu não consigo me colocar no lugar de uma mulher que apanha. Me solidarizo com o sofrimento dela, mas não me vejo assim porque jamais deixaria homem erguer a mão pra mim.

Eu namoro a quinze anos com o mesmo namorado e não queremos casar. Cada um mora na sua casa, ele sozinho com os cachorros e eu com minha mãe e irmã. Não tenho filhos e nem pretendo ter, por escolha mesmo. Nunca tive aquele desejo que algumas mulheres sentem de ser mãe, isso nunca aflorou mas eu achava que ia acontecer em algum momento da minha vida. Foi passando o tempo, a vida foi se tornando mais difícil, o mundo foi se tornando mais cruel, e a vontade foi diminuindo cada vez mais. Eu não acho certo por exemplo, colocar uma criança de quatro meses na creche. Não critico quem faz isso, mas eu não saberia lidar porque gostaria de ter condições financeira pra ficar alguns anos com meu filho sem trabalhar, só cuidando dele.

Então não consigo me ver nessa situação, carregando criança no braço levando para creche... Acho extremamente guerreira quem faz isso. Meu namorado tem 48 anos e também não tem filhos, mas

tem trinta cachorros, quatro gatos e três passarinhos! Temos o Bahuan que é nosso filho, anda com a gente no carro e tal, ele vai no banco da frente eu vou atrás, todo mundo conhece o Bahuan, ele realmente pensa que somos seus pais! Mas geralmente é assim né, quem não tem filhos tem cachorros!

E nao quero ter filho se for pra escola criar. Pra eu sair cedo pro trabalho e chegar de noite cansada em casa e sem paciência pra brincar ou ficar com ele. Aí a criança sobe pelas paredes e você está tão cansada que não tem nem forças pra corrigir, aí vem a culpa de brigar com ele porque o coitado também ficou o dia todo na escola, não tem culpa do seu cansaço... Eu não tenho estruturas emocionais para isso. Como eu brigo com uma criança que ficou o dia todo na escola? Como colocar de castigo essa criança que ficou o dia inteiro longe de você? Aí você acaba não corrigindo e a criança te faz de gato e sapato.

Aqui eu sinto falta das mães almejem um futuro melhor para os filhos, acho que isso tá faltando, e o bairro também não ajuda, não tem escola, área de lazer... não tem nada! E só aumentam as invasões, cada vez mais. Já tem vários botecos e barzinhos lá pra dentro, inclusive já tem até ponto de droga. Dizem que esse pessoal que chega migra de outros morros, mas tem bastante gente nova chegando do nordeste, só essa semana eu conheci uns cinco. Então minha percepção com a violência melhorou um pouco, porque antes eu falava: *“Ah, está nessa vida porque quer! Vai a luta, vai trabalhar, se vira!”*, porque eu tive o exemplo em casa dos meus pais que não estudaram mas sempre batalhou para que os filhos tivessem uma profissão. Eles sempre incentivaram, e isso eu sinto falta das mães aqui do morro. Eu vejo isso na maioria das mães aqui, aquela coisa *“Gabriela”, “- Eu nasci assim, eu cresci assim...”*

A gente sabe que o desemprego tá muito grande, mas sabemos também que tem muita gente com falta de querer crescer na vida. De não querer batalhar pra ter uma vida melhor. Tem uma usuária aqui que fez faxina até um dia antes do filho dela nascer. Ela tem oito filhos mega educados, estão sempre limpos e ela é super rigorosa, eles vem na consulta e você não escuta um pio. Eles são muito educados! Então assim, eu não vejo as crianças dela sendo *“do mundo”* porque ela é casada e os oito filhos são do mesmo pai. Agora uma mãe que tem dez filhos um com cada pai vai falar o que das filhas mais velhas? Que cobrança e que moral ela tem pra cobrar um filho? Você não consegue!

Então é difícil trabalhar nesse contexto e querer melhorar, porque muita coisa depende do poder público, mas tem coisa que só acontece se a pessoa quiser! Eu vejo outras mães aqui que não estudaram mas vão atrás pra encontrar esporte de graça pro filho fazer, vai atrás de um inglês e tal, mas muitas não se importam! Tem uma menina de quatorze anos que teve filho com um cara de trinta, a mãe dela foi buscá-la na casa dele porque ela tava sendo espancada. Sabe onde ela está agora? Voltou com ele. Então que exemplo ela consegue dar pro filho? É complicado!

E tem uma coisa muito cultural né, porque quando eles recebem um apartamento do CDHU precisa pagar água, luz, prestação... Daí eles vendem o apartamento e voltam pra favela porque lá eles não precisam pagar nada. Mais de noventa por cento dos predinhos do CDHU não são os moradores que ganharam a casa inicialmente. Tem gente na fila há um tempão, mas quando teve o incêndio no morro da Vila Progresso eles passaram essas famílias na frente, e essas famílias não ficaram nenhum ano, se ficou seis meses foi muito! Eles vendem por vinte e cinco, trinta mil e voltam pra favela. Não pagam imposto e é tudo na base do gato. Isso é cultural.

Nos últimos anos a vida ficou conturbada na minha família. Meu irmão mais velho faleceu deixando todos muito abalados. Ele trabalhava na Rodja manipulando produtos químicos, teve uma intoxicação e morreu em dois dias. Era o primogênito e tinha uma relação muito próxima com

minha mãe, eram muito companheiros, foi um sofrimento... A filha desse meu irmão, minha sobrinha, era casada e tinha uma filha de um ano e meio quando se apaixonou por uma mulher. A família achou estranho porque quando eram casados viviam aparentemente bem, mas entre quatro paredes ninguém sabe o que acontece, né?

Acho que faltava alguma na relação deles pra ela chegar nesse ponto. Tudo bem que ninguém está livre de se apaixonar, mas quando se tem um relacionamento de bastante tempo você não permite se aproximar de alguém ao ponto de se apaixonar. Se aconteceu é porque estava carente ou alguma coisa faltava, porque a gente não dá brecha pra essas coisas, pelo menos eu não dou! Imagina só uma menina que sempre foi namoradeira, namorou vários homens e se casou com um cara que inclusive escolheu ser mãe, aí de repente se apaixonou por uma mulher sendo que nunca tinha se relacionado com mulheres antes!? Tinha uma filha, casa, marido e chega ao ponto de se divorciar? Aí que tá faltando alguma coisa mesmo!

O ex marido dela era descendente de nordestino, negro, aquele machismo muito enraizado então rolou alguns estresses. Quando ela contou que ia se separar para ficar com outra mulher ele achou que era uma fase e tal. No começo ele visitava a filha até o dia que começaram a discutir e ele deu tapa na cara da minha sobrinha. Ela fez o boletim de ocorrência e ele desapareceu, depois desse dia ele nunca mais a procurou. A mãe da minha sobrinha, minha cunhada, até então dava razão pro cara pois achava que a filha tinha errado por ter trocado o marido por uma mulher, depois dessa agressão elas convivem melhor, vão em algumas festas tipo chá de bebê, apresentação de final de ano da menina e tals.

A companheira da minha sobrinha também tem um filho, mais velho. Segundo ela a criança veio sem querer pois ela já sabia que gostava de mulheres mas tinha um melhor amigo que dizia ser preciso transar com um homem pra ver se era isso mesmo que ela gostava. Só sei que ela transou uma única vez com ele e engravidou. Mas eles são super amigos até hoje e eles têm uma relação super bacana, o menino mora com o pai e todo mundo se dá bem. Então cada um tem sua história e é difícil julgar pra quem está de fora!

Eu não me meti nessa história, porque ninguém paga minhas contas então nunca dei palpite, nunca falei nada, mas da nossa parte ficou tudo bem, apesar da minha mãe ser idosa ela é muito moderna e aceitou a mulher da minha sobrinha. Meu pai não ficou sabendo porque era um pouco indiscreto, então a gente achou melhor não contar pra ele. Uma vez ele perguntou quem era a moça e dissemos que era uma amiga que dividia apartamento com ela. Na verdade se a gente contasse ia ficar tudo bem, o problema é que quando ele bebia umas cervejinhas acabava falando um pouco demais, então evitamos esse constrangimento.

Meu pai faleceu o ano passado, estava com oitenta e oito anos e o coração parou. Não deixei reanimar e nem entubar porque era mesmo a hora dele. Estava com enfisema pulmonar mas morreu suspirando... As pessoas ficaram meio chocadas com minha atitude mas a gente sabia que ele não voltaria, então foi um privilégio conviver com ele todos esses anos. Sinto uma falta tremenda da presença dele na casa porque não era um velhinho quietinho e tal, era ativo e fazia de tudo!

Antigamente eu tinha uma ótima saúde mental, nada me estressava e não pegava problemas dos outros pra mim. Agora faz dois anos que estou a base de fluoxetina porque foi morrendo um, morrendo outro... De vez em quando eu me estresso com minha irmã porque ela é muito pessimista, muito chorona, ela não consegue ver nada de bom. Desde que separou e foi morar com a gente continuou amargurada... Agora pior porque não tem o dinheiro do marido como antes. Recentemente precisei dar uma surtada em casa porque estava demais, muita lamentação e

tendência à depressão. Joguei na cara dela que tinha engordado dez quilos desde a morte do meu pai por culpa dos estresses que ela me causava. Só sei que depois desse surto psicótico que eu tive ela melhorou muito, parou bastante com a reclamação, pelo menos na minha frente. Agora ela está mais tranquila, precisava mesmo tomar um sacode.

Mas daqui alguns meses minha vida vai mudar, pois minha mãe e irmã estão de mudança para Minas Gerais... Será a primeira vez que vou morar sozinha, morei a vida inteira com meus pais! Então rolou uma ansiedade tremenda porque eu não faço comida, não lavo roupa, não passo... Não sei como vai ser! Não estou preparada, mas acho que vai ser bom porque foi muito duro perder meu pai, então penso que será pior ainda perder minha mãe... Quando elas forem, me mudo pra casa de uma conhecida que precisava de alguém pra ficar com o gato e me ofereceu pra morar lá pagando a metade do aluguel, a casa está mobiliada então pra mim que não tem nada está ótimo! Essa mudança vai ser uma forma de aprender a viver sem ela, mesmo sabendo que ela está ali, vai ser um momento de transição e amadurecimento pra mim, até o dia que ela morrer de vez. Mas enquanto isso não acontece, vou ficar por aqui cheirando ela, né?! rs...

3.4.4- Narrativa de Nina

*“(...) Minha pele é amarela
Meu cabelo é longo
Entre dois mundos que
eu pertença
Meu pai era rico e branco
Ele forçou minha mãe tarde da noite
O que eles me chamam
Meu nome é Saffronia
Meu nome é Saffronia”*
(Quatro Mulheres- Nina Simone)

Meu nome é Nina, tenho trinta e sete anos e cheguei aqui no morro bem cedo, com dezesseis. Vim de Pernambuco com minhas irmãs na ilusão de uma vida melhor, na época meu cunhado já tinha invadido um terreno aqui e fui construindo minha casa aos poucos, recentemente terminei de bater a laje. Com muita dificuldade eu consegui e hoje a casa é minha, construída com meu dinheiro e meu suor, sozinha. Estou no terceiro casamento, o primeiro não deu certo, mas não por motivos de violência, ele trabalhava numa casa noturna e se envolveu com uma pessoa de lá... Eu acabei descobrindo e começamos a brigar muito... Passamos por uma crise séria, mas comigo ele nunca foi violento, era só verbal mesmo. A gente se separou e foi cada um viver sua vida, eu fiquei sozinha com as duas crianças.

Depois arrumei outra pessoa mas não cheguei a morar junto, não quis colocar ele dentro de casa porque eu já tinha duas crianças e é difícil quando se tem filhos pequenos... Eu mesmo já vi tanta coisa que batalhei e construí minha casa sozinha porque quando está junto no começo é mil maravilhas, mas depois que separa vira um inferno, começa aquela briga pra dividir os bens. Então por experiência eu já fui ligeira e construí minha casa, batalhei e consegui criar meus filhos, graças a Deus. Tive outros dois filhos com esse cara mas não deu certo de novo e me separei, mas o pai deles me ajuda até hoje e paga a pensão dos dois.

Por fim acabei me enrolando com esse marido de agora e fui abençoada com mais um filho, que eu não queria. Não queria essa ‘benção’ mas Deus me deu, rs. Quando fiz o exame de gravidez e a enfermeira falou que deu positivo eu falei: *“Não! Eu tô com cisto, não é gravidez!”* Demorei pra acreditar! Todo casal tem seus problemas, né? Mas até que me dou bem com esse marido de agora, a gente briga, discute, mas violência física ainda não aconteceu.

E na realidade se acontece as mulheres não pedem ajuda! A gente vê muito isso no dia a dia. A gente que é de morro, de favela, vê muita gente sofrendo por causa da droga, da bebida. Se você parar pra pensar hoje o mundo gira em torno da droga, até quem você nem imagina depois acaba descobrindo que tá viciado nas drogas também. Tem muito cara que se droga e chega em casa agressivo, e pra falar a verdade as mulheres não vão pra delegacia e nem pra Policlínica. Pode até ser que com algumas funcione ir nesses lugares, mas a maioria das mulheres que conheci foi e não adiantou nada. Foram na delegacia, fizeram boletim, o cara foi notificado e proibido de chegar a cem metros de distância, mas isso aqui no morro não funciona! Eles não prendem o cara, não fazem nada e ainda fala *“Olha você precisa ficar cem metros de distância dessa pessoa...”* Isso aqui isso não acontece, pelo contrário, deixa o cara com mais raiva ainda.

Não sei como funciona em outros lugares, mas aqui na favela a gente não pode chamar a polícia, então a segurança das mulheres quem faz é os ‘meninos’ do tráfico. Eu já presenciei muitas vezes elas chegarem pros ‘meninos’ e avisar de alguma violência que está sofrendo. Eles vão até a casa,

apaziguam a briga e tiram o cara de casa. Se a mulher realmente chegar e falar: *“Olha eu não quero mais fulano aqui”* eles respondem: *“Tá certo, a partir de hoje fulano não sobe mais o morro”* daí o fulano sai de casa, coisa que a polícia não faz. A polícia fala pro fulano: *“Fique a cem metros de distância!”* mas o fulano não fica. E ainda fica com mais raiva, usa drogas, bebe e volta pra casa mais violento. E aqui tem muitas mulheres sofrendo com isso, os caras passam a noite fora de casa, usando droga e quando chega em casa a mulher vai falar e aí começa a violência verbal, física...

Então quando precisa resolver algum problema, aciona eles. Eles entram em reunião e vão discutir o que precisa fazer. Mas primeiro é com respeito, eles conversam muito com a mulher, perguntam se ela quer mesmo que eles resolvam. Porque tem muitas que pedem ajuda e quando chega no dia e na hora combinada pra tirar o cara elas mudam de ideia. Aí quando isso acontece já era, eles nunca mais vão atender outro pedido de ajuda. Precisa ter certeza.

Muitas mulheres na hora do desespero chama os ‘meninos’ e pedem ajuda, eles se reúnem no escritório e combina o dia pra todo mundo se encontrar, o cara, a mulher e todos os ‘irmãos’. Mas chega na hora muitas desistem... Não sei se por medo, ou porque se acostuma com aquilo... Mas chega na hora elas falam que está tudo bem, que não precisa tirar o cara de casa e nem fazer nada. Quando acontece isso eles deixam bem claro que da próxima vez, eles se resolvem sozinhos. Por conta disso, na segunda vez é ainda pior porque o cara já sabe que ninguém vai se envolver. É aí que acontecem as tragédias. Realmente é complicado.

O cara chega bêbado e xinga, maltrata, faz e acontece. Naquela hora você fica num momento de desespero e age. No dia seguinte tudo passa, o cara pede desculpas, fala que ‘não era ele’, que não estava bem, coloca a culpa nas drogas e elas caem. Mas quando acontece de novo já sabe né... Elas já se preparam porque sabem que vem muito pior. É complicado. E não adianta procurar a delegacia porque aquilo sempre vai se repetir. Tem mulher que faz quatro ou cinco boletins de ocorrência e nada acontece! Essa coisa de cem metros de distância aqui não funciona porque não pode chamar a polícia. É por isso que chama os ‘meninos’ mas eles só ajudam na primeira vez, a segunda, terceira eles não fazem mais nada. Infelizmente.

Eu graças a Deus nunca cheguei a apanhar de nenhum marido, não sei se é por causa do meu filho, que é envolvido no tráfico, então por ele ser assim meio louco as pessoas tem medo, entendeu? Me respeitam muito por causa do medo. Brigas assim verbal até acontece, as vezes eu discutia com meu marido e se meu filho chegasse a discussão acalmava na hora. Meu filho dentro de casa comigo é muito bonzinho, mas na rua eu sei que ele não é. E ele é um desses caras que as mulheres pedem ajuda quando querem tirar o marido de dentro de casa por causa da violência. Porque ele é irmão. Você sabe o que é ‘ser irmão’? Ser irmão é ser do comando, aqui todos os morros de Santos são do PCC, diferente do Rio de Janeiro que é o Comando Vermelho.

Meu filho tá preso mas continua sendo ‘irmão’ e comandando tudo lá de dentro porque existe celular né?! E você acha que entra como se tem detector de metal e máquinas de raio X? Entra pela polícia que é paga pelos caras lá de dentro. Então tá vendo como não dá pra confiar na polícia!? A polícia é o bandido de farda. Que mundo a gente vive?

E eu gosto muito de morar aqui no morro, as pessoas são acolhedoras apesar de faltar bastante coisa, mas já melhorou muito em vista do que era quando eu cheguei. Não tinha asfalto, nem ônibus escolar... Era uma lama terrível que chamavam as crianças na escola de pé vermelho. Na época que minha irmã invadiu ela pagava ‘aluguel de chão’, mas teve uma advogada que entrou com uma ação porque isso é ilegal, né?! Aí ela parou de pagar, mas existe isso até hoje, mas é ilegal! As pessoas pagam para a dona Giuliana mas é errado e ninguém debate com ela. O tráfico nunca fez nada porque eles só se envolvem quando pedem ajuda, e ninguém nunca pediu.

Os donos do tráfico mesmo não pagam ‘aluguel de chão’ porque a maioria nem mora aqui, ganham dinheiro e vai morar em outro lugar, aqui só fica os ‘meninos’ que trabalham pra ganhar alguma porcentagem... Mas a polícia vem, mata, prende, e vira só mais um número. Se você pegar um quilo de cocaína, da pura, você paga em torno de vinte mil reais, a maconha é mais barato, um quilo são dezessete mil. Com as misturas você vende e ganha sessenta mil reais, triplica o valor, então você acha que eles vão morar aqui? E vende muito rápido porque o pessoal fica sem pagar aluguel, sem pagar pensão, sem comprar comida pra usar droga!

A cocaína é assim, você está com aquele problema e a cabeça a milhão. Aí vem aquele amigo e te chama pra tomar uma cerveja e pra dar ‘um tiro,’ você dá o primeiro e fica aliviado, adormece sua mente e você fica se sentindo bem, você se acha! Pode estar sujo, fedido, sem dinheiro, mas se sente feliz porque seu problema foi embora. Quando o efeito acaba, bate aquela tristeza e depressão, você quer se sentir bem e usa de novo. Mas chega uma hora que o pó fica fraco e então você usa o crack. A pedra de crack é extraída da cocaína, é aquilo que fica quando se prepara a cocaína, é o lixo que ficou da cocaína. O ‘barato’ da pedra passa mais rápido mas ela deixa mais feliz do que da cocaína. Chega no ponto da pessoa não ter mais dinheiro e começa a vender as coisas dentro de casa, se destruir automaticamente. Acaba o dinheiro e a pessoa começa a roubar e a destruir a família... Você vê a pessoa se afundando. Aqui tem muito disso!

E isso acaba com a auto estima da mulher né? Tem muitas por aí que andam abatidas e quando pergunto comentam que estão sofrendo violência em casa por conta das drogas. E quando isso acontece começa a faltar as coisas dentro de casa porque o dinheiro não sobra! Infelizmente no morro é assim! Seria bom se aqui na Policlínica tivesse alguém pra conversar pelo menos, naqueles dias que você chega abatida, triste, cheia de problemas, aí você desabafa e a pessoa te deixa lá em cima! Mas não tem! Não funciona assim... Parece que não, mas conversar também resolve! Como no CRASS por exemplo, lá eu passo com a Neusa que é técnica, ela escuta meus problemas... As vezes eu não tô legal, chego lá triste porque meu filho mais velho está preso e tal... E fico lá falando um tempão, saio de lá super bem!

Então na Policlínica não tem pessoas capacitadas pra isso. Aqui se você chega com uma pergunta as pessoas mal sabem te responder, ou te respondem com mal humor... Então se você não vai nem em delegacia da mulher procurar ajuda vai vim na Policlínica? Não, não vai! Aqui é tão corrido que elas mal tem tempo de atender o paciente, então não vai mesmo dispor de uma ou duas hora pra atender uma mulher. Se eles abrissem um horário pra isso teria muitas mulheres aqui! Mas eles não são preparados pra isso... E também não tem psicólogo pra ajudar nos problemas aqui do morro.

Eu queria que tivesse um jeito de acabar com a droga! A gente vê em porta de cadeia, os presídios lotados tudo por causa de droga, e nem são os grandes do tráfico que vão preso porque eles tem dinheiro pra pagar esquema. Às vezes a polícia leva preso mas chega no meio do caminho negocia a dívida e solta o cara lá mesmo. Sem contar que eles sempre tem droga no carro, eles invadem sua casa e fala que encontrou a droga contigo. Chega na delegacia e sua palavra infelizmente não tem peso nenhum, não tem pra onde correr, é por isso que a gente recorre ao morro, porque eles resolvem as coisas de um jeito cabuloso, mas resolve.

Mas eles são tudo gente boa, viu?! Se você chegar e falar: *“Olha, preciso comprar esse remédio, tá aqui a receita”*, no dia seguinte o remédio chega na sua casa. Entendeu? Ta sem gás? Liga pra fulano que o gás chega na sua casa. Se precisar de ajuda eles ajudam mesmo. O estado não está fornecendo nada pra gente... Hoje em dia o SUS ta ruim por causa desses governos... Fala que não tem dinheiro mas o dinheiro fica preso no apartamento desses caras. Às vezes você precisa de exame e não consegue porque o SUS não cobre, fica na lista de espera... Na minha opinião, o SUS de zero a dez tá assim... Um seis. Aqui na Policlínica mesmo, tem só a dr. Cida de médica, pra

atender todo mundo, acaba ficando sobrecarregada! Dentista também, tem um só pra esse mundo de gente.

A verdade é que a vida é bem complicada pra quem é mulher, porque o homem não tem a mesma responsabilidade que a gente. O homem trabalha fora e quando chega em casa quer comida, casa limpa... E ainda joga na cara que a gente não trabalha, sendo que a gente passa o dia inteirinho fazendo o dobro de coisas em casa! Sendo que lá fora eles trabalham numa coisa só, e dentro de casa a gente varre a casa dez vezes por dia, lava louça, lava roupa, cuida de filho trinta vezes por dia e ainda falam que a gente não trabalha!?

Todos os homens que eu conheço, marido de amigas, meu cunhado, até meu filho mesmo, chega do trabalho, senta no sofá e começa: *“Tem café?”* Tipo, não se preocupa em levantar e ferver uma água, ou perguntar se alguém quer café e fazer pra todo mundo. Eles não fazem isso só porque trabalham fora e acha que a obrigação é nossa. Eu não concordo com isso! Mas infelizmente, muitas brigas começam por aí... Foi por isso que construí minha casa, porque se for pra me separar eu coloco o cara pra fora e pronto. Foi assim com meu primeiro marido e com esse de agora se a gente se separar vai ser assim também. É por isso que não vou morar na casa de ninguém, pra não ouvir homem nenhum me mandando embora. Aqui no morro é muito comum o casal construir uma casa junto e quando separa divide o barraco no meio e vai morar um pra cada lado, mas você acha que isso funciona? Claro que não! E quando o motivo é por causa de drogas e violência é muito pior.

Eu fui fazer um estudo pra conseguir entender o porquê da droga, e aprendi assim: a carne a gente alimenta com comida, a nossa alma a gente alimenta com as coisas do mundo, que é droga, cachaça, cigarro essas coisas. E nosso espírito a gente alimenta com a palavra de Deus. Se nosso espírito estiver cheio de Deus, a carne não pede essas coisas. Mas se nosso espírito estiver morto, vem a carne, vem aquela ansiedade e você acaba fazendo um monte de coisas pra preencher esse vazio.

Quando meu filho começou nessa situação e foi preso pela primeira vez eu fiquei muito mal. Eu trabalhava em dois empregos e acabei não tendo tempo de ver meus filhos crescerem, eu não acompanhei muito eles... Essas coisas acontecem no dia a dia e você não vê acontecer. Quando fui perceber meu filho já estava envolvido no tráfico e vendendo drogas. A gente sempre foi de conversar muito então ele chegou e me falou *“Mãe, tô vendendo drogas.”* Meu filho não usa drogas, ele entrou no tráfico pra vender mesmo. Eu cheguei no dono e pedi pra não colocarem meu filho, ele foi tirado.

Quando fui ver ele já estava trabalhando lá na biqueira do Monte Serrado, eu fui lá de novo e pedi pra tirarem ele. Depois disso deu um tempo e ele já estava vendendo em outro lugar, até o dia que sentei pra conversar com ele e ele me disse *“Mãe, não adianta ficar fazendo isso porque eu não vou sair, eu gosto disso aqui, se você quiser eu saio de casa, mas não vou parar.”*

Isso me tirou a paz, me doeu muito ver o mundo engolindo meu filho, daí comecei a fazer tratamento, eu passo com a doutora Lara lá no NAPS 4. Antes eu pagava convênio e passava com uma psicóloga do convênio. Mas depois aumentou muito e não consegui mais pagar. Aí procurei a médica aqui da Policlínica e ela me encaminhou pra lá, e eu faço tratamento até hoje. Eu gosto muito de conversar com a doutora Lara, lá eu sento e converso, não tem aquele padrão de horário e com pressa. Na Policlínica a consulta é sempre rápida porque a doutora tem um monte de gente pra atender, lá não! Ela é muito boa, é simpática... Eu sento lá e converso com ela, conto meus problemas, a gente dá risada e ela me dá muito apoio.

Eu tomo sertralina, tegretol e clonazepam pra dormir. Eu me sinto bem, tomo meus remédios e vivo minha vida, tô aí sobrevivendo! Meus filhos estão bem, a mais velha tem vinte anos, é casada e tem a vida dela, meu segundo filho que está preso tem dezenove anos e já me deu uma neta de oito

meses. Ao que tudo indica ele sai da cadeia em dezembro deste ano. Atualmente moro com meu marido e três filhos, de onze, dez, e o caçula de 1 ano.

Então é muita coisa pra me preocupar! Tem sido muito bom passar no NAPS 4, a parte mais difícil foi passar na triagem, eles confirmam se você precisa mesmo de atendimento e só depois começa a passar com a psiquiatra. Lá é muito bom, na verdade eu acho que todo mundo precisava daquilo lá! Mas eu também vou pra igreja, vou porque se eu não procurar socorro eu caio, e se eu cair cai meus filhos, cai todo mundo. Lá eu sinto Deus, entendeu? Porque eu alimento meu corpo, minha alma e meu espírito, e se a gente não estiver bem a gente não consegue cuidar de ninguém, não é mesmo?!

IV CAPÍTULO

ANÁLISE E DISCUSSÃO DO DADOS

4.1- Análise interpretativa fundamentada na hermenêutica-dialética:

No contexto da pesquisa qualitativa, é através da abordagem metodológica que o imbricamento entre sujeito pesquisado e sujeito pesquisador é compreendido. Nesta pesquisa, utiliza-se o materialismo histórico como caminho teórico e a hermenêutica-dialética empregada inicialmente por Minayo (2004) como estratégia metodológica de construção e análise das narrativas.

Os dados produzidos pelas entrevistas das mulheres compuseram um novo relato narrativo, sendo posteriormente devolvido e validado por elas, resultando assim numa narrativa baseada na experiência vivida, centrada nas representações das mulheres e na minha reinterpretação enquanto pesquisadora. Bolívar (2002) acredita que a pesquisa narrativa baseia-se no “giro hermenêutico” dando então uma perspectiva interpretativa no qual valor e significado são conferidos pela auto-interpretação do sujeito, sendo a narrativa em primeira pessoa uma dimensão temporal que reforça a hermenêutica- dialética no intuito de oferecer aos dados, um tratamento cuja os valores e significados ocupem uma posição central

É a partir de Gadamer (2015) que identificamos a hermenêutica como um movimento abrangente e universal do pensamento humano pois ela se fundamenta na arte da compreensão. A compreensão, segundo Gadamer, não é apenas um comportamento subjetivo frente ao objeto de estudo e também não é um procedimento mecânico tecnicamente fechado. O autor nos ensina que compreender é também compreender-se, pois implica a nossa possibilidade de interpretar, de estabelecer relações e de extrair conclusões em todas as direções a partir de nossa consciência histórica.

A verdadeira possibilidade de alcançar a compreensão só é possível quando as opiniões prévias que dão início a uma relação não são arbitrárias, pois o sentido da comunicação entre os seres humanos parte da linguagem como terreno comum de realização da intersubjetividade e do entendimento que, por sua vez, é marcado pela história e pela cultura. Por tudo isso, sobre a ótica da hermenêutica, o pesquisador por mais difícil que pareça à primeira vista, deve-se entender o outro e entender-se no outro, dessa forma, a atividade hermenêutica se desloca entre o familiar e o estranho, entre a subjetividade do acordo ilimitado e a quebra da possibilidade desse acordo. (GADAMER, 2015)

O conceito de dialética, por sua vez, é trazido por Chauí (2017) a partir do que Hegel estabelece entre conflito e contradição. Para o filósofo, o conflito é uma oposição real entre dois termos positivos que se excluem um ao outro, podendo ser indissolúvel ou permanente, no qual implicaria na eliminação do termo mais fraco pelo termo mais forte, dessa forma, o fim do conflito se dá pelo equilíbrio dos oponentes. Sendo assim, o conflito se apresenta como algo que é abstrato, imediato. A contradição citada por Hegel é um movimento interno do sujeito consigo mesmo para alcançar sua própria identidade, ou seja, não se apresenta como um mero conflito. Dessa forma, sem contradição não existe movimento, sem movimento não existe tempo e sem tempo não existe história.

A dialética hegeliana é pensada como um movimento temporal sendo constituído por quatro momentos, o primeiro é do ser imediato ou abstrato, que vê a si mesmo ou se comporta como se fosse uma realidade independente e autônoma; o segundo momento é a perda da ilusão dessa autonomia e independência e conseqüentemente a perda de si, gerando um estado de negação e alienação; esse momento de alienação implica num terceiro momento onde há a supressão dessa alienação e a conquista definitiva das determinações; e por fim, o quarto momento diz respeito à nova realidade que foi constituída durante esse processo, sendo então um ponto de partida para um novo movimento dialético. (CHAUÍ, 2014)

No entanto, Minayo nos aponta que Marx apoiou-se nas idéias de Hegel no que diz respeito ao movimento universal e ao constante processo de transformação, mas inverte os termos da reflexão no que diz respeito a dialética. No marxismo, a dialética transforma-se numa maneira dinâmica de interpretar os fatos históricos e econômicos do mundo e também se apresenta como um método de transformação da realidade pois busca, a partir da criação de idéias, modificar mentes. A realidade, no ponto de vista marxista, é vista como um todo dinâmico dentro de uma unidade de contrários e em permanente desenvolvimento, nesse sentido, a dialética acaba sendo também um estudo da oposição das coisas entre si. (MINAYO, 2014)

Em sua proposta, havia um movimento interativo entre hermenêutica e dialética que valorizava tanto as oposições quanto as complementaridades de ambas, pois, conforme sintetizado por Minayo (2014):

“(a) ambas trazem em seu núcleo a idéia fecunda dos condicionamentos históricos da linguagem, das relações e das práticas; (b) ambas partem do pressuposto que não há observador imparcial; (c) ambas questionam o tecnicismo em favor do processo intersubjetivo de compreensão e de crítica; (d) ambas ultrapassam as tarefas de serem simples ferramentas para o pensamento e (e) ambas estão referidas à praxis estruturada pela

tradição, pela linguagem, pelo poder e pelo trabalho.”(MINAYO, 2014 p. 168)

Sendo assim, Minayo propõe essa análise baseada nas proposições de Stein (1987), que enxerga na conjunção entre hermenêutica e dialética uma possibilidade de reflexão filosófica para as ciências humanas, e a coloca também como um método de pesquisa apropriado para a compreensão do real justamente por se estruturar da reflexão crítica focada na contradição, e da hermenêutica focada na identidade.

Para Stein, (1987) trabalhar dentro do movimento hermenêutico-dialético não significa a redução de uma simples teoria de tratamento dos dados, mas sim a possibilidade de uma reflexão que se funda na práxis e conduz um processo de pesquisa que é compreensivo e crítico ao mesmo tempo quando se estuda a realidade social.

Dessa forma, quando Minayo (2004) propõe a hermenêutico-dialética como técnica, ressalta a intenção de evidenciar as contribuições e os limites de cada uma na compreensão e na crítica da realidade social. De um lado, a hermenêutica mostra o entendimento dos textos, dos fatos históricos, do cotidiano e da realidade; do outro, a dialética sublima o dissenso e a mudança, sendo então fortemente beneficiada por esse movimento hermenêutico que transcende os procedimentos técnicos usuais ligados à pesquisa qualitativa, e propõe um caminho do pensamento para além de um “mecanicismo” metodológico não reflexivo.

Sendo assim, essa pesquisa foi realizada com o objetivo de compreender como trabalhadoras e mulheres usuárias do serviço de saúde experienciam a violência de gênero utilizando para isso, a análise de suas narrativas a partir da hermenêutica-dialética. Dessa maneira, as análises das falas foram operacionalizadas com vistas a seguir um caminho reflexivo do pensamento hermenêutico proposto por Gadamer (2015), o qual considera que o discurso está relacionado às falas e as vivências de cada sujeito.

Tal como Minayo (2014), a escolha pelo método de análise hermenêutico-dialético se fundamenta pela busca de um instrumento de análise que corresponde às dimensões e à dinâmica das relações que buscamos apreender numa pesquisa que toma a saúde (em suas mais variadas dimensões) como objeto para compreender concepções, política, representações sociais, relações, poder, instituições, entre outros. Dessa forma, a autora propõe a operacionalização desse método por meio de três fases: ordenação dos dados; classificação dos dados/ núcleos de sentido; e análise final, como desenvolvido a seguir.

4.2- Organização dos dados

Esse momento engloba o conjunto do material levantado e inclui: (a) transcrição do áudio de entrevista; (b) releitura do material; (c) organização dos relatos em determinada ordem já supondo um início de classificação; e (d) organização dos dados de observação também em determinada ordem de acordo com a proposta analítica. O trabalho de transcrição e leitura das narrativas é entendido como um processo hermenêutico pois toma o material empírico como um conjunto de *corpus* a medida em que falas recorrentes são agrupadas criando assim sub-conjuntos, visando buscar posteriormente, homogeneidades e diferenciações por meio de comparações e contrastes. (MINAYO, 2014)

Classificação dos dados/ Núcleos de sentido

A partir da leitura horizontal e exaustiva das narrativas de Elza, Eliz, Amy e Nina, e também a partir de minhas afetações enquanto mulher e pesquisadora, as falas foram agrupadas cujo sentido eram semelhantes, iniciando então uma busca pela coerência interna das informações e procurando compreender e interpretar o que foi exposto como mais relevante e representativo. Após certa saturação dos dados, os temas foram nomeados a partir das unidades/núcleos de sentido, oriundas das falas dos sujeitos nas quais passaram por um processo interpretativo de categorização (MINAYO, 2014)

Dessa forma, a proposta da hermenêutica-dialética sugerida por Minayo (2014) oferece um quadro referencial mais completo para análise do material qualitativo, onde a interpretação e compreensão partem do contexto sócio- histórico como marco teórico fundamental, pois valorizam os aspectos descritivos e as percepções sociais buscando sempre compreender os sujeitos e o contexto em que está inserido.

Por este caminho analítico, foi possível visualizar os sentidos socializados pelas mulheres a partir do seu mundo vivido e entender suas relações dentro dele. Desse modo, a partir dos núcleos de sentidos levantados, foram criados três temas analíticos: (1) Papéis sociais como mecanismos de controle e dominação; (2) Saúde como um (não) espaço de práticas emancipatórias; e (3) A construção da autonomia entre afetos e rompimentos.

Os temas analíticos sistematizados podem ser observados na tabela a seguir:

Núcleos de sentido:	Temas analíticos:
igreja juventude controle privação divisão sexual medo	Papéis sociais como mecanismos de controle e dominação:
desqualificação chantagem violência simbólica culpa responsabilização invisibilidade vergonha naturalização secundarização silenciamento	Saúde como um (não) espaço de práticas emancipatórias
limites institucionais afastamento social marcas afeto coragem	A construção da autonomia entre afetos e rompimentos

DISCUSSÃO DOS DADOS

4.2.1- Papéis sociais como mecanismos de controle e dominação:

Observa-se pelas narrativas das mulheres, como as relações de dominação e poder se produzem e reproduzem continuamente a partir das diferenças construídas historicamente acerca dos papéis sociais femininos e masculinos. Elza sofria desde a juventude, repressão e autoritarismo do pai que, exigia dela, um comportamento de obediência e submissão às regras da igreja. Elis, desde que sua mãe se casou de novo e passou a ser a provedora principal da casa e dos filhos, pagava o preço de toda a sobrecarga e infelicidade da mãe que descontava nela suas frustrações com a vida. Ambas, desde a infância, conviveram e foram vítimas de violência exercida pelos seus pais dentro do ambiente doméstico:

“Sempre que saia com minhas amigas apanhava quando chegava em casa porque o desejo dele era que eu fosse pra igreja, mas eu gostava mesmo era de ir em show de rock e reggae. Eu tentava argumentar dizendo que era

reggae, ainda que fosse funk ele poderia falar... Mas não adiantava, ele não deixava. Eu ia escondida e meu pai ficava doido comigo.” (ELZA)

“(...) ela foi ficando muito agressiva, descontava em mim toda a raiva e mágoa que sentia da vida que levava. Acho que toda a dificuldade dela somatizava em mim (...) Ela jogava toda a culpa da infelicidade em cima mim e eu comecei a achar que era mesmo a culpada. (..) fui me acostumando com essa forma dela me tratar, apanhava por qualquer coisa e pronto, não questionava.” (ELIS)

Nina foi a única que, durante a entrevista, não falou da relação com os pais e nenhum outro aspecto sobre a infância e juventude até sua chegada no morro aos 16 anos de idade, diferente de Amy, que relatou vir de uma família de mulheres fortes tendo na figura de seus pais um exemplo saudável de relação. No entanto, ao mesmo tempo que Amy trazia com bastante veemência a força das mulheres de sua família e a relação de seus pais que à ela serviram de exemplo, no decorrer de sua fala, foi se lembrando de outras histórias onde mulheres próximas a ela tinham sido submetidas à situações de violência:

“Com minha irmã mais velha foi diferente. Ela teve uma relação extremamente dependente com o ex- marido, que vinha de uma família que se xingava muito e falava muito palavrão, e minha irmã que não falava palavrão até então, se casou com ele e começou a falar também. Eles se agrediam verbalmente e ela foi aceitando...” (AMY)

“Também tive uma tia que sofria violência doméstica e a gente foi saber só agora, ela falava assim: *“Eu nunca contei pra ninguém mesmo porque todo mundo ia encher meu saco pra separar e eu não ia separar!* (...) ela falou que ele dava uns tapas, empurrava... Ela aparecia machucada e falava que tinha batido... Foi uma vida apanhando e sem contar nada pra gente! Devia ter medo de passar vergonha e depois ter que aguentar todo mundo cobrando...” (AMY)

Tanto na relação conflituosa de Elis com a mãe, como na violência sofrida por Elza pelo seu pai, nota-se que em ambas situações, o que se buscou foi a imposição de um comportamento que correspondesse aos padrões e regras em relação ao que socialmente se espera de uma mulher:

“Eu precisava fazer alguma coisa pois meu pai sempre repetia que ele era um skatista, maloqueiro e chegou inclusive a me tirar da escola para me impedir de vê-lo. A gente ficava semanas sem se ver porque meu pai me trancava em casa e minha mãe tinha até saído do trabalho pra ficar me vigiando.” (ELZA)

“(...) um dia ela me tirou da escola pra eu ajudar em casa. Na verdade cada vez que nascia um irmão ela me tirava da escola. (...) minha mãe fazia de

tudo pra eu desistir da escola. Me ameaçava dizendo que ia na porta da minha escola fazer escândalo (...) ela me batia e dizia pra eu sair da escola porque o papel da mulher era cuidar da família e não estudar. Ela chegou a falar que se eu continuasse estudando não ia conseguir um marido.” (ELIS)

Sobre isso Saffioti (2004) aponta que as construções de gênero são reforçadas por meio da linguagem e das práticas que historicamente associaram as relações de proteção e poder ao masculino, e de subordinação e fraqueza ao feminino. Dessa forma, a violência contra as mulheres carrega uma origem histórica que legitima a idéia de inferioridade do gênero feminino ao mesmo tempo que oferta privilégios a categoria masculina. Isso aparece fortemente na história de Elza e Elis:

“Eu levava meus irmãos pra tomar vacina, pra consulta com pediatra, fazia tudo isso porque meus irmãos mal completaram 1 ano e minha mãe já ganhava outro filho, sempre muito sobrecarregada. Meus irmãos não eram proibidos de estudar, na verdade não estudaram porque não quiseram, a única que queria estudar era eu e ela não deixava com a desculpa que eu precisava ajudar em casa.” (ELIS)

“Não culpo meus pais pela minha decisão de sair cedo de casa. Mas uma parte é sim culpa do meu pai por ter sido duro demais. Além disso, ele também foi muito machista porque meu irmão com doze anos ia à praia andar de skate, passava a noite na rua e a gente não podia fazer nem metade. Só meu irmão dirige o carro do meu pai, eu, minha irmã e minha mãe não podemos. Meu irmão tem *piercing*, tatuagem... e ele pode fazer porque é homem. Minha mãe tenta justificar as atitudes do meu pai dizendo que ele faz tudo isso por medo das filhas ficarem igual as “filhas dos outros”, mas de tanto ele olhar a ‘filha dos outros’ não olhou para as dele.” (ELZA)

Esses trechos evidenciam como os homens, enquanto categoria social desfrutam de autonomia e liberdade quase absoluta. Saffioti (2004) aponta que no campo do gênero, as mulheres se apresentam como categoria social secundária, precisando sempre solicitar autorização à primeira categoria, no caso, aos homens. Sobre isso, Scott (1990) define o gênero como uma forma primária de significação das relações de poder no qual a disputa se dá em espaços permanentes de tensionamentos. Mesmo Elis não sofrendo violência de uma figura masculina, é óbvio que sua condição vulnerável se dava no campo do gênero, ou seja: pela sua condição de mulher.

Nesse ponto Nina, apesar de não relatar sobre sua relação com os pais na infância, possui total entendimento sobre as diferenças e desigualdades que permeiam o campo das relações:

“A verdade é que a vida é bem complicada pra quem é mulher, porque o homem não tem a mesma responsabilidade que a gente. O homem trabalha fora e quando chega em casa quer comida, casa limpa... E ainda joga na cara que a gente não trabalha, sendo que a gente passa o dia inteirinho fazendo o dobro de coisas em casa! Sendo que lá fora eles trabalham numa coisa só, e dentro de casa a gente varre a casa dez vezes por dia, lava louça, lava roupa, cuida de filho trinta vezes por dia e ainda falam que a gente não trabalha!?” (NINA)

Um ponto curioso trazido por Amy, foi que em sua família, a figura de autoritarismo e controle era exercido pelas mulheres, denominado por ela como “mulheres fortes”

“Venho de uma família de mulheres fortes que nunca dependerem de homem. Minha vó era espanhola e mandava em tudo, inclusive no meu avô. Meu pai quando vivo, era onze anos mais velho que minha mãe e nunca foi um homem machista, mesmo naquela época. Ele sempre ajudava em casa e o salário dele ia todinho pra mão da minha mãe. Então na minha família sempre tive essas mulheres como exemplo!” (AMY)

Nesse caso, é possível observar que ainda persiste uma noção dicotômica e binária que enxergam nas relações uma necessidade de ter sempre alguém que “manda mais”. Com isso, ao inserir uma lógica de opostos: masculinoXfeminino, fica difícil estabelecer uma horizontalidade nas relações quando se tem um padrão construído e centrado em hierarquias. Essa prática é muito comum em nossa sociedade e se dá em âmbitos diversos (no trabalho, na família, na política, nas instituições, na educação, etc.) no qual se busca sempre permanecer e cultivar uma cultura civilizatória onde o poder é associado a masculinidade, produzindo assim práticas discursivas de dominação e exploração.

Contudo, observa-se que Elis e Elza, de certa forma, pensaram em estratégias para se verem livres da submissão que as assombravam. Elis viu no seu trabalho como cuidadora (da criança Rafael), uma possibilidade de retomar seus estudos e realizar seu sonho de fazer enfermagem:

“Chegou uma época que a mãe do Rafael ia se mudar para um bairro um pouco distante. Os pais dela tinham muita amizade com meus pais e pediu para me levarem junto. Minha mãe me deixou ir com a condição de voltar aos finais de semana. No começo eu sentia saudade da minha família, mas depois fui conhecendo outro mundo. Eu já tinha quatorze anos e ainda não tinha terminado o ginásio, até que minha patroa me avisou que teria uma prova, numa escola particular, tipo um supletivo, que poderia ser uma chance de eu voltar a estudar. No começo achei que jamais passaria nessa prova pois já estava muito tempo sem ir pra escola. Ela insistiu: “*Pelo menos tenta, vai fazer essa prova!*”. Ela me ajudou a estudar e eu passei! Consegui a bolsa!” (ELIS)

Já Elza, dentre as possibilidades que seu contexto oferecia, encontrou no casamento (utilizando para isso o recurso da gravidez), a melhor forma de sair de casa e se livrar do autoritarismo e coerção do pai:

“Meu pai ameaçava dizendo que faria queixa pois era menor de idade e ele, já tinha 20 anos. Foi então que tive a idéia de engravidar. Na verdade nem transando a gente estava, mas fizemos tudo de caso pensado e foi na primeira. Deu certo, logo em seguida fui morar com ele.” (ELZA)

Isso dialoga com a incursão feita por Beauvoir (2009) a respeito da juventude apontando que durante toda infância, a menina foi historicamente reprimida. A partir de então, a adolescente de uma maneira mais ou menos velada, projeta na figura masculina a possibilidade de realização e evasão, sendo o casamento um meio que permite atingir sua integral dignidade social a realizar-se sexualmente como amante e mãe.

Das quatro mulheres, Amy foi a única que apresentou uma postura diferente com relação ao casamento e maternidade, afirmando que para ela, ser mãe definitivamente não é uma questão que a preocupa:

“Eu namoro a quinze anos com o mesmo namorado e não queremos casar. Cada um mora na sua casa, ele sozinho com os cachorros e eu com minha mãe e irmã. Não tenho filhos e nem pretendo ter, por escolha mesmo. Nunca tive aquele desejo que algumas mulheres sentem de ser mãe, isso nunca aflorou.” (AMY)

“Eu não acho certo por exemplo, colocar uma criança de quatro meses na creche. Não critico quem faz isso, mas eu não saberia lidar porque gostaria de ter condições financeira pra ficar alguns anos com meu filho sem trabalhar, só cuidando dele.” (AMY)

Contudo, apesar de não reproduzir os padrões de feminilidade (do casamento e da maternidade) e assumir de certa forma, uma contra-hegemonia no campo do gênero, para Amy, não soa como ‘normalidade’ o fato da sobrinha, que a vida inteira relacionou-se com homens, ter optado em determinado momento da vida, divorciar-se do marido para assumir outra relação com uma mulher:

“(…) minha sobrinha, era casada e tinha uma filha de um ano e meio quando se apaixonou por uma mulher. A família achou estranho porque quando eram casados viviam aparentemente bem, mas entre quatro paredes ninguém sabe o que acontece, né? Acho que faltava alguma coisa na relação deles pra ela chegar nesse ponto. Tudo bem que ninguém está livre de se apaixonar, mas quando se tem um relacionamento de bastante tempo você não permite se aproximar de alguém ao ponto de se apaixonar. (...) Imagina só uma menina que sempre foi namoradeira, namorou vários homens e se casou com um cara que inclusive escolheu ser mãe, aí de

repente se apaixonou por uma mulher sendo que nunca tinha se relacionado com mulheres antes!? Tinha uma filha, casa, marido e chega ao ponto de se divorciar? Aí que tá faltando alguma coisa mesmo!” (AMY)

E relata sobretudo, a agressão que a sobrinha sofreu do ex-marido quando já estavam separados, evidenciando os dados apontados pelo Mapa da Violência (2017), no qual 67,2% do total de atendimentos de mulheres vítimas de violência tem marido/ex-marido como principais agressores:

“O ex marido dela era descendente de nordestino, negro, aquele machismo muito enraizado então rolou alguns estresses. Quando ela contou que ia se separar para ficar com outra mulher ele achou que era uma fase e tal. No começo ele visitava a filha até o dia que começaram a discutir e ele deu tapa na cara da minha sobrinha. (AMY)

A violência sofrida pela sobrinha de Amy está, sem sombras de dúvidas, ligada ao seu comportamento que não corresponde aos preceitos da heteronormatividade dominante. Isso dialoga com Yep (2005) ao apontar que na maioria das vezes a orientação sexual é marcada pela intolerância e desrespeito às diferenças, representando assim uma negação do direito ao exercício livre da sexualidade. A lesbofobia está sobretudo, ligada ao machismo e as relações binárias apontadas anteriormente, tendo como consequências a violência sexual mais conhecida como “estupro corretivo”, também relatado por Amy, nas entrelinhas:

“A companheira da minha sobrinha também tem um filho, mais velho. Segundo ela a criança veio sem querer pois ela já sabia que gostava de mulheres mas tinha um melhor amigo que dizia ser preciso transar com um homem pra ver se era isso mesmo que ela gostava. Só sei que ela transou uma única vez com ele e engravidou. Mas eles são super amigos até hoje e eles têm uma relação super bacana, o menino mora com o pai e todo mundo se dá bem.” (AMY)

Esse trecho dialoga com Beauvoir (2009) quando aponta que a sexualidade não é definida unicamente na consciência da mulher, ela também reflete uma situação que depende da estrutura econômica da sociedade, que assumem valores diferentes segundo o contexto econômico e social. Essa afirmação levantada pela autora nos leva a refletir que, apesar da violência de gênero se fazer presente na vida de muitas mulheres independente de suas especificidades, se acentua quando somadas a questões econômicas, sociais, raciais e étnicas.

No caso de Elis, não tem relatos de agressões físicas sofridas pelo marido, mas sua história é marcada por condições e recursos escassos na qual a colocava em outras relações de opressão e submissão, da mãe, da amiga/patroa, da irmã e posteriormente do marido. O fator habitacional na vida de Elis é determinante para compreendermos seus movimentos na busca pela

sua casa e sua autonomia, nesse caso, o casamento proporcionou pela primeira vez, uma vivência outra da maternidade e a sensação de que finalmente ela pertencia a algum lugar:

“Conheci meu ex- marido e comecei a namorar. Eu nunca tinha namorado porque era tanta coisa ruim na minha vida que esse meu lado ficou adormecido. Com oito meses de namoro ficamos noivos. Terminei meu curso de enfermagem e alguns meses depois, casamos. Casei e alugamos uma casa. Pela primeira vez na vida eu tinha a minha casa... Porque até então morava de favor na casa dos outros.” (ELIS)

“Com 22 anos tive minha primeira filha. Foi um sonho realizado porque queria cuidar dela da forma que achava que deveria ter sido cuidada pela minha mãe. Foi muito bom! Eu arrumava as coisinhas dela... ficava com ela em casa... foi muito legal!” (ELIS)

Tanto para Elis como para Elza, o casamento não foi empecilho para continuarem atuantes no mercado trabalho, porém, a autonomia financeira e intelectual que o trabalho lhes proporcionava, de certa forma, produzia sensações de incômodos em ambos os maridos:

“Apareceu a oportunidade de fazer uma prova no Rio de Janeiro no final de semana que me daria o título de auxiliar de enfermagem e meu marido começou a me podar. Ele falava: *“Pra que você quer mais esse título? Tá bom do jeito que tá”* Eu falava: *“Não... não está bom!”* Deixei meus filhos e fui.” (ELIS)

No caso de Elza, seu emprego e autonomia financeira gerava, de certa forma, a possibilidade de seu marido continuar se desresponsabilizando e negligenciando seus compromissos com o lar. A autonomia financeira colocava Elza como única responsável pela manutenção da casa e sustento dos filhos de maneira que, isoladamente não foi o bastante para dar fim à situação de violência naquele momento.

“Eu trabalhava numa fábrica de embalagem de pão e lá tinha bastante funcionários homens. Um dia ele apareceu no meu trabalho perguntando por mim e ficou enciumado quando o porteiro falou que me conhecia. Nesse dia, fez um escândalo na porta e passei vergonha, depois disso exigiu que eu jantasse todos os dias em casa, e a partir de então todos da firma começaram a falar de mim.” (ELZA)

A dominação por si só, é uma violência que se encontra naturalizada. À mulher cabe garantir que as relações familiares e conjugais cumpra o acordo social cabendo a ela apenas obedecer, se acomodar e se silenciar. (Saffioti, 2001) Isso explica porque muitas mulheres são acometidas do sentimento de vergonha quando estão em situação de violência. Sobre isso, Scharaiber; D’Oliveira (1999) apontam que essa situação se dá em grande parte também pelo

medo das mulheres serem ainda mais punidas pelas instituições sociais, conforme observamos no relato de Elza:

“A primeira vez que ele me agrediu, meu filho tinha 1 ano e nessa briga ele quebrou meu maxilar e eu não tive coragem de dar queixa. No Hospital onde fui atendida para fazer a cirurgia, me perguntaram por diversas vezes se aquilo tinha sido violência doméstica e eu negava, dizia que tinha escorregado e batido o rosto na pia do banheiro.” (ELZA)

Mesmo a violência apresentando marcas visíveis é comum a negação da mulher sobre a ocorrência da violência doméstica. Paixão (2013) afirma que justamente pelo fato dela estar permeada pelo silêncio é ainda mais difícil de ser reconhecida, sendo então despercebida pelos serviços de saúde. Diante disso, é evidente que vivenciar a violência cotidianamente desencadeia uma série de problemas de saúde para as mulheres.

Sobre a importância de se fazer uma intersecção entre saúde e subjetividades, González Rey (2015) a coloca não como um processo individual e intrapsíquico, mas sim algo que está permanentemente em organização ao longo da vida das pessoas e dos espaços sociais. Nesse sentido, ela se configura histórica e culturalmente a partir das produções ocorridas como resultado das múltiplas e simultâneas consequências do viver enfatizando muitas vezes seu caráter contraditório podendo ao mesmo tempo, a pessoa ser agressiva e sensível, tudo em virtude de sentimentos subjetivos que se processam simbolicamente no emocional dos sujeitos.

As questões subjetivas aparecem nas falas de Elis, sobretudo quando sente-se a vontade para confidenciar que já havia feito um aborto. Esse assunto ainda muito polêmico no Brasil retrata o quanto essa prática coloca muitas mulheres em situação de culpabilização quando na verdade, deveriam ser respeitadas e apoiadas nas decisões em relação ao próprio corpo e a própria vida:

“Até que aconteceu uma coisa triste... eu engravidei de novo e... Fiz um aborto. Essa parte da minha história ninguém sabe. Isso me derrubou. Cheguei em casa chorando com a sensação que todo mundo sabia o que eu tinha feito, me sentia culpada e pra falar a verdade sinto culpa até hoje. Nunca imaginei que teria coragem de fazer isso, mas não me arrependo. Eu saí de casa, estudei, casei e ainda demorei dois anos pra engravidar... não queria acabar cheia de filhos, como minha mãe.” (ELIS)

O trecho relatado por Elis evidencia também uma forma de violência que acomete diariamente milhares de mulheres em relação à escolha por interromper uma gravidez indesejada. O sentimento de culpa é carregado pelo medo de serem julgadas assassinas e irresponsáveis pela sociedade. É curioso perceber que de quatro mulheres entrevistadas nessa pesquisa, uma já

realizou aborto. Diniz e Medeiros (2010) reafirmam esses dados quando apontam que uma em cada cinco mulheres alfabetizadas nas áreas urbanas do Brasil já realizam pelo menos um aborto. Acerca disso, nota-se que a questão da violência é envolta de sentimentos e afetos que não se resume em apenas romper com o agressor, antes é preciso romper com as estruturas que comprometem o campo simbólico e de valores, que são reforçados socialmente o tempo todo.

4.2.2- Saúde como um (não) espaço de práticas emancipatórias:

Existem ainda muitos obstáculos que impedem dos trabalhadores de saúde reconhecer a partir das queixas dos usuários, questões de direitos humanos e sociais que nem sempre são demandados por eles. Dessa forma, parte da competência dos profissionais realizarem ações que incluam uma atenção integral nas suas práticas. Contudo, a ausência de qualidade na assistência em termos de direitos, diz respeito não só as questões de gênero como também ao próprio SUS, pois os profissionais estranham a atenção integral, sendo esse estranhamento entendido por Schraiber (2012) como uma alienação das marcas sociais que não se relaciona às práticas no serviço.

Esse fato pode ser observado pelos relatos de Amy, que até iniciar seu trabalho como técnica de enfermagem na Policlínica Santa Maria, nunca havia tido nenhuma experiência na saúde pública. Com o tempo e a experiência adquirida no contexto de vulnerabilidade do morro, sua compreensão acerca dos problemas de saúde daquela população foram se moldando, sobretudo no que diz respeito a violência:

“Quando cheguei aqui no morro a percepção que eu tinha do SUS era o que eu via na televisão, aquelas macas no corredor, gente morrendo, filas intermináveis, todo mundo reclamando. Era totalmente diferente da que tenho hoje.” (AMY)

“Então imagina, eu trabalhava na ala vip de um serviço privado e depois vim parar no morro Santa Maria... Foi um choque de realidade! E realmente no começo eu tinha minhas idéias pré- concebidas, de que as pessoas sofriam violência porque permitiam.” (AMY)

A visão de Amy com relação ao SUS vai ao encontro com os desafios, problemas e fragilidades atuantes na ordem política, econômica, gerencial e assistencial colocada por Reis (2016), no qual produziu uma dissociação importante entre o ‘SUS constitucional’ e o ‘SUS real’. Sobre isso os autores afirmam:

“A implementação do SUS, ao se deparar com inúmeros desafios, problemas e fragilidades de ordem política, econômica, produziu uma importante dissociação. Embora tenha resultado em mais acesso à saúde, melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida dos brasileiros,

em particular quando comparado ao modelo excludente vigente antes de 1988, não foi capaz de gerar confiança e legitimidade social na população brasileira, que aponta a saúde como o principal problema do País e aspira como ideal de consumo o acesso ao modelo privado de atenção à saúde.” (REIS, *et al*, 2016, p. 123)

Para Amy, não estava dado que a situação de violência presente no morro tinha relação com um contexto social de exclusão. Sobre isso, Jessé de Souza (2004) diz que a ausência de perspectivas de futuro em países periféricos como o Brasil, tem a ver com a obsolescência dos antigos projetos políticos. Para ele, as gerações são amparadas por práticas disciplinarizadoras que acabam sendo consolidadas pelas instituições. Isso é presente no discurso de Amy:

(...) mudou totalmente minha percepção sobre hospital público. Claro que existem profissionais mais e menos dedicados em todas as áreas, mas meu olhar em relação a saúde pública mudou depois que eu tive essa experiência,” (AMY)

(...) minha percepção com a violência melhorou um pouco, porque antes eu falava: “*Ah, está nessa vida porque quer! Vai a luta, vai trabalhar, se vira!*”, porque eu tive o exemplo em casa dos meus pais que não estudaram mas sempre batalhou para que os filhos tivessem uma profissão. Eles sempre incentivaram, e isso eu sinto falta das mães aqui do morro. Eu vejo isso na maioria das mães aqui, aquela coisa “Gabriela”, “- *Eu nasci assim, eu cresci assim...*” (AMY)

O morro Santa Maria e a forma como foi se constituindo enquanto bairro é um exemplo que nos ajuda a compreender os processos sócio-psicológicos das desigualdades sociais. Souza (2004) aponta ser necessário uma abordagem que considere diferentes perspectivas, passando sobretudo, pelas diferenças na distribuição da renda, que desenvolvem nos sujeitos questões tanto de ordem material como simbólicas. É possível relacionar essas questões trazidas pelo autor quando Amy relata que meses após inauguração da Policlínica, a mesma foi assaltada tendo vários equipamentos roubados, dentre eles os computadores:

“Uma vez roubaram a TV e os computadores da unidade, antes de fazer BO na delegacia a gente foi falar com o rapaz que gerencia o morro e ele pediu pra esperar. Deu três dias e todas as coisas foram devolvidas, sem precisar fazer boletim e nem chamar a polícia. Então a gente percebe que aqui existe uma outra organização.” (AMY)

A questão do tráfico e sua forma de atuação foi apontada algumas vezes na fala de Amy, que trabalha na unidade de saúde há cinco anos, mas nunca foi moradora do morro. Já Nina, traz uma dimensão totalmente afetada e de dentro do território, apontando a ausência do Estado e sobretudo o funcionamento das leis internas:

“Tem muito cara que se droga e chega em casa agressivo, e pra falar a verdade as mulheres não vão pra delegacia e nem pra Policlínica. Pode até ser que com algumas funcione ir nesses lugares, mas a maioria das mulheres que conheci foi e não adiantou nada. Foram na delegacia, fizeram boletim, o cara foi notificado e proibido de chegar a cem metros de distância, mas isso aqui no morro não funciona! Eles não prendem o cara, não fazem nada e ainda fala “*Olha você precisa ficar cem metros de distância dessa pessoa...*” Isso aqui não acontece, pelo contrário, deixa o cara com mais raiva ainda.” (NINA)

Nina faz uma crítica direta e coerente em relação a eficácia das leis que teoricamente existem para proteger as mulheres em situação de violência. Os ‘cem metros de distância’ que ela refere, diz respeito a medida protetiva previstas na Lei Maria da Penha, sendo uma providência que visa manter a integridade física e psicológica da mulher em situação de violência doméstica. De qualquer modo, os relatos de Nina indicam que o Estado não consegue garantir segurança às mulheres do morro e punir de fato o agressor:

“A polícia fala pro fulano: “*Fique a cem metros de distância!*” mas o fulano não fica. E ainda fica com mais raiva, usa drogas, bebe e volta pra casa mais violento. E aqui tem muitas mulheres sofrendo com isso, os caras passam a noite fora de casa, usando droga e quando chega em casa a mulher vai falar e aí começa a violência verbal, física...” (NINA)

Essa fragilidade do Estado também é trazida por Meneghel (2013) quando aponta que medidas judiciais de fato não trazem segurança para muitas mulheres, e como consequência disso muitas não denunciam. A ausência da denúncia se dá tanto pelo medo de vingança do agressor quanto pela necessidade de retornar à casa logo após a denúncia quando faltam opções de locais para se abrigarem. Dessa maneira, a autora afirma que embora a Lei tenha acenado com a possibilidade de proteção e justiça, essa situação ainda não se concretizou. Isso aparece nas falas de Nina:

“Elas já se preparam porque sabem que vem muito pior. É complicado. E não adianta procurar a delegacia porque aquilo sempre vai se repetir. Tem mulher que faz quatro ou cinco boletins de ocorrência e nada acontece!” (NINA)

“Essa coisa de cem metros de distância aqui não funciona porque não pode chamar a polícia. É por isso que chama os ‘meninos’ mas eles só ajudam na primeira vez, a segunda, terceira eles não fazem mais nada. Infelizmente.” (NINA)

O poder paralelo narrado por Nina em relação ao envolvimento do tráfico na resolução dos conflitos do morro, demonstra o quanto o Estado está distante dos problemas enfrentados

pelas mulheres que vivem em comunidades sob o comando do tráfico. Questões relacionadas ao uso de drogas, por exemplo, foi narrado apenas por Nina e Elza, ambas negras e moradoras da periferia. Essa realidade com esse nível de informação e detalhes aparece superficialmente nas narrativas de Elis e Amy, que são brancas e nunca moraram na periferia.

“Não sei como funciona em outros lugares, mas aqui na favela a gente não pode chamar a polícia, então a segurança das mulheres quem faz é os ‘meninos’ do tráfico. Eu já presenciei muitas vezes elas chegarem pros ‘meninos’ e avisar de alguma violência que está sofrendo. Eles vão até a casa, apaziguam a briga e tiram o cara de casa. Se a mulher realmente chegar e falar: *“Olha eu não quero mais fulano aqui”* eles respondem: *“Tá certo, a partir de hoje fulano não sobe mais o morro”* daí o fulano sai de casa, coisa que a polícia não faz” (NINA)

Amy, que é trabalhadora da Policlínica há alguns anos, também fala da atuação do tráfico no que diz respeito aos casos de violência doméstica, embora nunca tenha sido moradora daquele território, o que conseqüentemente a coloca numa realidade habitacional bem diferente daquela:

“No caso da violência é muito emblemático porque as mulheres não chamam a polícia... Elas chamam os caras. Em alguns casos de violência eles interferem (...) por exemplo: teve uma moça que apareceu aqui com as costas toda arranhada. Eu perguntei: *“Você caiu?”* Ela respondeu que tinha apanhado do pai da filha dela, mas que já tinha avisado os manos e eles iam resolver. Então nesse caso ela não morava mais com ele e pediu ajuda dos cara pra se proteger e evitar que ele volte. Agora, o jeito que eles resolvem eu já não sei...” (AMY)

Nina se queixa que a Policlínica acaba não sendo um espaço que as mulheres buscam ajuda quando se encontram em situação de violência. Elas podem procurar a unidade de saúde com demandas clínicas em decorrência da violência, mas não enxergam como um espaço potente que poderia ajudá-la nesse caminho rumo ao rompimento. Devido essa ausência da garantia de que nenhum equipamento do Estado lhe oferece segurança, o tráfico automaticamente assume esse papel de proteção, que, concordando com Nina, resolve os conflitos de um jeito ‘cabuloso’.

“(…) primeiro é com respeito, eles conversam muito com a mulher, perguntam se ela quer mesmo que eles resolvam. Porque tem muitas que pedem ajuda e quando chega no dia e na hora combinada pra tirar o cara elas mudam de ideia. Aí quando isso acontece já era, eles nunca mais vão atender outro pedido de ajuda. Precisa ter certeza.” (NINA)

De certa forma, o tráfico acaba estabelecendo uma relação de poder sobre os sujeitos daquela comunidade tornando-se o único meio possível de se conseguir ‘ajuda’. Se por um lado o tráfico se apresenta de maneira violenta e autoritária para alguns, para outros se coloca como

solução que supre – mesmo que momentaneamente, as mazelas sociais produzidas pelos processos de desigualdade.

“Mas eles são tudo gente boa, viu?! Se você chegar e falar: *“Olha, preciso comprar esse remédio, tá aqui a receita”*, no dia seguinte o remédio chega na sua casa. Entendeu? Ta sem gás? Liga pra fulano que o gás chega na sua casa. Se precisar de ajuda eles ajudam mesmo.” (NINA)

Esse trecho evidencia - a priori, problemas que são resolvidas no campo financeiro: compra-se o remédio, o gás e fim do problema. No entanto, Jessé de Souza (2006) coloca que a marginalização constante dos grupos sociais está relacionada com as diversas formas de compreensão moral e política da sociedade. Com isso, é arriscado reduzir a causa da desigualdade e achar que sua solução se encontra apenas na via econômica, para o autor, isso ocultaria a dimensão fundamental das relações sociais.

Sawaia (2014) trata essa questão como sendo uma imposição operada pela sociedade sobre o indivíduo, onde o comportamento social que é configurado no processo de exclusão, acaba se naturalizando. No caso do Brasil, é necessário ressaltar a matriz escravista responsável por causar pobreza e exclusão social, uma vez que ela perpassa o passado e se faz presente no cotidiano da sociedade manifestando-se de formas variadas, como trazido por Nina, por exemplo.

Uma vez o sujeito descreditando do Estado, mais distante fica a possibilidade dele reconhecer e reivindicar seus direitos. Sobre isso Sawaia (2014) aponta que o enraizamento da pobreza acontece devido às contradições do modo de produção capitalista, que além de gerar acumulação dos bens, segmenta e exclui os sujeitos ditos marginalizados. É possível identificar essas questões no relato de Nina quando ela se refere ao SUS:

“Hoje em dia o SUS tá ruim por causa desses governos... Fala que não tem dinheiro mas o dinheiro fica preso no apartamento desses caras. Às vezes você precisa de exame e não consegue porque o SUS não cobre, fica na lista de espera... Na minha opinião, o SUS de zero a dez tá assim... Um seis. Aqui na Policlínica mesmo, tem só a dr. Cida de médica, pra atender todo mundo, acaba ficando sobrecarregada! Dentista também, tem um só pra esse mundo de gente.” (NINA)

Mesmo trazendo exemplos relacionados às demandas clínicas, Nina coloca a importância de se ofertar outros tipos de cuidados, como a escuta:

“Seria bom se aqui na Policlínica tivesse alguém pra conversar pelo menos, naqueles dias que você chega abatida, triste, cheia de problemas, aí você desabafa e a pessoa te deixa lá em cima! Mas não tem! Não funciona assim... Parece que não, mas conversar também resolve!” (NINA)

Por outro lado, Amy traz a dificuldade e falta de recurso no trabalho em saúde para lidar com esses casos, segundo ela não há muito que fazer:

“Nesse contexto todo me sinto um pouco de mãos atadas... Se chegar uma mulher pra mim e falar: *“Meu marido é extremamente violento e eu preciso sair de casa”*. O que eu posso fazer? Eu vou tentar né... Falar com a chefia, com a psicóloga aqui da unidade, e ver o que conseguimos fazer por ela, onde pode abrigar, quem pode acolher e tal. Mas a gente sabe que elas apanham informalmente, como chegar do nada e oferecer ajuda? É capaz ainda delas avisarem o agressor e eles virem tirar satisfação com a gente! Aqui é assim, você pode acolher mas não pode se envolver.” (AMY)

No entanto, apesar de Amy relatar que o serviço de saúde não tem instrumentos capazes de auxiliar essas mulheres, Elis utiliza o recurso da escuta para apoiar e acolher essas demandas:

“(...) às vezes eu conto minha história pra algumas mulheres que atendo, lógico que pulo alguns capítulos, rs... Mas eu conto para elas verem que um dia estive igual à elas, no mesmo buraco. Teve uma moça, que toda vez que passava comigo chorava e reclamava do marido batia nela. Um dia sozinha na sala comecei a contar minha história, dando coragem pra ela conseguir largar o cara. Eu falava: *“Não é porque não apanhei que minha história é diferente da sua! Ele não batia mas fazia pior, me agredia com palavras e dizia que sem ele eu não dava conta de cuidar das crianças! Por fim largar foi a melhor coisa, minha vida ficou infinitamente melhor sem ele!”* (ELIS)

Segundo a Política de Humanização do SUS, do Ministério da Saúde a escuta é uma ferramenta de trabalho para os variados profissionais das áreas de saúde. A eficácia na utilização desse instrumental está vinculada à possibilidade de sua utilização nos diferentes momentos de interação entre o profissional e o usuário. (BRASIL, 2010) No entanto, deve-se atentar primeiramente para o fato de que escutar é uma ação de receber justamente o que o outro lhe diz sem prejulgamentos, exigindo de certa forma uma ‘neutralidade’, ou seja, quem ouve precisa estar ali para escutar o que o paciente tem a expressar, e não para fazer interpretações errôneas.

Sendo assim, o que diferencia a disponibilidade de escuta proporcionada por Elis, da escuta exercida por Amy é evidentemente as experiências de vida e os lugares de fala que cada uma ocupa. Elis consegue acolher e se solidarizar com as mulheres que se queixam de violência porque a sua vida foi marcada por muitos episódios de violência, em diversas esferas. Já Amy coloca a dificuldade de se imaginar no lugar dessas mulheres e sobretudo, relata não sentir empatia em relação a casos de violência de gênero:

“Eu consigo me colocar no lugar de uma mulher que está sofrendo com câncer, mas numa situação de violência doméstica eu não consigo mesmo. Isso não me torna indiferente da situação e nem me impede de como

profissional querer ajudar essa mulher. Não sou uma pessoa ruim, não se trata disso, é porque realmente eu não consigo me colocar no lugar de uma mulher que apanha. Me solidarizo com o sofrimento dela, mas não me vejo assim porque jamais deixaria homem erguer a mão pra mim.” (AMY)

“Acho que talvez, as mulheres ouvindo minha história possam se imaginar em mim. Porque a gente acha impossível sair da situação e quando vemos alguém que conseguiu pensamos: *“Poxa, se ela conseguiu eu também consigo!”* Lógico que não falo achando que vou mudar a vida delas, porque sei que é difícil deixar o marido e sair de casa... Muitas mulheres acham que é assim mesmo, tem que aguentar a violência calada... Mas a primeira coisa que podemos fazer é ouvir... Por mais que não possamos fazer nada estamos diante de uma mulher sofrida e que precisa de ajuda, precisa de escuta.” (ELIS)

Nina também coloca a sensação de não encontrar nos profissionais de saúde o preparo necessário para atender essas demandas. De acordo com D’Oliveira (2009), por parte dos profissionais a queixa da violência torna-se motivos de frustração e impotência, e da perspectiva do sistema de saúde, uma demanda que gera altos custos com resultados pouco efetivos.

“Então na Policlínica tão tem pessoas capacitadas pra isso. Aqui se você chega com uma pergunta as pessoas mal sabem te responder, ou te respondem com mal humor... Então se você não vai nem em delegacia da mulher procurar ajuda vai vim na Policlínica? Não, não vai! Aqui é tão corrido que elas mal tem tempo de atender o paciente, então não vai mesmo dispor de uma ou duas hora pra atender uma mulher. Se eles abrissem um horário pra isso teria muitas mulheres aqui! Mas eles não são preparados pra isso...” (NINA)

Contudo, o Estado que é composto, sobretudo por pessoas, é de um lado, permeado por questões institucionais e burocráticas, e pelo outro, de profissionais que tem suas ideias preconcebidas em relação aos usuários. De certa forma, essas ideias acabam sendo incorporadas nas suas práticas até o momento em que se institucionaliza como se fosse uma diretriz do serviço, e não de uma questão pessoal e subjetiva do profissional.

4.2.3- A construção da autonomia, entre afetos e rompimentos:

Na história de todas as narradoras, é possível observar momentos importantes de ruptura. No caso de Elis o primeiro rompimento foi com sua mãe ainda na juventude, quando percebeu que a permanência junto dela impediria de seguir seus planos com os estudos e futuramente com a enfermagem.

“Minha mãe tinha um poder muito grande sobre mim, tudo que ela falava entrava na minha mente e eu achava que nada daria certo, no fundo ela

queria que eu fosse embora pra me ver longe da família do Rafael porque ela sabia que eles me ajudavam a crescer, coisa que ela não fazia.” (ELIS)

“Fiquei muito dividida porque amava o Rafael e a família dele e não queria deixá-los, mas ao mesmo tempo sabia que se continuasse ali, sofreria pra sempre violência da minha mãe, eu precisava me distanciar dela pra poder seguir minha vida.” (ELIS)

No entanto, para afastar-se da mãe, Elis precisou “morar de favor” em outras casas de família onde pudesse trocar sua estadia por trabalhos domésticos e de cuidado com crianças. A primeira família em que trabalhou ‘deu’ a ela a oportunidade de retomar os estudos, mas em troca, usufruía de seu trabalho braçal não deixando de manter uma relação de patrão *versus* empregado, apesar da menoridade de Elis.

Já sua segunda experiência ‘morando de favor’ na casa de família começou não dar mais certo quando Elis se viu proibida e não apoiada pela sua amiga, na decisão em fazer o curso de auxiliar de enfermagem. Na ocasião, foi necessário um segundo rompimento:

“Contei pra minha amiga e ela não aprovou, e ainda por cima me proibiu de sair da casa. Eu não conhecia esse lado dela... Daí sabe o que eu fiz? Fugi de casa. Arrumei minhas malas, deixei um bilhete agradecendo por tudo e fui pra Santos morar com minha tia e o marido dela. Fui correr atrás do meu sonho. Comecei a fazer o curso e sentia a maior felicidade do mundo por estar aprendendo aquelas coisas!” (ELIS)

Após isso, Elis mora um tempo na casa de sua tia e posteriormente conhece seu marido, podendo experimentar, pela primeira vez, a sensação de pertencer a algum lugar. Com isso veio a maternidade e Elis opta ser mãe de dois filhos.

“Conheci meu ex- marido e comecei a namorar. Eu nunca tinha namorado porque era tanta coisa ruim na minha vida que esse meu lado ficou adormecido. Com oito meses de namoro ficamos noivos. Terminei meu curso de enfermagem e alguns meses depois, casamos. Casei e alugamos uma casa. Pela primeira vez na vida eu tinha a minha casa... porque até então morava de favor na casa dos outros.” (ELIS)

As oportunidades e condições de estudos apresentadas à Elis foram infinitamente mais difíceis do que para Amy, que teve desde a infância, além do apoio e incentivo dos pais, um conjunto de condições (habitacional, financeira e afetiva) que facilitou sua permanência nos ambientes de ensino. É curioso observar que Amy, diferente de Elis, mesmo após tornar-se auxiliar de enfermagem e tendo trabalho fixo, não sentiu necessidade de sair da casa dos pais. Isso foi ocorrer recentemente, após a mudança de sua família para Minas Gerais:

“(…) daqui alguns meses minha vida vai mudar (…) será a primeira vez que vou morar sozinha, com 42 anos! Morei a vida inteira com meus pais (…) não sei como vai ser! Não estou preparada, mas acho que vai ser bom.” (AMY)

Tanto a história de Elis como de Nina, foram marcadas por alguns episódios de sofrimentos e rupturas. Ambas perceberam que a conquista pela autonomia financeira e habitacional eram questões centrais que possivelmente poderiam livrá-las de vivenciar situações de submissão e controle:

“Foi por isso que construí minha casa, porque se for pra me separar eu coloco o cara pra fora e pronto. Foi assim com meu primeiro marido e com esse de agora se a gente se separar vai ser assim também. É por isso que não vou morar na casa de ninguém, pra não ouvir homem nenhum me mandando embora.” (NINA)

“Então pensei num plano: me estabilizar financeiramente e me separar dele. Eu pensava: *“quando tiver sustentando meus filhos sozinha vou embora”* Mas na verdade eu já sustentava né?! A ficha não tinha caído, eu não percebia. Não sei porque, mas precisava ter a certeza que daria conta e não precisaria voltar a morar de favor na casa de ninguém, outra vez.” (ELIS)

Nina relata ainda, como essa questão habitacional se dá no contexto do morro Santa Maria, sendo acentuada nos casos que envolvem uso de drogas:

“Aqui no morro é muito comum o casal construir uma casa junto e quando separa divide o barraco no meio e vai morar um pra cada lado, mas você acha que isso funciona? Claro que não! E quando o motivo é por causa de drogas e violência é muito pior.” (NINA)

Elza, no caso, também se mantinha empregada, porém, as responsabilidades financeiras da casa não eram compartilhadas com seu marido devido ao uso rotineiro de cocaína que ele fazia. Além disso, como mais um mecanismo de exercer controle e violência, o marido aparecia, propositalmente, no trabalho de Elza causando confusões e a colocando em situações constrangedoras.

“(…) então o salário dele começou a ser praticamente para o uso de drogas. Ele gastava todo o dinheiro, era coisa de 300,00 reais por dia, se eu não trabalhasse passaríamos fome.” (ELZA)

“Eu trabalhava numa fábrica de embalagem e lá tinha bastante funcionários homens. Um dia ele apareceu no meu trabalho perguntando por mim e ficou enciumado quando o porteiro falou que me conhecia. Nesse dia, fez um escândalo na porta e passei vergonha, depois disso exigiu que eu jantasse todos os dias em casa, e a partir de então todos da firma começaram a falar de mim.” (ELZA)

A mesma estratégia foi utilizada pelo ex marido de Elis:

“Contratei um caminhão e fui embora. Depois tive que segurar a bronca porque ele começou a ir na porta do hospital que eu trabalhava. Eu morria de medo de apanhar ali na frente de todo mundo... Ele nunca me bateu, mas quando começava a falar alto eu já ficava em pânico e com medo dele dar vexame.” (ELIS)

Essa situação de violência e constrangimentos já não aconteceu com Nina em nenhum de seus três casamentos. Segundo ela, o fato de seu filho ser integrante do PCC²⁴ e ser uns dos ‘irmãos’ que resolvem conflitos entre os casais do morro, a colocava automaticamente numa situação de ‘proteção’, devido ao medo estabelecido pelo tráfico:

“ (...) graças a Deus nunca cheguei a apanhar de nenhum marido, não sei se é por causa do meu filho, que é envolvido no tráfico, então por ele ser assim meio louco as pessoas tem medo, entendeu? Me respeitam muito por causa do medo. Brigas assim verbal até acontece, as vezes eu discutia com meu marido e se meu filho chegasse a discussão acalmava na hora.” (NINA)

Pode-se notar a presença do ‘ciclo da violência’ apontado por Dias (2004) nas narrativas de Elis e Elza, onde a relação de violência transita pelas fases da tensão, agressão, reconciliações e afetos.

“Depois que me separei, ele começou a frequentar minha casa com a desculpa de ver as crianças e a gente acabou voltando. Ficamos um ano juntos e logo começou as ameaças...” (ELIS)

“A primeira vez que ele me agrediu, meu filho tinha 1 ano e nessa briga ele quebrou meu maxilar e eu não tive coragem de dar queixa (...) Ele só me agredia quando estava muito doidão. Quando percebia que tinha me machucado pedia desculpas, trazia gelo e ficava todo preocupado. Da última vez ele até chorou (...)” (ELZA)

Sobre isso, Chauí (1995) baseia-se na concepção de afetos a partir de Espinosa, que o compreende como algo construído na relação, no encontro estabelecido com outros corpos que afeta e é afetado ao mesmo tempo. Nesse sentido, na visão espinosana, afeto está ligado ao verbo ‘afetar’, podendo o corpo humano ser afetado de muitas formas, o que pode aumentar ou diminuir sua potência de agir em função das afetações produzidas. Chauí (1995) ainda acrescenta que para

²⁴ Primeiro Comando da Capital- PCC é uma organização criminosa do Brasil que comanda rebeliões, assaltos, sequestros, assassinatos e narcotráfico. Está presente em 22 dos 27 estados brasileiros, tendo atuação principal no estado de São Paulo. A facção possui cerca de 30 mil membros e é considerada uma das maiores organizações criminosas do país. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Primeiro_Comando_da_Capital)

Espinosa, quando o encontro entre dois corpos é balizado pelas paixões tristes, os sentimentos gerados por ela são de medo, humilhação, dentre outros.

Isso é percebido na relação de Elza e Elis, onde o afeto pelo marido e preocupação com filhos as mantinham sujeitas na condição de padecimento e submissão durante anos, até o dia em que tomam uma decisão:

“Dessa vez, decidi que nunca mais apanharia. Ele me ajudava muito em casa e com as crianças, dava banho, fazia janta... mas não é por causa disso que vou aguentar agressão, não é mesmo? (...) Ele me liga todos os dias perguntando se eu pensei em nós, ou nas crianças. Me chama pra ver o apartamento que ele comprou com o dinheiro da venda da nossa casa e fica fazendo planos na tentativa de me convencer a voltar. (ELZA)

“A relação foi ficando insustentável e fui percebendo que estava voltando na minha infância, que meu marido estava virando minha mãe... Então resolvi enfrentá-lo. Coloquei suas roupas num carrinho de feira e mandei ele embora.” (ELIS)

No caso de Elza, a violência física sofrida possuía marcas exteriores, pela brutalidade e pela dor que provocava, mas do ponto de vista psicológico, as marcas foram imensuráveis. O peso e a responsabilidade de manter o modelo tradicional e indissolúvel de família, determinado culturalmente pelo patriarcado (PATEMAN, 1993) limitava e dificultava o rompimento com o marido agressor. Esse modelo é inclusive reproduzido por muitas mulheres, como é o caso da ex-sogra de Elza:

“Minha sogra (..) sabia que seu filho me batia mas mesmo assim dizia que eu não podia destruir a família porque afinal tínhamos quatro filhos e família era coisa séria. Dizia que ele sofria muito com a situação e eu percebia que ela pouco se importava com meu sofrimento. E eu sofro porque foram muitos anos juntos e tinha me acostumado a morar com ele. Confesso que sinto falta, dele, da nossa casa (...) se não fosse pelas agressões, eu ainda tentaria ficar com ele. Traição eu até suportaria, mas agressão é muito difícil.” (ELZA)

Nesse trecho, nota-se que foram as agressões que determinaram o rompimento da relação de Elza com seu marido. O fato de seu companheiro fazer uso abusivo de drogas ou exercer violência simbólica, emocional e psicológica sobre ela, até mesmo a infidelidade, não configuram motivos suficientes para a separação. Na ótica do ciclo da violência, trazido por Dias (2004) esse fato pode ser identificado na terceira fase (reconciliação/ lua-de-mel) justificado pela questão dos afetos, motivo pelo qual muitas mulheres ainda permanecem com o agressor.

“Eu fazia hora extra alguns dias e tinha quinze minutos de café. Ele fazia eu sair do trabalho e ir pra casa ficar com ele nesses quinze minutos. Eu precisava tirar o uniforme e todos os EPIs (bota, rede de cabelo, avental,

etc), dava o maior trabalho mas fazia tudo isso pra evitar confusão.” (ELZA)

“ (...) isso foi deixando o casamento desgastado, mais abalado do que já estava, não conseguia mais admirar meu marido. Ele nunca me agrediu, mas me ameaçava. Eu tinha tanto medo que me sentia espancada só de ouvir as coisas que ele me falava.” (ELIS)

Pode-se observar que a tomada de decisão em deixar o agressor e romper de vez com a violência infelizmente aconteceu após muitos episódios de agressão (MENEGUEL, 2015).

“Eu demorei pra fazer a primeira denúncia, pois tinha vergonha que as pessoas do morro soubessem. Eu fiz boletim de ocorrência duas vezes mas só representei dessa última vez. Na delegacia me perguntaram várias vezes se eu não gostaria de retirar a queixa porque afinal de contas eu ainda mantinha contato com ele. Fui firme e levei o processo adiante. (ELZA)

“Mas dessa vez eu estava mais forte, não me abalava. Ele falava que ia me matar e eu respondia: *“Ah é?! Então me mata que eu quero ver!”* Já não tinha mais tanto medo dele.” (ELIS)

“Da última vez ele até chorou, mas eu decidi largar dele e dar queixa na delegacia. Mas antes disso eu sofri muita agressão... muita!” (ELZA)

Aponta-se também, que as experiências de violência não foram vivenciadas apenas pelas mulheres como também pelos seus filhos. No âmbito da família, por se tratar de um espaço privado de socialização, as marcas deixadas pela violência em seus membros são ainda mais difíceis de visibilizar. No entanto, nota-se uma grande contradição quando comparamos o conceito burguês de família (que a considera como instituição sagrada, onde dela se espera aconchego, respeito e cuidado) com os efeitos destruidores que se fazem presentes na subjetividade dos sujeitos que estão submetidos a violência doméstica.

“Desta última, estava no quarto com as crianças e ele chegou me batendo na frente delas, não quis nem saber. Meu filho mais velho entrava no meio para impedir, chorava e pedia pelo amor de deus pro pai parar de me espancar, pegou meu celular e ficou agoniado pra ligar pra alguém vir me socorrer.” (ELZA)

“Meus dois filhos mais velhos, (treze e onze anos) já entendem o que acontece e dizem que não querem mais ver o pai. (...) meus filhos já falaram que não querem passar as férias na casa do pai, no Paraná e ele fala que eu invento tudo isso.” (ELZA)

“A mais velha, que tinha quatorze, já entendia nossa relação e falava: *“Mãe, isso não dá mais certo!”* Ela percebia a minha sobrecarga e também se incomodava em ver o pai deitado no sofá o dia todo, e eu

chegando morta de cansada do trabalho e ainda tendo que fazer janta.”
(ELIS)

Na história das três mulheres que são mães (Elza, Elis e Nina) ficou evidente o preço que pagaram quando optaram pelo rompimento. Ao tomar essa decisão, recaiu sobre elas a responsabilidade exclusiva em cuidar da casa e dos filhos.

“Até que um dia avisei que daria queixa na polícia e só então ele parou de ligar e sumiu de vez, nunca mais encheu meu saco. Desse dia em diante, nunca mais me ajudou com as crianças, não podia contar com ele pra nada. Mas isso eu já esperava, sabia que quando conseguisse minha independência ele não ajudaria e foi o que aconteceu, criei meus filhos sozinha.” (ELIS)

“A gente se separou e foi cada um viver sua vida, eu fiquei sozinha com as duas crianças.” (NINA)

“Saí de casa, peguei meus móveis e me mudei pra uma casa menor, ele voltou a morar com a mãe. Todas as noites por volta da meia-noite ele vinha bater na minha janela e encher meu saco. Nesse tempo ele parou de me ajudar financeiramente com as crianças achando que dessa forma eu voltaria com ele.” (ELZA)

Isso também apareceu no relato de Amy, quando contou da violência física que a sobrinha havia sofrido do ex- marido, pai de sua filha.

“No começo ele visitava a filha até o dia que começaram a discutir e ele deu tapa na cara da minha sobrinha. Ela fez o boletim de ocorrência e ele desapareceu, depois desse dia ele nunca mais a procurou.” (AMY)

Esses trechos exemplificam o que Safiotti (1987) aponta como sendo “face oculta do privilégio do macho”. Ao sentirem-se ameaçados, simplesmente saem de cena continuando assim a desfrutar livremente de seus privilégios, pois, sobre eles, não pesa nenhuma responsabilidade social em relação as demandas dos filhos ou da casa.

O homem possui autorização social para transitar livremente pelos espaços públicos, uma vez que as marcas deixadas pela paternidade são imperceptíveis se compararmos as marcas e responsabilidades exigidas à maternidade. Sobre isso, Safiotti (1987) ressalta o motivo pelo qual os homens não se interessam pelas reivindicações feministas porque, a partir do momento que entenderem que também são prejudicados pelas discriminações praticadas contra as mulheres, a supremacia masculina estará ameaçada. Dessa forma, também estarão ameaçados os padrões morais que alimentam a família burguesa e o domínio dos poderosos.

Sobre isso, Santos (2010) contribui afirmando que a superação da violência de gênero pressupõe obrigatoriamente duas condições: a primeira é a construção de um suporte social

fundamental de elaboração e implementação por parte do Estado, de políticas públicas de coibição e enfrentamento da violência de gênero. Em segundo lugar, cabe exclusivamente à mulher a decisão de romper a violência, considerando que as formas de reagir e enfrentá-la variam muito de acordo com a subjetividade histórica de vida de cada uma. Isso aparece no discurso de Amy quando relata sobre a postura que ela observa de algumas mulheres mães moradoras do morro:

“(…) é difícil trabalhar nesse contexto e querer melhorar, porque muita coisa depende do poder público, mas tem coisa que só acontece se a pessoa quiser! Eu vejo outras mães aqui que não estudaram mas vão atrás pra encontrar esporte de graça pro filho fazer, vai atrás de um inglês e tal, mas muitas não se importam!” (AMY)

No caso de Elza, a decisão de sair de casa junto com os filhos ocorreu devido o apoio oferecido pelos pais, aqueles que, contraditoriamente, teriam contribuído para que hoje ela estivesse numa relação de violência. No entanto, foi preciso romper fisicamente a relação de Elza com seu esposo, o que de imediato, permitiu que ela não sofra mais violência física. No entanto, sobre ela ainda persiste uma violência simbólica que atinge suas subjetividades e tem implicância sob seu estado enquanto mulher, mãe, filha e sujeito de direitos. O mesmo ocorreu com Elis.

“Ele tentou me convencer que não precisaria dar entrada na pensão porque continuaria mandando dinheiro, mas eu falei que não daria certo pois quando ele está mal, fica com raiva de mim, me exclui do *whatsApp* não manda o dinheiro. Quando está bem, me desbloqueia e daí manda (...) Ainda hoje ele me liga querendo saber se estou na minha mãe, o que estou fazendo e quem está lá.” (ELZA)

“Ele saiu e disse: *“Você tá nervosa, mais tarde eu volto pra gente conversar”* Quando ele voltou, viu que eu não mudaria de ideia e tentou me atingir dizendo que levaria a geladeira, televisão, fogão... Eu falei: *“Pode levar! Se meu sossego vale uma geladeira, um fogão e um microondas então tá ótimo, quer que eu pague o carro? Pode levar!”* Eu já tinha extrapolado meus limites e não ligava pra mais nada. E ele levou, acredita? Me deixou sem nada.” (ELIS)

Por fim, compreender as multiplicidades da violência de gênero a partir das narrativas de quatro mulheres, permitiu maior aproximação e compreensão desse fenômeno histórico que é complexo e contraditório. Nesse sentido, a análise hermenêutico-dialética possibilitou entender e interpretar os sentidos elaborados pelas mulheres através de seu discurso, no qual somado à controvérsia e crítica da dialética emergiu uma melhor compreensão sobre o fenômeno da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa foi possível identificar que as desigualdades de gênero e os papéis sociais estabelecidos reforçam as estruturas da violência. Dessa forma, torna-se cada vez mais difícil a superação dessas desigualdades, pois a solução não se encontra na esfera individual, ela perpassa por questões coletivas e institucionais. No Brasil e na América Latina, intensas lutas foram travadas por mulheres para que conquistassem além de direitos, melhores condições de vida. No entanto, a pesquisa aponta que a efetivação dos direitos está longe de ser uma realidade para todas as mulheres, inclusive para aquelas que são atravessadas por marcadores sociais, sobretudo referentes à raça e classe.

No percurso dessa pesquisa, a análise das narrativas a partir da hermenêutica dialética expuseram uma realidade que potencializou a compreensão de inúmeras interações sociais, possibilitando inclusive o trânsito entre a psicologia social e saúde coletiva. De fato, as histórias contadas por Elis, Nina, Elza e Amy trouxeram à tona experiências de vulnerabilidade, exclusão social e violência que dificilmente seriam identificadas se não utilizássemos os instrumentos da pesquisa qualitativa em saúde.

Ao compartilhar suas experiências, as participantes revelaram fragilidades do Estado e, sobretudo a complexidade de atuação quando a violência se encontra em contextos no qual as regras e condutas são inseridas na comunidade pelo viés do tráfico. Nota-se por um lado, que existe uma reprodução de estruturas conservadoras que diz respeito ao papel da mulher na sociedade, mas de outro, o tráfico se apresenta como autoridade capaz de solucionar os problemas e injustiças até então não resolvidas pelo Estado, mesmo que para isso, se reitere o autoritarismo e machismo.

Nas questões referentes à saúde, identificou-se uma tensão em relação ao modelo hegemônico de cuidado exercido pelos profissionais e as diferentes formas expressadas pelas mulheres em relação ao acolhimento e escuta de suas demandas. Sabe-se que nem todo profissional de saúde possui capacidade de resposta frente à queixa da violência de gênero, no entanto é fundamental que haja disposição suficiente para se abrir os canais de escuta, ou seja: mostrar-se interessado e atento a ouvir o que as mulheres tem a dizer, desfazendo-se de amarras burocráticas ou protocolares.

Nessa perspectiva, seria possível potencializar a compreensão dos profissionais de saúde acerca da realidade dessas mulheres, se para isso, as ferramentas de trabalho utilizadas fossem construídas e pensadas levando em consideração as inúmeras interações sociais nas quais as mulheres encontram-se imersas. Dessa forma, a intervenção do setor saúde (no caso, da Atenção

Básica) frente essas questões serviriam de dispositivo que pra além de cuidar da população, enfrentaria também as desigualdades, incluindo as de gênero.

Nesse sentido, espera-se que essa pesquisa sirva de contribuição para implementar políticas públicas capazes de enfrentar as complexidades de fenômenos tão enraizados e históricos como é o caso do machismo. Contudo, sabemos do desafio histórico colocado às mulheres em relação aos direitos, e que, até hoje, nenhuma política pública de combate a violência foi implantada pelo Estado sem que sobre ela, tivesse a luta e organização de muitas mulheres mundo afora. Sendo assim, essa pesquisa reforça o caráter político, potente e transformador que tem sido produzido pelos diferentes coletivos feministas, a exemplo das PLP, que para além do caráter formativo, fomenta também a importância e necessidade de atuação e organicidade das mulheres no movimento social.

Por fim, visualiza-se que a pesquisa aprimore as formas de envolvimento e comprometimento dos profissionais da atenção primária, para que não apenas trate a violência de gênero como questão de saúde pública, mas também assumam o compromisso de ser um articulador de ações multidisciplinares e intersetoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, M. **Agravos à saúde decorrentes da violência**. Dicionário Feminino da Infâmia. Org. Elizabeth Fleury- Teixeira e Stela N. Meneguel. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015

AGOSTINI, M.; SANTOS, C.G. **Políticas públicas de prevenção a violência**. Dicionário Feminino da Infâmia. Org. Elizabeth Fleury- Teixeira e Stela N. Meneguel. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015^a

AGOSTINI, M; SANTOS, G.C. **Acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Dicionário Feminino da Infâmia. Org. Elizabeth Fleury- Teixeira e Stela N. Meneguel. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015b

ALMEIDA, D. C. **Hannah Arendt e Walter Benjamin: História, memória e narrativas perdidas**. Filosofia e Educação [rfe] – vol 3 –1984-9605- p. 114-138, 2016

ALMEIDA, I. A. *et al* **Violência doméstica: uma abordagem teórica sob a perspectiva das ciências sociais**. O portal do psicólogo. www.psicologia.pt. (2010). Disponível em <www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0206.pdf> Acessado em 20 de setembro de 2016

ANDRADE, M. J. C. **As equipes de saúde da família e a violência doméstica contra a mulher: um olhar de gênero**. São Paulo, 2009

ANDRADE, M. J. C.; FONSECA, S.G. **Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família**. Revista Enfermagem USP- 2008

ARENDT, H. **A condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo, prefácio de Celso Lafer. -10 ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

ARNS, E. P *et al*. **Projeto: Brasil nunca mais**. 32^oed, editora Vozes, Petrópolis, 2001

AZEVEDO, M. A. **Informação e interpretação: uma leitura teórico metodológica**. Belo Horizonte. v. 09 p. 122-133/ 2014

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet- 2.ed.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009

BENJAMIN, W. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, p. 197-221, 1994

BLAY, E. A. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estudos Avançados. v.17, n.49. USP: São Paulo, 2003

BOLÍVAR, B. A. **¿De nobis ipsis silemus?: epistemología de la investigación biográfico-narrativa en educación**. Redie. 2002

BONDÍA, J. L **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**_Revista Brasileira de Educação Tradução de João Wanderley Geraldi- Departamento de Linguística- UNICAMP: Campinas, 2002

BRASIL, Lei 10.778, de 24 nov. **Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos e privados.** *Diário Oficial da União*, Brasília 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.778.htm> Acesso em: 18 maio, 2018

BRASIL, Ministério da Saúde. **Norma Técnica de Uniformização- Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência.** Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Brasília, 2006

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência.** Informes Técnicos Institucionais. Rev Saúde Pública 34(4):427-30, 2000

BRASIL, Ministério da Saúde. **Secretaria de Políticas de Saúde. Violência Intrafamiliar: orientações para a prática em serviço.** Brasília: Ministério da Saúde, 2010

BRASIL, Ministério da Saúde: **Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica.** Brasília, Ministério da Saúde, 2011

BRASIL, Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013

CAREGNATO, R. C. A. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo.** Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, 2006

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Disponível em <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/> Acesso em 12 de março, 2013

CARNEIRO. R. G. **Dilemas antropológicos de uma agenda de saúde pública: Programa Rede Cegonha, personalidade e pluralidade.** Departamento de Saúde Coletiva, Universidade de Brasília. FCE QNN 14, área Especial, Ceilândia. Brasília, DF, Brasil. 70.220-140. 2012

CASSAB. L. A. **Violência doméstica.** Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência./ Org. Elizabeth Fleury- Teixeira e Stela N. Meneguel- Rio de Janeiro: Ed Fiocruz, 2015

CASTAÑO C. J. **Entre la violencia sobre el cuerpo y la violencia incorporada. Hacia la Promoción de la Salud.** Volumen 16, n°2- 2011

CASTRO E SILVA, C.R.; MENDES, R.; NAKAMURA, E. **A Dimensão da Ética na Pesquisa em Saúde com Ênfase na Abordagem Qualitativa.** Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, v.21, n.1, p.32-41, 2012

CASTRO, R.; RIQUEL, F. **La investigación sobre violencia contra las mujeres em América Latina: entre el empirismo ciego y la teoria sin datos.** Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19 (1): 135-146, 2003

CENSO 2010, IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em 26 julho, 2018

- CHAUÍ, M. S. **Espinosa: uma filosofia da liberdade**. São Paulo: Moderna, 112p. 1995
- CHAUI, M. S. **Sim, há golpe de Estado**. Le Monde Diplomatique Brasil. Acervo online disponível em: < <http://diplomatique.org.br/sim-ha-golpe-de-estado>> Acesso em agosto, 2016
- CHAUI, M. S. **Sobre a Violência**. Org.: Ericka Marie Itokazu, Luciana Chauí Berlinck. 1 edição- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017
- COSTA, R. K. S.; ENDERS, B. C.; MENEZES, R. M. P. **Trabalho em equipe de saúde: uma análise contextual**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2008
- CUNHA, M. I. **Conte-me agora! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino**. Revista Faculdade de Educação. vol. 23 n. 1-2 São Paulo Jan./Dec. 1997
- D'OLIVEIRA, A. F, *et al.* **Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero, uma alternativa para a atenção primária em saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, 14(4):1037-1050, 2009
- DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani.- 1. Ed- São Paulo: Boitempo, 2016
- DIAS, L. **Violência na família: uma abordagem sociológica**. Porto: Afrotamento, 2004
- DINIZ, D.; MEDEIROS, M. **Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna**. Ciência & Saúde Coletiva, 15(Supl. 1):959-966, 2010
- DINIZ, N. M. F *et al.* **Violência doméstica e institucional em serviços de saúde: experiência de mulheres**. Revista Brasileira de Enfermagem, 57(3): 354-356, 2004
- DOS. **Diário Oficial de Santos. Lei complementar no 5445 de 2011**. p.15. Ano XXIII, 12 de julho de 2011. Disponível em: <www.santos.sp.gov.br>
- ECORSIM, S. M. **Violência de gênero e saúde coletiva: um debate necessário**. R Katál, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 235-241, jul./dez. 2014
- FARIA, N. (org) **Sexualidade e Gênero: uma abordagem feminista**. Sempre viva Organização Feminista- SOF. São Paulo, 1998
- FIDALGO, A. C. **Violência contra a mulher x violência de gênero e os mecanismos internacionais de proteção aos direitos das mulheres**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 4998, 8 mar. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/55206>>. Acesso em: 24 abr. 2018
- FRAUENDORF R. B. S. *et al.* **Mais além de uma história: a narrativa como possibilidade de autoformação**. Revista Educação PUC-Campinas, Campinas, 21(3):351-361, set./dez., 2016
- FREITAS, M. T. A. **A abordagem sócio histórica como orientadora da pesquisa qualitativa**. Cadernos de Pesquisa n° 116, p. 21-39, 2002

- FREITAS, M. T. A. **Bakhtin e a psicologia**. In: FACARO, C.A, et al. Diálogos com Bakhtin. Curitiba: Editora da UFPR, p.165-187. 1996
- GADAMER, H. **Verdade e método**. Tradução de Flávio Paulo Meurer; revisão da tradução de Enio Paulo Giachini. 15. Ed.- Petrópolis, RJ Vozes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 48º edição. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2008
- GIORDANI, A. T. **Violências contra a mulher**. São Paulo: Yendis, 2006
- GONZÁLEZ REY, F. **Epsitemología cualitativa y subjetividad**. São Paulo: EDUC, 1997
- GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividades: os processos de construção da informação** [tradução Marcel Aristides Ferrada Silva]- São Paulo: Cengage Learnig, 2015
- GONZÁLEZ REY, F. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico- cultural**. São Paulo: Thomson Learnig, 2003
- GONZÁLEZ, A. I. A. **O movimento Sufragista nos Estados Unidos de 1848 a 1920. A origem da comemoração do Dia Internacional das Mulheres-** 1 ed- São Paulo: Expressão Popular: SOF- Sempre Viva Organização Feminista, 2010
- GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA R. L. S. **Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas**. Psicologia & Sociedade, 2015
- HUR, D. U.; LACERDA, J. F. **Ditadura e insurgência na América Latina: Psicologia da Libertação e Resistência Armada**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 37 (núm. esp.), 28-43. 2017
- KIMURA, L, *et al.* **Inferring paternal history of rural African-derived Brazilian populations from Y chromosomes**. American Journal of Human Biology, 2017. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ajhb.22930/abstract>> Acesso em 30 de abril, 2018
- KLAUS, M. H.; KENNEL, J. H. **The doula: an essential ingredient of childbirth rediscovered**. *Acta Paediatr.* Oct;86(10):1034-6. 1997
- LAGARDE, M. **Feminicidio, el último peldaño de la agresión**. Publicado en Mujeres en Red. El periódico feminista. 2008. Disponível em: <http://www.mujeresenred.net/IMG/article_PDF/article_a141.pdf> Acesso em 27 de abril, 2018
- LAGARDE, M. **Por la vida y la libertad de las mujeres: fin al feminicidio. El Día V- hasta que la violencia termine, jornada de protesta y denuncia**. 2004. Disponível em: <www.cimacnoticiais.com/especiales/comision/diavlagarde.htm>. Acesso em 30 de maio, 2018
- LEAL, *et al.* **Nascer no Brasil: Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento**. Rio de Janeiro- Fio Cruz, 2012

LEAL, M. C. *et al.* **Intervenções obstétricas durante o trabalho de parto e parto em mulheres brasileiras de risco habitual.** Cadernos de Saúde Pública, 2014

LEÃO, M. R. C.; BASTOS, M. A. R. **Doulas apoiando mulheres durante o trabalho de parto: experiência do Hospital Sofia Feldman.** Revista Latino Americana de Enfermagem, 2001

LERMA, B. R. L.; MENEGHEL, S. N. **Feminicídios em grupos étnicos e racializados: síntese.** Ciência & Saúde Coletiva, 22(1):117-122, 2017

MACHADO M. F. A. *et al.* **Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as posturas do SUS- uma revisão conceitual.** Ciência e Saúde Coletiva, 2007

MALTA, D. C. *et al.* **O SUS e a Política Nacional de Promoção da Saúde: perspectiva resultados, avanços e desafios em tempos de crise.** Ciência & Saúde Coletiva, 23(6):1799-1809, 2018

MARTÍN-BARÓ, I. **O desafio popular à psicologia social na América Latina.** In F. Lacerda Junior (Org) *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais* (pp 173-203. Petrópolis, RJ: Vozes (originalmente publicado em 1987), 2017

MARTINS, K. O.; LACERDA, Jr. F. **A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação.** Psicologia e Política, 2014

MATOS, M. **Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para a ciência.** Estudos Feministas, 16 (2): 333-357, 2008

MENEGHEL, S. N. **Ciclo da Violência.** Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. / org: Elizabeth Fleury-Teixeira e Stela N. Meneguel.- p. 61 Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015

MENEGHEL, S. N. *et al.* **Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero.** Ciência & Saúde Coletiva, 2013

MENEGHEL, S. N.; IÑIGUEZ, L. **Contadores de histórias: práticas discursivas e violência de gênero.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(8):1815-1824, ago, 2007

MINAYO, M. C. S. (org) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis. Vozes, 2001

MINAYO, M. C. S. **Laços perigosos entre machismo e violência.** Ciência & Saúde Coletiva, 10(1):23-26, 2005

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2014

MINAYO, M. C. S. **Violência e Saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R (org). **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003

OLIVEIRA, C. C. **Prática dos profissionais de saúde da família voltadas para mulheres em situação de violência sexual: uma abordagem de gênero** [tese]. São Paulo. Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem, 2005

ONOCKO-CAMPOS, R. **Fale com eles! O trabalho interpretativo a produção de consenso na pesquisa qualitativa em saúde: inovações a partir de desenhos participativos**. Physis, Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 21 [4]: 1286, 2011

ONU. **Assembleia Geral das Nações Unidas. ONU/MULHERES**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/brasil-e-exemplo-em-politica-de-combate-a-violencia-contra-mulheres-diz-onu/> Acesso em: 27 abril 2018

PAIXÃO, G. P. N. **Violência conjugal: compreendendo o fenômeno a partir do discurso feminino** / Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal da Bahia - Escola de Enfermagem. Salvador, 2013

PATEMAM, C. **O contrato sexual**. Tradução: Marta Avancini- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

PISCITELLI, A. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. – UNICAMP, Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008

PORTAL BRASIL <http://www.brasil.gov.br>. Acesso em 24 de abril de 2018

REIS, A. A. C. *et al.* **Tudo a temer: financiamento, relação público e privado e o futuro do SUS** Saúde Debate | Rio de Janeiro, v. 40, n. especial, p. 122-135, 2016

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 3.ed. -São Paulo: Global, 2015

RICOEUR P. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas: Editora Papirus; 1997

ROCHA, L. M. L. **Violência de gênero e políticas públicas no Brasil: considerações sobre o Programa Nacional de Combate à Violência contra a mulher**- São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005

ROMAGNOLI, R. C. **Várias Marias: efeitos da Lei Maria da Penha nas delegacias**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 27, n. 2, p. 114-122, maio-ago. 2015

RUBIN, G. **O tráfico de Mulheres: notas sobre e economia política dos sexos** [1975]. Traduzido por Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo- Gênero e Cidadania, 1993

RUSSEL, D.; RADFORM, J. **Femicides: the politics of women killing**. New York: Taywane Publishers; 1992

SAFFIOTI, H. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, 16: 115-136, 2001

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero e patriarcado, violência contra a Mulher**. Artigo do livro: A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo, 2004

SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do macho**. São Paulo: Ed Moderna, 1987

SAFFIOTI, H. I. B. **Primórdios do conceito de gênero**. Cadernos Pagu- Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX, n.12, especial, organizado por Mariza Corrêa, Pagu- Núcleo de Estudos de Gênero/ Unicamp, Campinas 1999

SAGOT, M. **Ruta critics de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar na America Latina: estudos de caso de diez países**. San José.: Organización Panamericana de la Salud, 2000

SAWAIA, B. (Org.) **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Ed Vozes. Petrópolis- Rio de Janeiro, 2014

SCHRAIBER, L. B. *et al.* **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Editora Unesp, 2005

SCHRAIBER, L. B. **Necessidades de saúde, políticas públicas e gênero: a perspectiva das práticas profissionais**. Ciência & Saúde Coletiva, 17(10):2635-2644, 2012

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. **Violência Contra Mulheres: Interfaces com a Saúde**. in Interface – Comunicação, Saúde, Educação, vol. 3, n. 5, p.11-27, 1999

SCOT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, v.1S, n.2, jul./dez. 1990

SCOTT, K. D.; BERKOWITZ, G.; KLAUS M. H. *et al.* **A comparison of intermittent and continuous support during labor: a meta-analysis**. Am J Obstet Gynecol. May;180(5):1054-9. 1999

SEADE. **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social** versão 2010. Disponível em: <http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/principais_resultados.pdf>

SERAFINI, **Em menos de uma década, três golpes na América Latina**. Portal Vermelho, Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/280729-1> Acesso em de fevereiro, 2019

SHRADER, E.; SAGOT, M. **La Rota critica que siguen lãs mujeres afectadas por La violencia intrafamiliar**. Protocolo de investigación. Washington DC.: Organización Panamericana de la Salud, 1998

SILVA, R. M. *et al.* **Evidências qualitativas sobre o acompanhamento por doulas no trabalho de parto e no parto**. Ciência & Saúde Coletiva, 17(10):2783-2794, 2012

SINAN. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação**. Disponível em <<http://portalsinan.saude.gov.br>> Acesso em 26 julho 2018

SOUSA, M. C. **O papel da mulher nos novos arranjos sociais da família brasileira: o desafio de garantir direitos**. Mini curso do CRESS 7º região, 2007

SOUZA, J. **A gramática social da desigualdade brasileira.** Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 19 nº. 54 2004

STEIN, E. **Dialética e Hermenêutica: uma controvérsia sobre método e filosofia.** Dialética e Hermenêutica. 1987

TABAK, F. **A década da Mulher como forma de participação e pressão política: avaliação e balanço.** Trabalho apresentado na IX Reunião Anual da ANPOCS, GT Mulher e Política. PUC/RJ-NEM, 1985

TIBURI, M. **A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira.** 20 de julho de 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/> Acesso em 26 de fevereiro de 2019

VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.) **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010

VIEIRA, J. A. **O uso do diário de campo em pesquisa qualitativa.** Cadernos de Linguagem e Sociedade, 2002

VIGOSTSK, L. S. **Teoria e método em Psicologia.** São Paulo: Martins Fontes, 1991

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2017: Homicídio de mulheres no Brasil.** São Paulo. Instituto Sangari. 2017

YEP, G. A. **Heteronormativity.** In SEARS, J. (Ed.). Youth, Education and Sexualities encyclopedia. Westport: Greenwood Press, 2005